

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano XCVII • Nº 32

Poder Legislativo

Recife, quarta-feira, 04 de março de 2020

Comissão de Justiça aprova criação de 120 cargos no Hospital Oswaldo Cruz

Projeto que amplia quadro profissional da unidade foi enviado pelo Poder Executivo

A Comissão de Justiça (CCLJ) aprovou ontem a criação de 120 novos cargos para reforçar o quadro de profissionais da área de saúde do Hospital Universitário Oswaldo Cruz, vinculado à Universidade de Pernambuco (UPE). Enviado pelo Poder Executivo, o Projeto de Lei nº 935/2020 busca ampliar a capacidade operacional da unidade, que é referência no atendimento de pacientes com doenças infectocontagiosas.

Segundo o líder do Governo e relator da matéria na CCLJ, deputado Isaltino Nascimento (PSB), a iniciativa permitirá que o Estado convoque candidatos aprovados no concurso vigente da Secretaria de Saúde. “A Assembleia, sintonizada com os interesses da população e com a necessidade de uma medida emergencial

— sobretudo por conta da questão, mais presente hoje, do coronavírus —, aprovou que esses profissionais sejam alocados no Oswaldo Cruz”, explicou o parlamentar. O projeto, enviado à Alepe em regime de urgência, será analisado pelas demais comissões temáticas hoje, quando também deverá ser votado em Plenário.

Ainda foi acatada pelo colegiado proposição que permite prorrogar o pagamento de bolsas do Programa de Acesso ao Ensino Superior (PE no Campus), voltado para a manutenção de estudantes universitários egressos da rede estadual. O benefício, com duração inicial de dois anos, poderá ser ampliado por mais seis meses, sucessivas vezes, caso comprovada a necessidade financeira do bolsista. O projeto do Executivo



FOTO: NANDO CHIAPPETTA

SELEÇÃO - Iniciativa permitirá que Estado convoque candidatos aprovados em concurso vigente da Secretaria de Saúde

foi aprovado com emenda modificativa da deputada Priscila Krause (DEM) para, segundo ela, melhorar a redação e evitar possíveis pre-

juízos aos beneficiários.

Os deputados concederam, ainda, parecer favorável ao PL nº 896/2020, que institui o Marco Regulatório

da Educação Básica no sistema estadual. Atendendo à solicitação de Priscila Krause, o Governo do Estado retirou o pedido de urgência

da matéria, que será discutida, em profundidade, em audiência pública convocada pela Comissão de Educação para o dia 11 de março.

Governo Federal

FOTO: ROBERTO SOARES



PORTARIA - “Medida gera insegurança por não permitir repasse de recursos de anos anteriores”

Isaltino repercute corte de repasses para Fundo de Assistência Social

O deputado Isaltino Nascimento (PSB) denunciou, na Reunião Plenária de ontem, o corte de 40% dos repasses do Governo Federal para o Fundo Nacional de Assistência Social referentes aos municípios pernambucanos. Segundo o parlamentar, com essa baixa, as prefeituras ficam impossibilitadas de manter os serviços que atendem a população mais vulnerável.

O socialista defendeu a revogação da Portaria nº

2.362/2019, do Ministério da Cidadania, que anula o princípio do Sistema Único de Assistência Social (Suas) que prevê pactuação com os entes federados. “Essa medida gera insegurança aos Estados e municípios por não permitir o repasse de recursos devidos de anos anteriores”, salientou.

Na tribuna, Nascimento leu a nota de repúdio emitida pelo Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social de Pernambuco (Coegemas-PE)

contra os cortes, assinada pelo presidente da entidade, Josenildo André Barbosa. “O Coegemas ressalta que não aceitou pactuar a diminuição dos recursos, já defasados, para a manutenção dos serviços socioassistenciais. Defendemos um Suas público e estatal. Repudiamos os cortes e prezamos pela descentralização do sistema e acompanhamento à população que necessita dessa política pública tão essencial”, reforça o documento.

Alberto Feitosa destaca mudança na gestão do Aeroporto do Recife

Administração do terminal está a cargo de concessionária espanhola

A mudança na direção do Aeroporto Internacional do Recife – que ontem deixou de ser operado pela Infraero e passou para a responsabilidade de uma concessionária espanhola – foi tema de pronunciamento do deputado Alberto Feitosa (SD) durante a Reunião Plenária. O parlamentar, que já ocupou a Superintendência do equipamento, elogiou a transferência das operações para a iniciativa privada e colocou-se à disposição para auxiliar a nova gerência.

“Embora tenha feito críticas à licitação, que poderia ter sido melhor para o aeroporto, quero desejar sucesso à empresa”, afirmou Feitosa,

referindo-se ao leilão promovido pelo Governo Federal para privatizar o terminal do Recife, em conjunto com os de Aracaju (SE), Campina Grande (PB), João Pessoa (PB), Juazeiro do Norte (CE) e Maceió (AL). A concessionária espanhola Aena venceu o certame e ficará responsável pela administração do lote por 30 anos.

“O Aeroporto do Recife é uma verdadeira obra de engenharia, que reúne peças de diferentes artistas pernambucanos e recebe muito bem os milhares de passageiros que por ele passam”, observou o deputado, que ainda comentou a satisfação de ter gerenciado o espaço durante a construção do novo terminal.



FOTO: ROBERTO SOARES

OPERAÇÃO - “Embora tenha feito críticas à licitação, quero desejar sucesso à empresa Aena”

Política



FOTO: ROBERTO SOARES

TRAJETÓRIA - “Firme em defesa da democracia e da qualidade de vida das pessoas”

Doriel Barros registra aniversário do Partido Comunista do Brasil

Os 98 anos do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) – fundado em 25 de março de 1922 – foram lembrados, na Reunião Plenária de ontem, pelo deputado Doriel Barros (PT). Ele afirmou que a legenda, a mais antiga do País, tem uma história de luta em defesa da classe trabalhadora. “Faço aqui esta homenagem, pois, mesmo diante de diversas dificuldades enfrentadas ao longo de sua trajetória, o partido se manteve firme em defesa da democracia e da qualidade de vida das pessoas.”

O parlamentar destacou que o PCdoB possui grandes quadros no País e em Pernambuco, citando a presidente nacional da legenda, a vice-governadora Luciana Santos, o vice-prefeito do Recife, Luciano Siqueira, o deputado estadual João Paulo e o presidente estadual da sigla, Marcelino Granja. Barros comentou, ainda, que esse partido tem sido um grande parceiro do PT nas ações em defesa do Brasil. “Ressalto o apoio durante a campanha Lula Livre. Este ano, sem dúvida, nos uniremos em outras

mobilizações”, pontuou.

Antes de seu pronunciamento no Pequeno Expediente, João Paulo agradeceu a homenagem do colega. O comunista lembrou a realização, anteontem, de Reunião Solene proposta por ele para lembrar os 98 anos da legenda. “Foi um grande evento, que reuniu políticos, militantes e admiradores do partido. Vários deputados da Casa estiveram presentes ao encontro, que foi coordenado brilhantemente pelo presidente da Alepe, deputado Eriberto Medeiros (PP)”, frisou.

Carnaval

Aglailson Victor elogia folia em Vitória de Santo Antão

A programação de Carnaval promovida pela Prefeitura de Vitória de Santo Antão (Mata Sul) foi enaltecida pelo deputado Aglailson Victor (PSB), no Pequeno Expediente de ontem. Ele destacou a valorização de manifestações

culturais locais e a ausência de episódios de violência durante as festividades no município.

“Nos últimos quatro anos, artistas locais, blocos e troças foram valorizados em Vitória, o que não ocorria antes. Quero para-

benizar não só a Prefeitura, mas cada folião da cidade e todos os que vieram nos visitar”, declarou o parlamentar. “Foi também um Carnaval da paz e da alegria, sem episódios de violência, com muitas famílias e crianças brincando”, complementou.



FOTO: ROBERTO SOARES

CULTURA - “Nos últimos 4 anos, artistas locais, blocos e troças foram valorizados”

Plenário acata três propostas de alteração na Constituição Estadual

Agricultura orgânica e população em situação de rua são alguns dos temas

O Plenário da Alepe aprovou em Primeira Discussão, ontem, três propostas que modificam a Constituição de Pernambuco. As matérias tratam das produções agrícolas orgânica e familiar, da remoção entre oficiais de serventias extrajudiciais e dos direitos da população em situação de rua. Na mesma reunião, receberam o aval da Casa a proposta de retorno do município de Goiana à Zona da Mata Norte e o veto do governador Paulo Câmara a mudanças na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2020. Todas essas proposições tiveram apoio unânime dos parlamentares.

De iniciativa do deputado Isaltino Nascimento (PSB), a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 7/2019 insere, como competência comum do Estado e dos municípios, o fomento à agricultura familiar, à produção orgânica e à transição agroecológica dos sistemas de produção. O texto obteve 35 votos favoráveis.

Na justificativa, o autor pontua que a Carta Magna, atualmente, não contempla as especificidades do empreendedor familiar rural. Ele defende a importância da produção sem agrotóxicos como forma de evitar a poluição da água, do solo e do lençol freático com produtos químicos. “Essa mudança é importante para ampliar o acesso da população a produtos de maior qualidade, livres de agrotóxicos e outros agentes químicos sintéticos potencialmente lesivos à saúde”, agregou o socialista.



FOTO: ROBERTO SOARES

EXTRAORDINÁRIA - Eriberto Medeiros convocou reunião para votar projeto que cria 120 cargos no Hospital Oswaldo Cruz

ticos potencialmente lesivos à saúde”, agregou o socialista.

Aprovada com 35 votos a favor, a PEC nº 8/2019, apresentada pelo deputado Romero Albuquerque (PP), passa a permitir que a remoção nos cartórios seja feita entre oficiais de serviços notariais ou de registro de qualquer natureza. Atualmente, o ingresso na atividade depende de concurso público de provas e títulos, não sendo permitido que qualquer serventia fique vaga por mais de seis meses sem abertura de certame para provimento ou remoção — esta última podendo ser feita entre oficiais de serviços notariais ou de registro público de idêntica natureza.

“Ao não fazer divisão por especialidade, todos os candidatos aprovados em concurso, que fazem provas semelhantes, são igualmente habilitados para a prática de todos serviços. Apenas em momento posterior escolhem a natureza de sua serventia”, explicou Albuquerque, durante a votação. Fica mantido, no entanto, o veto a aproveitamentos, transferências ou permutas de um serviço para outro.

Já a PEC nº 10/2019, formulada pelo deputado Delegrado Erick Lessa (PP), estabelece diretrizes para o apoio à população em situação de rua e recebeu 34 votos favoráveis. O texto inclui, entre as finalidades da assistência social do

Estado, promover políticas públicas de garantia da dignidade e da cidadania dessas pessoas, observando sua multiplicidade de contextos e realidades.

A alteração também determina que o Estado incentivará, com amparo técnico e auxílio financeiro, entidades particulares e comunitárias que atuam na defesa dos direitos desse segmento. E que, junto com os municípios e entidades não governamentais, terá programas de assistência integral à criança e ao adolescente em situação de rua.

Ao defender em Plenário a aprovação da matéria, Lessa destacou as demandas levadas à audiência pública realizada pela Comissão de Desenvol-

vimento Econômico, que ele preside, em outubro de 2019. “Essa PEC insere a população em situação de rua no texto constitucional, para que tenha visibilidade, oportunidades e integração na sociedade. Nossa Constituição será a primeira a tratar de pessoas em situação de rua”, frisou.

GOIANA - Além das três mudanças constitucionais, o Plenário da Assembleia aprovou o Projeto de Lei Complementar nº 770/2019, que promove o retorno do município de Goiana à Zona da Mata Norte. A proposta, de autoria de Isaltino Nascimento, recebeu 34 votos favoráveis e nenhum contrário, nos termos de um substitutivo elaborado pela

Comissão de Justiça.

Goiana havia sido incluída na Região Metropolitana do Recife (RMR) em 2017, após intenso debate na Alepe. Os defensores da mudança pretendiam que a gestão de serviços, como transporte público e destinação de resíduos sólidos, fosse feita de forma articulada na nova região administrativa.

No entanto, segundo Nascimento, a passagem do município para a RMR não chegou a trazer vantagens à população e prejudicou a obtenção de incentivos fiscais das empresas locais. Goiana está situada a 62 quilômetros do Recife, tem população estimada em quase 80 mil habitantes e possui PIB aproximado de R\$ 3,8 bilhões.

Também na tarde de ontem, os parlamentares acata-ram, em votação única, o veto do governador Paulo Câmara aos R\$ 50,5 milhões em emendas apresentadas pela Comissão de Finanças ao Orçamento Estadual de 2020. A medida foi aprovada com 34 votos favoráveis e nenhum contrário.

Por fim, o presidente da Alepe, deputado Eriberto Medeiros (PP), anunciou a convocação, para hoje, de uma Reunião Extraordinária para a votação do Projeto de Lei nº 935/2020. A proposição do Poder Executivo, aprovada ontem pela Comissão de Justiça, cria 120 novos cargos para reforçar o quadro de profissionais de saúde do Hospital Universitário Oswaldo Cruz.

Saúde

FOTO: ROBERTO SOARES



NOTÍCIA - Saída de médicos cubanos do Brasil é apontada como causa

João Paulo alerta para aumento da mortalidade de bebês indígenas

O deputado João Paulo (PCdoB) repercutiu, na Reunião Plenária de ontem, reportagem da BBC Brasil que revelou aumento de 12% na mortalidade de bebês indígenas em 2019. A alta ocorreu após a saída dos médicos cubanos que atuavam no Programa Mais Médicos. “O caso tem forte apelo internacional e reforça a figura do presidente Jair Bolsonaro

como perigoso e nocivo para os índios”, afirmou.

Na avaliação do parlamentar, Bolsonaro trata a questão indígena com hostilidade permanente e adota a visão dos colonizadores do Brasil. Segundo ele, o presidente não reconhece nos povos originários uma cultura própria e o direito às terras e à autodeterminação. “Crimes ambientais, ecoló-

gicos e éticos estão sendo cometidos com a liberação de áreas indígenas para exploração de madeira e minérios”, prosseguiu.

João Paulo lembrou que o convênio entre Brasil e Cuba no Programa Mais Médicos foi rompido pelo país caribenho depois que Bolsonaro ameaçou, na campanha eleitoral de 2018, expulsar os cubanos. Também destacou

que estes respondiam por 55,4% dos médicos em saúde indígena. Em janeiro de 2019, conforme a reportagem, houve 77 mortes de bebês indígenas — o índice mais alto para um único mês desde 2010. O comunista crê que os profissionais cubanos foram assíduos e demonstraram capacidade de criar laços com as comunidades onde atuavam.

Atos

ATO Nº 820/20

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício n.º 046/2020, do **Deputado Romero Albuquerque**, **RESOLVE:** exonerar, com efeitos retroativos ao dia 1º de março de 2020, e nomear os servidores do cargo em comissão daquele Gabinete Parlamentar, atribuindo-lhe a gratificação de representação, conforme planilha abaixo, nos termos da Lei nº.11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis n.º 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13 e 15.985/17.

NOME	CARGO DE EXONERAÇÃO	CARGO DE NOMEAÇÃO	GRAT.
JENNIFER PEREIRA FREITAS DA SILVA	Assessor Especial / PL-ASC		—
ANA LAURA RODRIGUES DOS SANTOS NASCIMENTO	Assessor Especial / PL-ASC		—
DANIELLY QUIRINO DE FREITAS		Assessor Especial / PL-ASC	3,98%
MILTON EDUARDO LACERDA DE ARAÚJO		Assessor Especial / PL-ASC	3,98%

Sala Torres Galvão, 02 de março de 2020.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**
Presidente
(REPUBLICADO POR INCORREÇÃO)

ATO Nº 823/20

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício n.º 010/2020, da **Deputada Clarissa Tércio**, **RESOLVE:** exonerar e nomear os servidores do cargo em comissão daquele Gabinete Parlamentar, atribuindo-lhe a gratificação de representação, conforme planilha abaixo, nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nº 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13, 16.579/19 e 16.579/19.

NOME	CARGO DE EXONERAÇÃO	CARGO DE NOMEAÇÃO	GRAT.
RAQUEL RAMÁ VITÓRIA RODRIGUES DOS SANTOS	Assessor Especial / PL-ASC		—
PAULO ANDRÉ MOREIRA DOS SANTOS	Assessor Especial / PL-ASC		—
FÁBIO MARINHO ANCELMO		Assessor Especial / PL-ASC	31%

Sala Torres Galvão, 03 de março de 2020.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**
Presidente

ATO Nº 824/20

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº 001663/2020, do **Deputado Antonio Fernando**, **RESOLVE:** exonerar a servidora **KAROLY MUNIZ LICO**, do cargo em comissão de Assessor Especial, símbolo PL-ASC, nomeando para o referido cargo, **AMANDA MORAES DE SOUZA**, atribuindo-lhe a gratificação de representação de 91% (noventa e um por cento), a partir do dia 04 de março de 2020, nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13, 15.985/17 e 16.579/19.

Sala Torres Galvão, 03 de março de 2020.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**
Presidente

ATO Nº 825/20

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido nos Ofícios n.ºs 004 e 005/2020, da **Deputada Fabiola Cabral**, **RESOLVE:** exonerar, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de março de 2020 e nomear os servidores do cargo em comissão daquele Gabinete Parlamentar, atribuindo-lhe a gratificação de representação, conforme planilha abaixo, nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nº 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13, 16.579/19 e 16.579/19.

NOME	CARGO DE EXONERAÇÃO	CARGO DE NOMEAÇÃO	GRAT.
LARISSA SANTANA BARROS	Assessor Especial / PL-ASC		—
SABRINA DE CÁSSIA DA SILVA	Assessor Especial / PL-ASC		—
PEDRO PEREIRA DA SILVA NETO	Secretário Parlamentar / PL-SPC		—
ABNAETE LOPES DE LIMA		Secretário Parlamentar / PL-SPC	0%

Sala Torres Galvão, 03 de março de 2020.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**
Presidente

PODER LEGISLATIVO



MESA DIRETORA: **Presidente**, Deputado Eriberto Medeiros; **1º Vice-Presidente**, Deputada Simone Santana; **2º Vice-Presidente**, Deputado Guilherme Uchoa; **1º Secretário**, Deputado Clodoaldo Magalhães; **2º Secretário**, Deputado Claudiano Martins filho; **3º Secretária**, Deputada Teresa Leitão; **4º Secretário**, Deputado Álvaro Porto; **1º Suplente**, Deputado Pastor Cleiton Collins; **2º Suplente**, Deputado Henrique Queiroz Filho; **3º Suplente**, Deputado Manoel Ferreira; **4º Suplente**, Deputado Romero; **5º Suplente**, Deputado Joel da Harpa; **6º Suplente**, Deputado Gustavo Gouveia; **7º Suplente**, Deputado Adalto Santos. **Procurador-Geral** - Hélio Lúcio Dantas Da Silva; **Superintendente-Geral** - Maria do Socorro Christiane Vasconcelos Pontual; **Secretário-Geral da Mesa Diretora** - Maurício Moura Maranhão da Fonte; **Superintendente de Planejamento e Gestão** - Edécio Rodrigues de Lima; **Superintendente Administrativo** - Juliana de Brito Figueiredo; **Superintendente de Gestão de Pessoas** - Enoelino Magalhães Lyra Filho; **Superintendente de Tecnologia da Informação** - Bráulio José de Lira Clemente Torres; **Chefe do Cerimonial** - Francklin Bezerra Santos; **Superintendente de Saúde e Medicina Ocupacional** - Sara Behar Torres Kobayashi; **Superintendente de Segurança Legislativa** - Coronel Renildo Alves de Barros Cruz; **Superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo** - Silvío Tavares de Amorim; **Auditora-Chefe** - Maria Gorete Pessoa de Melo; **Superintendente da Escola do Legislativo** - José Humberto de Moura Cavalcanti Filho; **Consultor-Geral** - Marcelo Cabral e Silva; **Ouvidor-Geral** - Deputado Adalto Santos; **Ouvidor-Executivo** - Douglas Stravos Diniz Moreno; **Superintendente Parlamentar** - Vinícius Labanca; **Superintendente de Inteligência Legislativa** - Delegado Esp. José Oliveira Silvestre Júnior; **Superintendente de Comunicação Social** - Ricardo José de Oliveira Costa; **Chefe do Departamento de Imprensa** - Isabelle Costa Lima; **Editora** - Cláudia Lucena; **Subeditora** - Helena Alencar; **Repórteres** - André Zahar, Edson Alves Jr., Gabriela Bezerra, Ivanna Castro e Verônica Barros; **Fotografia:** Roberto Soares (**Gerente de Fotografia**), Breno Laprovitera (**Edição de Fotografia**), Giovanni Costa; **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Alécio Nicolak Júnior, Antonio Violla; **Endereço:** Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2368. Fax 3217-2107. PABX 3183.2211. **Nosso e-mail:** scm@alepe.pe.gov.br.

Nosso endereço na Internet: <http://www.alepe.pe.gov.br>

ATO Nº 826/20

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº 004/2020, do **Deputado Álvaro Porto**, **RESOLVE:** nomear **ROBINSON DOS SANTOS CESAR**, para o cargo em comissão de Assistente Parlamentar, Símbolo PL-APC, atribuindo-lhe a gratificação de representação de 25% (vinte e cinco por cento), nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13, 15.985/17 e 16.579/19.

Sala Torres Galvão, 03 de março de 2020.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**
Presidente

ATO Nº 827/20

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº 10/2020, da **Deputada Juntas**, **RESOLVE:** nomear **PEDRO HENRIQUE BORGES DA SILVA**, para o cargo em comissão de Assessor Especial, Símbolo PL-ASC, nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13 e 15.985/17.

Sala Torres Galvão, 03 de março de 2020.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**
Presidente

ATO Nº 828/20

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº 005/2020, da **Deputada Fabiola Cabral**, **RESOLVE:** nomear **PEDRO PEREIRA DA SILVA NETO**, para o cargo em comissão de Assessor Especial, Símbolo PL-ASC, nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13, 15.985/17 e 16.579/19.

Sala Torres Galvão, 03 de março de 2020.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**
Presidente

Editais

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA GLOBAL DO REGIMENTO INTERNO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
REUNIÃO ORDINARIA

Convoco, de acordo com o inciso I do art. 118 c/c parágrafo único do art. 133 do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, os Deputados: Álvaro Porto, Antonio Moraes, Guilherme Uchoa e Simone Santana membros efetivos deste colegiado, para se fazerem presentes à XVI Reunião Ordinária da **Comissão de Reforma Global do Regimento Interno**, a ser realizada no dia 4 de março de 2020, quarta-feira, às 13 horas, na Sala de Reunião da Primeira Secretária, localizada no 3º andar do Edifício João Negromonte, Rua da União, s/n, Boa Vista, com a continuação da discussão da minuta do novo regimento interno e encaminhamentos.

Deputada **Priscila Krause**
Presidente

Ordens do Dia

DÉCIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 2020, ÀS 14:30 HORAS.

ORDEM DO DIA

Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 2126/2020
Autora: Comissão de Redação Final

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária nº 712/2019, de autoria do Deputado Aglailson Victor que altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de regulamentar o horário para oferta de serviços ou produtos e para a realização de cobranças por meio de telemarketing.

DIÁRIO OFICIAL DE - 04/03/2020

Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 2127/2020
Autora: Comissão de Redação Final

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária nº 416/2019, de autoria da Deputada Dulcicleide Amorim que altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, para obrigar a fixação de cartaz informando acerca do teor da Instrução Normativa nº 100 de 28 de dezembro de 2018, do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

DIÁRIO OFICIAL DE - 04/03/2020

Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 2128/2020
Autora: Comissão de Redação Final

Oferece Redação Final ao Projeto de Resolução nº 486/2019, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio que submete a indicação do Forró para obtenção do Registro do Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco.

DIÁRIO OFICIAL DE - 04/03/2020

Primeira Discussão do Projeto de Lei Complementar nº 895/2020
Autor: Poder Executivo

Altera a Lei Complementar nº 393, de 29 de novembro de 2018, que dispõe sobre a dispensa de crédito tributário do ICMS, relativamente a operações com incentivos ou benefícios fiscais que especifica, referente ao descumprimento de norma que importe na impossibilidade de utilização dos correspondentes incentivos ou benefícios fiscais, para conceder dispensa parcial do pagamento de crédito tributário, na forma estabelecida no Convênio ICMS 121/2018, alterado pelo Convênio 232/2019, aprovados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária.

Regime de Urgência

Parecer Favorável da 1ª Comissão.

Depende de Pareceres das 2ª e 3ª Comissões.
Votação Nominal
Quórum para Aprovação: Maioria Absoluta

DIÁRIO OFICIAL DE - 15/02/2020

Primeira Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 935/2020
Autor: Poder Executivo

Fixa o quantitativo dos cargos de provimento efetivo do Grupo Ocupacional Técnico Administrativo, do Quadro Próprio de Pessoal Permanente da Fundação Universidade de Pernambuco - UPE, e do Grupo Ocupacional Saúde Pública, integrante do Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria de Saúde.

Regime de Urgência

Parecer Favorável da 1ª Comissão.
Depende de Pareceres das 2ª, 3ª, 5ª e 9ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/03/2020

Segunda Discussão do Substitutivo nº 01/2019 ao Projeto de Lei Ordinária nº 31/2019
Autora: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça
Autor: Dep. Waldemar Borges

Dispõe sobre o licenciamento ambiental da aquicultura no Estado de Pernambuco, e dá outras providências.

Pareceres Favoráveis das 3ª e 7ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 04/12/2019

Segunda Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 436/2019
Autor: Dep. Manoel Ferreira

Declara de Utilidade Pública a Associação Ágape.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 2ª e 3ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 09/08/2019

Segunda Discussão do Substitutivo nº 01/2019 ao Projeto de Lei Ordinária nº 531/2019
Autora: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça
Autor: Dep. Romero Sales Filho

Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de reforçar a divulgação de direitos do consumidor do mercado automotivo.

Pareceres Favoráveis das 5ª e 11ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 27/11/2019

Segunda Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 667/2019
Autor: Dep. William Brígido

Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de obrigar as instituições financeiras a informarem ao consumidor as fraudes mais frequentes relacionadas aos seus serviços.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 3ª, 11ª e 12ª Comissões.

Com Emenda Modificativa nº 01/2020 de autoria do Deputado João Paulo Costa apresentada para o 2º Turno.

Parecer Favorável da 1ª Comissão.

Depende de Parecer das 3ª, 11ª e 12ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 16/10/2019

Segunda Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 759/2019
Autora: Dep. Teresa Leitão

Denomina de ETA Davino Pantaleão, a Estação de Tratamento de Água da COMPESA, no município de Tabira.

Com Emenda Modificativa nº 01/2019 de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 3ª e 5ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 15/11/2019

Segunda Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 769/2019
Autor: Dep. Waldemar Borges

Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir o Dia Estadual das Bandas Filarmônicas.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 3ª e 5ª comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 19/11/2019

Primeira Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 185/2019
Autor: Deputado Clovis Paiva

Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que Institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de revogar dispositivo.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 2ª, 3ª, 11ª e 12ª comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 24/04/2019

Primeira Discussão do Substitutivo nº 01/2019 ao Projeto de Lei Ordinária nº 215/2019
Autora: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça
Autor do Projeto: Dep. Eriberto Medeiros

Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, originada de Projeto de Lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, que Institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, a fim de disciplinar a forma de oferta de crédito consignado pelas instituições financeiras, bem como determinar que estas mantenham serviço de bloqueio do recebimento de ligações, e dá outras providências.

Pareceres Favoráveis das 2ª, 3ª, 11ª e 12ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 27/11/2019

Primeira Discussão do Substitutivo nº 01/2019 ao Projeto de Lei Ordinária nº 361/2019
Autora: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça
Autora do Projeto: Deputada Roberta Arraes

Altera a Lei nº 12.109, de 26 de novembro de 2001, que dispõe sobre a Política Estadual do Idoso, para estabelecer prioridade especial às pessoas idosas maiores de 80 (oitenta) anos.

Pareceres Favoráveis das 2ª, 3ª e 11ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 16/10/2019

Primeira Discussão do Substitutivo nº 02/2019 aos Projetos de Lei Ordinária nºs 394/2019 e 439/2019

Autora: Comissão de Administração Pública
Autores dos Projetos: Deputado Gustavo Gouveia e Deputado Delegado Erick Lessa

Institui a cobrança, a título de compensação financeira, pelo uso oneroso de equipamento de monitoramento eletrônico por preso ou apenado no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.

Pareceres Favoráveis das 1ª e 2ª Comissões.

O Substitutivo nº 02 de autoria da Comissão de Administração Pública foi rejeitado pela Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular.

DIÁRIO OFICIAL DE - 20/11/2019

Primeira Discussão do Substitutivo nº 01/2019 ao Projeto de Lei Ordinária nº 470/2019
Autora: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça
Autor do Projeto: Deputado João Paulo Costa

Institui diretrizes para o incentivo da prática de esportes por idosos e dá outras providências.

Pareceres Favoráveis das 2ª, 3ª, 4ª, 6ª e 11ª comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 12/12/2019

Primeira Discussão do Substitutivo nº 01/2019 ao Projeto de Lei Ordinária nº 474/2019
Autora: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça
Autora do Projeto: Deputada Priscila Krause

Altera a Lei nº 11.751, de 3 de abril de 2000, que dispõe sobre a composição alimentar da merenda escolar distribuída a rede pública de escolas, no Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Teresa Duere, a fim de determinar o fornecimento de alimentação especial para alunos com diabetes, doença celíaca e intolerância à lactose.

Pareceres Favoráveis das 2ª, 3ª, 5ª e 9ª Comissões.

A Emenda Aditiva nº 01/2019 de autoria do Deputado William Brígido foi prejudicada pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

DIÁRIO OFICIAL DE - 25/09/2019

Primeira Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 535/2019
Autora: Deputada Juntas

Assegura o direito das unidades familiares homossexuais à inscrição nos programas de habitação popular desenvolvidos pelo Estado de Pernambuco.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 3ª e 11ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 10/09/2019

Discussão Única do Substitutivo nº 01/2019 ao Projeto de Resolução nº 288/2019
Autora: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça
Autor do Projeto: Dep. Wanderson Florêncio

Estabelece que, anualmente, a Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, participe da campanha "Junho Verde", dedicada à proteção do meio ambiente, por meio da iluminação especial, na cor verde, do Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar e do prédio do Museu Palácio Joaquim Nabuco.

Pareceres Favoráveis das 7ª Comissão e Mesa Diretora.

DIÁRIO OFICIAL DE - 19/06/2019

Discussão Única do Projeto de Resolução nº 852/2019
Autora: Deputada Juntas

Concede o Título Honorífico de Cidadã Pernambucana à Sra. Carmen Silvia María da Silva

Pareceres Favoráveis das 1ª, 11ª comissões.

Votação Nominal

Quórum para Aprovação: Maioria Absoluta

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2019

Discussão Única Projeto de Resolução nº 853/2019
Autora: Deputada Juntas

Concede o Título Honorífico de Cidadã Pernambucana a Inaldete Pinheiro de Andrade.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 11ª comissões.

Votação Nominal

Quórum para Aprovação: Maioria Absoluta

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2019

Discussão Única do Projeto de Resolução nº 949/2020
Autora: Mesa Diretora

Concede licença em caráter cultural à Deputada Alessandra Vieira, no período de 24 de fevereiro a 5 de março de 2020, onde estará em viagem aos Estados Unidos da América.

(Parecer da Mesa Diretora nº 2125)

DIÁRIO OFICIAL DE - 04/03/2020

Discussão Única da Indicação nº 3419/2020
Autor: Dep. Diogo Moraes

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário da Casa Civil, à Secretária de Infraestrutura e Recursos Hídricos e ao Diretor Presidente do DER no sentido de viabilizarem o recapeamento asfáltico da PE-130 (Taquaritinga do Norte) - entre PE-90 (Vertentes).

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/03/2020

Discussão Única da Indicação nº 3420/2020
Autor: Dep. Diogo Moraes

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário da Casa Civil e à Secretária de Infraestrutura e Recursos Hídricos no sentido de viabilizarem uma obra de terraplanagem da BR-104 até as comunidades de Sítio Raposa, Baraúna Furada, Sítio Jerimum, Sítio Pedra Preta, Sítio Bandeira, Sítio Pororoca, Sítio Risada, Sítio Monteiro, Riacho Doce dos Bernados, Riacho Doce do Júlio Casé, Sítio Cabaços, Sítio Grude, Fazenda São Paulo, Sítio Minguaiú, Sítio Bacalhau, Sítio Mungulu, Sítio Maracajá, Sítio Cardoso, Lagoa do Jucá, Sítio Cajueiro, Sítio Serra dos Bois, Sítio Pé de Serra, Sítio Boa Vista, Sítio Situação, Sítio Poço da Pedra, Sítio Algodão, Sítio Barreiras, Sítio Açude novo, Sítio Remanso, Sítio Alto de São Pedro, de Taquaritinga do Norte até a chegada das imediações da Cidade de Santa Cruz do Capibaribe.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/03/2020

Discussão Única do Requerimento nº 1866/2020
Autor: Dep. Romero Albuquerque

Voto de Aplausos ao Senhor Carlos Gil Rodrigues Filho, pela posse como Desembargador Eleitoral titular do Tribunal Regional de Pernambuco - TRE/PE.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/03/2020

Discussão Única do Requerimento nº 1867/2020
Autor: Dep. Diogo Moraes

Voto de Aplausos ao Dr. Belmiro Cavalcanti do Egito Vasconcelos, que realizou mais de trinta mil atendimentos a população pernambucana.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/03/2020

Discussão Única do Requerimento nº 1868/2020
Autor: Dep. Waldemar Borges

Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Ailton Rodrigues Araújo, ocorrido no dia 2 de março de 2020 na cidade do Recife.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/03/2020

Discussão Única do Requerimento nº 1869/2020
Autor: Dep. Romero Sales Filho

Voto de Aplausos ao Município de Ipojuca, que completará 174 anos de emancipação política, comemorado no dia 30 de março de 2020.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/03/2020

Discussão Única do Requerimento nº 1870/2020
Autor: Dep. Clodoaldo Magalhães

Voto de Pesar pelo falecimento do ex-vereador de Salgueiro, o Sr. Gualberto Sampaio Muniz, ocorrido no dia 29 de fevereiro de 2020, na cidade do Recife.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/03/2020

Discussão Única do Requerimento nº 1871/2020
Autora: Dep. Fabiola Cabral

Voto de Aplausos as Senhoras Ester Cerdeira Sabino e Jaqueline Goes de Jesus, e ao Senhor Claudio Tavares Sacchi, três cientistas brasileiros que tiveram papel essencial no sequenciamento do novo Coronavírus, que teve o primeiro caso na América Latina confirmado em 26 de fevereiro.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/03/2020

Discussão Única do Requerimento nº 1872/2020
Autor: Dep. Guilherme Uchoa

Voto de Aplausos aos 62 anos de emancipação do município de Mirandiba.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/03/2020

Discussão Única do Requerimento nº 1873/2020
Autor: Dep. Guilherme Uchoa

Voto de Aplausos aos 485 anos da criação do município de Olinda, dia 12 de março.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/03/2020

Discussão Única do Requerimento nº 1874/2020
Autor: Dep. Guilherme Uchoa

Voto de Congratulações com o município de Igarassu, pela passagem dos seus 485 anos de fundação.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/03/2020

Discussão Única do Requerimento nº 1875/2020
Autora: Dep. Dulcicleide Amorim

Voto de Aplausos a Igreja Adventista do Sétimo Dia de Caruaru-APEC, pelo brilhante evento neste carnaval, o CAMPAL 2020.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/03/2020

Discussão Única dos Requerimentos nºs 1876/2020 e nº 1877/2020
Autores: Dep. Dulcicleide Amorim e Dep. Clodoaldo Magalhães

Voto de Aplausos ao Time de Futebol Afogados da Ingazeira FC, pelo destaque e brilhante classificação na Copa do Brasil ao eliminar, o Atlético-MG.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/03/2020

Discussão Única do Requerimento nº 1878/2020
Autora: Dep. Dulcicleide Amorim

Voto de Pesar pelo falecimento do Professor Aldrin Éderson Vila Nova Silva, ocorrido no dia 27 de fevereiro de 2020.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/03/2020

PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 2020, ÀS 18:40 HORAS.

ORDEM DO DIA

Segunda Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 935/2020
Autor: Poder Executivo

Fixa o quantitativo dos cargos de provimento efetivo do Grupo Ocupacional Técnico Administrativo, do Quadro Próprio de Pessoal Permanente da Fundação Universidade de Pernambuco - UPE, e do Grupo Ocupacional Saúde Pública, integrante do Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria de Saúde.

Regime de Urgência

Pareceres das Favoráveis das 1ª, 2ª, 3ª, 5ª e 9ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/03/2020

Atas

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE MARÇO DE 2020

PRESIDÊNCIA DOS DEPUTADOS PASTOR CLEITON COLLINS E ADALTO SANTOS

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS 2 DE MARÇO DE 2020, NO PLENÁRIO GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS DO EDIFÍCIO GOVERNADOR MIGUEL ARRAES DE ALENCAR, PRESENTES OS DEPUTADOS ADALTO SANTOS, AGLAILSON VICTOR, ALBERTO FEITOSA, ÁLVARO PORTO, ANTONIO FERNANDO, ANTONIO MORAES, CLARISSA TERCIO, CLOVIS PAIVA, DELEGADA GLEIDE ÂNGELO, DELEGADO ERICK LESSA, DORIEL BARROS, DULCICLEIDE AMORIM, ERIBERTO MEDEIROS, FABIOLA CABRAL, FABRIZIO FERRAZ, GUILHERME UCHOA, GUSTAVO GOUVEIA, HENRIQUE QUEIROZ FILHO, ISALTINO NASCIMENTO, JOÃO PAULO, JOÃO PAULO COSTA, JOAQUIM LIRA, JOEL DA HARPA, JOSÉ QUEIROZ, JUNTAS, LUCAS RAMOS,

MANOEL FERREIRA, MARCO AURELIO MEU AMIGO, PASTOR CLEITON COLLINS, PRISCILA KRAUSE, PROFESSOR PAULO DUTRA, ROBERTA ARRAES, ROGÉRIO LEÃO, ROMÁRIO DIAS, ROMERO ALBUQUERQUE, ROMERO SALES FILHO, TERESA LEITÃO, WALDEMAR BORGES, WANDERSON FLORÊNCIO E WILLIAM BRIGIDO, JUSTIFICADAS AS AUSÊNCIAS DOS DEPUTADOS ANTONIO COELHO, CLAUDIANO MARTINS FILHO, CLODOALDO MAGALHÃES, DIOGO MORAES, FRANCISMAR PONTES, SIMONE SANTANA, SIVALDO ALBINO, TONY GEL, LICENCIADOS OS DEPUTADOS ALUÍSIO LESSA E RODRIGO NOVAES, AUSENTE A DEPUTADA ALESSANDRA VIEIRA, O DEPUTADO PASTOR CLEITON COLLINS ABRE A REUNIÃO. OCUPAM AS CADEIRAS DE PRIMEIRO-SECRETÁRIO E SEGUNDO-SECRETÁRIO OS DEPUTADOS HENRIQUE QUEIROZ FILHO E JOEL DA HARPA, RESPECTIVAMENTE. A ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DO CORRENTE ANO É LIDA, SUBMETIDA À DISCUSSÃO E À VOTAÇÃO, APROVADA, ASSINADA E ENVIADA À PUBLICAÇÃO. O EXPEDIENTE É LIDO, ASSINADO E ENVIADO À PUBLICAÇÃO. INICIA O PEQUENO EXPEDIENTE. O DEPUTADO HENRIQUE QUEIROZ FILHO APELA AO GOVERNO DE PERNAMBUCO PARA QUE AUXILIE AS PREFEITURAS DAS CIDADES QUE COMPÕEM O POLO TURÍSTICO DO ESTADO PARA QUE SEJAM CAPACITADAS PARA LIDAR COM O CORONAVÍRUS. O DEPUTADO ADALTO SANTOS ASSUME A PRESIDÊNCIA DOS TRABALHOS. O DEPUTADO PASTOR CLEITON COLLINS REFORÇA PREOCUPAÇÃO COM O CORONAVÍRUS E DESTACA A NECESSIDADE DE O ESTADO DIFUNDIR INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS E CORRETAS PARA PREVENÇÃO DA POPULAÇÃO. A DEPUTADA JUNTAS CRITICA EXCESSOS DA POLÍCIA MILITAR DURANTE AS FESTIVIDADES DO CARNAVAL DE PERNAMBUCO, COM AMEAÇA DE INTERROMPER APRESENTAÇÃO DE BANDAS QUE TOCASSEM A MÚSICA "BANDITISMO POR UMA QUESTÃO DE CLASSE" DE CHICO SCIENCE. AO FINAL, FAZ SAUDAÇÃO A JOSENITA DUDA, ATIVISTA DO MOVIMENTO DE MULHERES E DO MOVIMENTO LGBT NO ESTADO DE PERNAMBUCO, QUE FOI ENCONTRADA SEM VIDA EM SUA CASA NO DIA DE ONTEM. O DEPUTADO JOÃO PAULO REPERCUTE AS FESTIVIDADES CARNAVEASCAS NO BRASIL E NO ESTADO DE PERNAMBUCO, QUE DEMONSTRARAM FORÇA E RESISTÊNCIA DO POVO. A DEPUTADA ROBERTA ARRAES REPERCUTE TENSÃO MUNDIAL COM O NOVO CORONAVÍRUS E MEDIDAS PREVENTIVAS TOMADAS PELO GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. INICIA A ORDEM DO DIA. SÃO APROVADOS EM VOTAÇÃO ÚNICA OS PARECERES DE REDAÇÃO FINAL 2074/2020 A 2079/2020, AS INDICAÇÕES 3342/2020 A 3409/2020 E OS REQUERIMENTOS 1847/2020 A 1858/2020. SÃO APROVADOS EM SEGUNDA DISCUSSÃO O SUBSTITUTIVO 1/2019 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA 175/2019, O SUBSTITUTIVO 1/2019 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA 176/2019, O SUBSTITUTIVO 1/2019 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA 353/2019, O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA 484/2019, O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA 709/2019, E O SUBSTITUTIVO 1/2019 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA 732/2019. É APROVADO EM DISCUSSÃO ÚNICA O PROJETO DE RESOLUÇÃO 929/2020. ANUNCIADA A DISCUSSÃO ÚNICA DO PARECER 1979/2020 DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA, QUE OPINOU PELA REJEIÇÃO DO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA 580/2019, O PRESIDENTE INFORMA QUE O DEPUTADO AUTOR DO PROJETO APRESENTOU RECURSO COM APOIAMENTO, NA FORMA REGIMENTAL, CONTRA DECISÃO UNÂNIME DA CCLJ, ADMITIDO E SUBMETIDO AO PLENÁRIO. DISCUTEM A MATÉRIA OS DEPUTADOS ANTONIO MORAES, ANTÔNIO FERNANDO, ROMÁRIO DIAS, PRISCILA KRAUSE E JOÃO PAULO. O PRESIDENTE INFORMA QUE A APROVAÇÃO DO PARECER IMPLICARÁ EM REJEIÇÃO DO PROJETO. E A REJEIÇÃO DO PARECER DA CCLJ POSSIBILITARÁ O PROSSEGUIMENTO DO PROJETO DE AUTORIA DO DEPUTADO ANTONIO FERNANDO. FEITO ISTO, ANUNCIADA A VOTAÇÃO, O PARECER 1979/2020 DA CCLJ FOI APROVADO PELA MAIORIA DOS PRESENTES EM PLENÁRIO, RESTANDO REJEITADO O PROJETO 580/2019. EM SEGUIDA, FORAM APROVADOS EM DISCUSSÃO ÚNICA AS INDICAÇÕES 3410/2020 A 3417/2020 E OS REQUERIMENTOS 1859/2020 A 1864/2020. INICIA O GRANDE EXPEDIENTE. O DEPUTADO JOEL DA HARPA PARABENIZA ATUAÇÃO DOS AGENTES DA SEGURANÇA PÚBLICA QUE TRABALHARAM NO PERÍODO CARNAVEESCO EM PERNAMBUCO E É APARTEADO PELOS DEPUTADOS FABRÍZIO FERRAZ E JOÃO PAULO. O PRESIDENTE REGISTRA A PRESENÇA NA GALERIA DESTES PLENÁRIO DA ESCOLA DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO GINÁSIO PERNAMBUCANO À CONVITE DO DEPUTADO PROFESSOR PAULO DUTRA. O DEPUTADO FABRIZIO FERRAZ REPERCUTE PROJETO DE LEI DE SUA AUTORIA SOBRE A CRIAÇÃO E A DISPONIBILIZAÇÃO GRATUITA DO APLICATIVO "GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL ONLINE", QUE TEM POR OBJETIVO PROPORCIONAR A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE EMISSÃO DAS GUIAS DE TRÂNSITO ANIMAL EM PERNAMBUCO, E A SUA COMPROVAÇÃO FISCAL. SÃO ENVIADOS ÀS COMISSÕES OS PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA 935/2020, 936/2020, 938/2020, 939/2020, 941/2020, 942/2020, 943/2020, OS PROJETOS DE RESOLUÇÃO 937/2020 E 940/2020, A EMENDA 1/2020 AO PROJETO DE LEI 667/2019 PARA 2º TURNO E A EMENDA 1/2020 AO PROJETO DE LEI 897/2020. ESTAS PROPOSIÇÕES SÃO ENVIADAS À PUBLICAÇÃO COM AS INDICAÇÕES 3419/2020 E 3420/2020 E OS REQUERIMENTOS 1866/2020 A 1878/2020. O PRESIDENTE ENCERRA A REUNIÃO E CONVOCA A SEGUINTE, EM CARÁTER SOLENE, PARA HOJE A NOITE, NO AUDITÓRIO SENADOR SÉRGIO GUERRA.

ATA DA SEXTA REUNIÃO PLENÁRIA SOLENE DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE MARÇO DE 2020

PRESIDÊNCIA DOS DEPUTADOS ERIBERTO MEDEIROS E WALDEMAR BORGES

ÀS 18 HORAS DE 2 DE MARÇO DE 2020, NO AUDITÓRIO SENADOR SÉRGIO GUERRA, LOCALIZADO NO EDIFÍCIO GOVERNADOR MIGUEL ARRAES DE ALENCAR, PRESENTES OS DEPUTADOS ERIBERTO MEDEIROS, ISALTINO NASCIMENTO, JOÃO PAULO, JOSÉ QUEIROZ, JUNTAS, PROFESSOR PAULO DUTRA E WALDEMAR BORGES O MESTRE DE CERIMÔNIA ANUNCIA O INÍCIO DA SOLENIDADE EM CELEBRAÇÃO AOS 98 ANOS DO PARTIDO COMUNISTA NO BRASIL, DE INICIATIVA DO DEPUTADO JOÃO PAULO. COMPÕE-SE A MESA DOS TRABALHOS. O PRESIDENTE ABRE A REUNIÃO. OUVES-SE O HINO NACIONAL. O PRESIDENTE TECE CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE ESSA IMPORTANTE MARCA ALCANÇADA PELO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL E, EM SEGUIDA, PASSA A PRESIDÊNCIA DOS TRABALHOS AO DEPUTADO WALDEMAR BORGES, QUE DISCURSA EM DEFESA DA DEMOCRACIA. DEPUTADO JOÃO PAULO DISCURSA ENALTecendo OS 98 ANOS DE HISTÓRIA DO PC DO B EM DEFESA DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES, DA SOBERANIA NACIONAL E DA DEMOCRACIA BRASILEIRA. OCORRE APRESENTAÇÃO MUSICAL. APÓS, O DEPUTADO JOÃO PAULO ENTREGA PLACA COMEMORATIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA À VICE GOVERNADORA LUCIANA SANTOS, PRESIDENTE NACIONAL DO PARTIDO HOMENAGEADO. OCORRE MAIS UMA APRESENTAÇÃO MUSICAL. DISCURSA LUCIANA SANTOS QUE PROFERE SUA MENSAGEM DE AGRADECIMENTO EM NOME DA INSTITUIÇÃO HOMENAGEADA DESTA NOITE. REGISTRAM-SE MENSAGENS DE CONVIDADOS A ESTA REUNIÃO E PRESENCAS. OUVES-SE O HINO DO ESTADO. O PRESIDENTE TECE CONSIDERAÇÕES FINAIS, ENCERRA A REUNIÃO E CONVOCA A SEGUINTE, ORDINÁRIA, PARA AMANHÃ NO HORÁRIO REGIMENTAL.

Expediente

DÉCIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE MARÇO DE 2020.

EXPEDIENTE

PARECER Nº 2082 - DA COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL dando Redação Final ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 175.

À Imprimir.

X X X X X X X X X X

PARECER Nº 2083 - DA COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL dando Redação Final ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 176.

À Imprimir.

X X X X X X X X X X

PARECER Nº 2084 - DA COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL dando Redação Final ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 353.

À Imprimir.

X X X X X X X X X X

PARECERES NºS 2085 E 2086 - DA COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL dando Redação Final aos Projetos nºs 484 e 709.

À Imprimir.

X X X X X X X X X X

PARECER Nº 2087 - DA COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL dando Redação Final ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 732.

À Imprimir.

X X X X X X X X X X

PARECER Nº 2088 - DA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 289.

À Imprimir.

X X X X X X X X X		PARECER Nº 2089 - DA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR opinando pela rejeição ao Substitutivo nº 02 aos Projetos de Leis Ordinárias nºs 394 e 439. À Imprimir.
X X X X X X X X X		
X X X X X X X X X		PARECER Nº 2090 - DA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 470. À Imprimir.
X X X X X X X X X		
X X X X X X X X X		PARECERES NºS 2091, 2093, 2094, 2095, 2101, 2103, 2108, 2111, 2112, 2113 E 2114 - DA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR opinando favorável aos Projetos nºs 535, 577, 852, 853, 668, 672, 751, 782, 849, 850 e 851. À Imprimir.
X X X X X X X X X		
X X X X X X X X X		PARECER Nº 2092 - DA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR opinando favorável ao Projeto de Lei Ordinária nº 574, juntamente com a Emenda nº 01. À Imprimir.
X X X X X X X X X		
X X X X X X X X X		PARECER Nº 2096 - DA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 611. À Imprimir.
X X X X X X X X X		
X X X X X X X X X		PARECER Nº 2097 - DA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 626. À Imprimir.
X X X X X X X X X		
X X X X X X X X X		PARECER Nº 2098 - DA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 633. À Imprimir.
X X X X X X X X X		
X X X X X X X X X		PARECER Nº 2099 - DA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 644. À Imprimir.
X X X X X X X X X		
X X X X X X X X X		PARECER Nº 2100 - DA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 649. À Imprimir.
X X X X X X X X X		
X X X X X X X X X		PARECER Nº 2102 - DA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 671. À Imprimir.
X X X X X X X X X		
X X X X X X X X X		PARECER Nº 2104 - DA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR opinando favorável ao Projeto de Lei Ordinária nº 722, juntamente com a Emenda nº 01. À Imprimir.
X X X X X X X X X		
X X X X X X X X X		PARECER Nº 2105 - DA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 724. À Imprimir.
X X X X X X X X X		
X X X X X X X X X		PARECER Nº 2106 - DA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR opinando favorável ao Projeto de Lei Ordinária nº 725, juntamente com a Emenda nº 01. À Imprimir.
X X X X X X X X X		
X X X X X X X X X		PARECER Nº 2107 - DA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 749. À Imprimir.
X X X X X X X X X		
X X X X X X X X X		PARECER Nº 2109 - DA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 756. À Imprimir.
X X X X X X X X X		
X X X X X X X X X		PARECER Nº 2110 - DA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR opinando favorável ao Projeto de Lei Ordinária nº 773, juntamente com a Emenda nº 01. À Imprimir.
X X X X X X X X X		
X X X X X X X X X		PARECER Nº 2115 - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA opinando favorável a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 667. À Imprimir.
X X X X X X X X X		
X X X X X X X X X		PARECER Nº 2116 - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA adotando ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 813. À Imprimir.
X X X X X X X X X		
X X X X X X X X X		PARECERES NºS 2117, 2121, 2122 E 2124 - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA opinando favorável aos Projetos nºs 823, 895, 896 e 935. À Imprimir.
X X X X X X X X X		
X X X X X X X X X		PARECER Nº 2118 - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA adotando ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 877. À Imprimir.
X X X X X X X X X		
X X X X X X X X X		PARECER Nº 2119 - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA opinando favorável a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 884. À Imprimir.
X X X X X X X X X		

X X X X X X X X X		PARECER Nº 2120 - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA adotando ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 886. À Imprimir.
X X X X X X X X X		
X X X X X X X X X		PARECER Nº 2123 - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA opinando favorável ao Projeto de Lei Ordinária nº 897, juntamente com a Emenda nº 01. À Imprimir.
X X X X X X X X X		
X X X X X X X X X		OFÍCIO Nº 004/2020 - DO PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA comunicando, com fundamento no art. 274, I, c/c § 1º do art. 274-A do Regimento Interno, foi autorizada, em procedimento prévio à autuação, na reunião desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça do último dia 18 (dezoito) de fevereiro do corrente ano, a tramitação do Projeto de Resolução, de autoria do Deputado Antônio Moraes (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadã Pernambucana à empresária Luiz helena Trajano Inácio Rodrigues) À Publicação.
X X X X X X X X X		
X X X X X X X X X		OFÍCIO Nº 005/2020 - DO PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA comunicando, com fundamento no art. 274, I, c/c § 1º do art. 274-A do Regimento Interno, foi autorizada, em procedimento prévio à autuação, na reunião desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça do último dia 18 (dezoito) de fevereiro do corrente ano, a tramitação do Projeto de Resolução, de autoria do Deputado Joel da Harpa (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao General de Exército Freire Gomes). À Publicação.
X X X X X X X X X		
X X X X X X X X X		REQUERIMENTOS - DOS DEPUTADOS WALDEMAR BORGES e DIOGO MORAES solicitando dispensa da presença na reunião Plenária do dia 03 de março do corrente ano, para viagem a Brasília. Inteirada.
X X X X X X X X X		

Ofícios

Ofício CCLJ nº 004/2020

Recife, 03 de março de 2020	
Senhor Presidente,	
Sirvo-me do presente para comunicar a V. Exa. que com fundamento no art. 274, I, c/c § 1º do art. 274-A do Regimento Interno, foi autorizada, por unanimidade dos Deputados presentes, em procedimento prévio à autuação, na reunião desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça do último dia 18 de fevereiro do corrente ano, a tramitação do Projeto de Resolução, de autoria do Deputado Antonio Moraes (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadã Pernambucana à Empresária Luiz Helena Trajano Inácio Rodrigues)	
Atenciosamente,	
Deputado Waldemar Borges Presidente da CCLJ	
Exmo. Sr. Deputado Eriberto Medeiros Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco	

Ofício CCLJ nº 005/2020

Recife, 03 de março de 2020	
Senhor Presidente,	
Sirvo-me do presente para comunicar a V. Exa. que com fundamento no art. 274, I, c/c § 1º do art. 274-A do Regimento Interno, foi autorizada, por unanimidade dos Deputados presentes, em procedimento prévio à autuação, na reunião desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça do último dia 18 de fevereiro do corrente ano, a tramitação do Projeto de Resolução, de autoria do Deputado Joel da Harpa (Ementa: Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao General de Exército Freire Gomes).	
Atenciosamente,	
Deputado Waldemar Borges Presidente da CCLJ	
Exmo. Sr. Deputado Eriberto Medeiros Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco	

Mensagem

MENSAGEM Nº 09/2020

Recife, 3 de março de 2020	
Senhor Presidente,	
Venho pela presente retirar, com fundamento no § 5º do art. 226 do Regimento Interno dessa Egrégia Casa, o requerimento de urgência relativamente ao Projeto de Lei nº 896/2020, enviado por meio da Mensagem nº 04/2020, que Institui o Marco Regulatório da Educação Básica no âmbito do Sistema Estadual de Educação.	
Certo da compreensão dos membros que compõem essa Casa na apreciação da solicitação que ora submeto à sua consideração, reitero a Vossa Excelência e a seus ilustres Pares os meus protestos de alta estima e distinta consideração.	
PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA Governador do Estado	
Excelentíssimo Senhor Deputado JOSÉ ERIBERTO MEDEIROS DE OLIVEIRA DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco NESTA	
Às 1ª, 2ª, 3ª e 5ª Comissões	

Projetos

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 000944/2020

Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Ministro do Superior Tribunal de Justiça Marcelo Navarro Ribeiro Dantas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RESOLVE:

Art. 1º Fica Concedido o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Senhor Ministro do Superior Tribunal de Justiça Marcelo Navarro Ribeiro Dantas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

É com muito orgulho e satisfação que apresento nesta Casa um nome para apreciação dos senhores deputados, o Senhor Ministro do Superior Tribunal de Justiça, potiguar de nascimento, Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, que trago a luz dos nossos trabalhos a fim de agracia-lo com o Título de Cidadão Pernambucano.

Nascido em Natal - RN, em 20 de janeiro de 1963, filho de Múcio Vilar Ribeiro Dantas e Cleide Navarro Ribeiro Dantas (falecidos), casado com Maria Ariadna da Rocha Ribeiro Dantas, pai de Helena da Rocha Ribeiro Dantas e Marcelo da Rocha Ribeiro Dantas. Marcelo Navarro sempre foi um estudante exemplar, obtendo o 1º lugar no vestibular de direito da UFRN e em todos os concursos em que concorreu. Em 1985 formou-se em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), tornou-se mestre em 1992 e doutor em 1999. É professor associado do curso de direito da UFRN desde 1993 e foi também professor da Universidade Potiguar (UnP), no período entre 1993 e 2003.

Iniciou sua carreira como advogado militante e professor de direito, logo após a sua formatura em 1985. Passou em 1º lugar para o concurso de Promotor de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Norte, atuando de 1986 à 1987. Exerceu o cargo de Procurador do Serviço Social da Indústria do Rio Grande do Norte (SESI-RN) de 1987 à 1991, e Procurador-Geral da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte de 1989 à 1999. Ingressou no Ministério Público Federal, passando em 1º lugar nacional no concurso para Procurador da República no ano de 1991.

Sua atuação em Pernambuco começou no ano de 2003, quando tornou-se Desembargador Federal, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5), através do quinto constitucional, em vaga destinada a membro do Ministério Público, vindo a fixar residência em Recife. Nos doze anos de atuação no TRF5, destacou-se entre os seus pares chegando ao cargo de Presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, e, como tal, Membro Efetivo Titular do CJF - Conselho da Justiça Federal, de 4/2015 à 9/2015.

Em 2015, foi escolhido pela Presidente Dilma Rouseff para o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, a partir de lista tríplice elaborada pelos membros da própria corte, na qual seu nome foi o segundo mais votado, atrás do então Desembargador Federal Joel Paciornik. Sabatinado pelo Senado Federal, foi aprovado com 65 votos favoráveis, 2 contrários e uma abstenção, e tomou posse no dia 30 de setembro de 2015.

Poliglota, domina o espanhol, o inglês, o italiano e o Francês participando de diversos cursos no exterior: Nuevas Tendencias en el Derecho Ambiental Europeo, Universidad de Alicante, Espanha, 2008; Judicial Mediation Training Program for Brazilian Judges, Court of Appeal of Québec – Faculty of Law – Université de Sherbrooke, Montréal, Canadá, 2009; Diploma in United States Law, The University of Denver – Sturm College of Law, Denver, Colorado, Estados Unidos da América, 2010; Human Rights and Correctional Systems, UNICRI – United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute – United Nations Campus in Turin, Itália, 2013; Formation de Formateurs, École Nationale de la Magistrature, Paris (e Bordeaux), França, 2014.

Além das atuais funções judicantes no Superior Tribunal de Justiça, desenvolve atividades acadêmicas, proferindo palestras e escrevendo artigos, bem como atividades editoriais e de pesquisa. Foram publicados os seguintes livros de sua autoria: *Apontamentos sobre Mandado de Segurança* , 171 pp., CERN - Cia. Editora do Estado do Rio Grande do Norte, Natal-RN, 1984; *Reclamação Constitucional no Direito Brasileiro*, 543 pp., Sergio Antonio Fabris Editor, Porto Alegre, 2000; *Mandado de Segurança Coletivo – Legitimação Ativa*, 130 pp., ed. Saraiva, São Paulo, 2000; *Significado do 30 de Setembro*, Coleção Mossoroense, Mossoró, 2001; *Princípio do Promotor Natural*, Jus Podium, Salvador, 2004. O Dr. Marcelo Navarro tem uma vasta e profícua produção de artigos para revistas especializadas, coletâneas e capítulos de obras coletivas entre as quais: *Admissibilidade e Mérito Na Execução* , in *Revista de Processo* n.º 47, RT, S. Paulo, 1987; *Existência, Vigência, Eficácia e Efetividade das Normas Jurídicas* , in *RAD - Revista Acadêmica de Direito* , Natal-RN, 1989; in *Revista Ciência Jurídica*, vol. 49, Editora Ciência Jurídica, Salvador-BA, 1993; in *Revista da Procuradoria-Geral da República* n.º 2, RT, S. Paulo, 1993; *Competência Constitucional dos Tribunais de Justiça* , in *Revista da Procuradoria-Geral da República* n.º 4, RT, S. Paulo, 1994; *Jurisprudência Comentada - Ação Declaratória de Constitucionalidade* , in *Revista da Procuradoria-Geral da República* n.º 4, RT, S. Paulo, 1994; *Honorários em Mandado de Segurança* , in *Revista da Procuradoria-Geral da República* n.º 5, RT, S. Paulo, 1994; *Suspensão de Execução em Face de Ação Rescisória: Ligeiras Reflexões sobre a Baixa Eficácia da Tutela Satisfativa no Sistema Processual Brasileiro*, in *Revista Forense* n.º 348 , Forense, Rio de Janeiro, 2000; *Correição Parcial Não É Recurso*, in *Aspectos Polêmicos e Atuais dos Recursos e Outros Meios de Impugnação das Decisões Judiciais*, org. Teresa Celina de Arruda Alvim Wambier, RT, São Paulo, 2001; *Mandado de Segurança e Execução Trabalhista – O Caso das Secretarias (ou Centrais) de Execução Integradas, in Processo de Execução (livro-homenagem ao Ministro Francisco Fausto)*, coord. Maria do Perpétuo Socorro Wanderley de Castro, LTr, São Paulo, 2002; *Reclamação Constitucional, in Procedimentos Especiais Cíveis*, org. Cristiano Chaves de Farias e Fredie Didier Jr., Saraiva, São Paulo, 2003; *O Promotor Natural e a Jurisprudência do STF, in Revista do Tribunal Regional Federal da 5.ª Região* n.º 56, Recife, 2004; *Comentários aos Capítulos sobre Pessoa Jurídica e Domicílio, in Comentários ao Novo Código Civil*, org. Arruda Alvim, Forense, Rio de Janeiro, 2005; *A Importância do Controle da Administração Pública no Contexto Atual do Direito Público, in Revista “Juris Rationis”, UnP, Natal, ano II, n. 1, jan-dez 2006; A Divisão dos Poderes e o Controle da Administração Pública, in Revista “Juris Rationis”, UnP, Natal, ano III, n. 1, jan-dez 2007; Novidades em Reclamação Constitucional, in Revista Latino-Americana de Estudos Constitucionais*, n.º 8, Del Rey, Belo Horizonte, 2008; *Comentários ao Art. 7.º da Lei 12.016, in Comentários à Nova Lei do Mandado de Segurança*, org. Napoleão Nunes Maia Filho, Tiago Asfor Rocha Lima et Caio César Vieira Rocha, RT, São Paulo, 2010; *Novidades em Reclamação Constitucional: seu Uso para Impor o Cumprimento de Súmula Vinculante, in Seu Direito, Sua Garantia – Estudos Jurídicos, Políticos e Sociais em Homenagem ao Prof. Dr. Palhares Moreira Reis*, org. Nelson Saldanha et Ivo Dantas, Editora Universitária UFPE, Recife, 2012; *Juízes Estão Sujeitos ao Código Civil e ao Código Penal, in Consultor Jurídico*, publicação eletrônica no sítio Consultor Jurídico: <http://www.conjur.com.br/2012-abr-18/juizes-tambem-submetem-codigo-civil-codigo-penal>; *A Problemática dos Embargos Infringentes no Projeto do Novo Código de Processo Civil*, in *Revista do Tribunal Regional Federal da 5ª Região*, nº 100, nov-dez 2012, e in *Novas Tendências do Processo Civil - Estudos sobre o Projeto do Novo CPC* , org. Alexandre Freire, Bruno Dantas, Dierle Nunes, Fredie Didier Jr., José Medina, Luiz Fux, Luiz Volpe et Pedro Miranda, Jus Podium, Salvador, 2013, e ainda republicado como *Alteração nos Infringentes Traz Mais Danos que Vantagens no sítio eletrônico Consultor Jurídico*: <http://www.conjur.com.br/2013-fev-25/marcelo-dantas-alteracao-infringentes-traz-danos-vantagens>; *A Reclamação Constitucional no Direito Comparado, in Reclamação Constitucional*, org. Eduardo José da Fonseca Costa et Pedro Henrique Pedrosa Nogueira, Jus Podium, Salvador, 2013; *O Procedimento da Reclamação, in Reclamação Constitucional*, org. Eduardo José da Fonseca Costa et Pedro Henrique Pedrosa Nogueira, Jus Podium, Salvador, 2013; *O Projeto do Novo Código Comercial e a Desconsideração da Pessoa Jurídica, in Reflexões sobre o Projeto de Código Comercial*, org. Fábio Ulhoa Coelho, Tiago Asfor Rocha Lima et Marcelo Guedes Nunes, Saraiva, São Paulo, 2013; *De Agravos, Babás e Mulas sem Cabeça*, publicação no sítio eletrônico Consultor Jurídico: <http://www.conjur.com.br/2013-jul-16/marcelo-navarro-dantas-agravos-babas-mulas-cabeca>; *Instrumentos de Agravo Insuficientemente Instruídos e o Problema da Decisão do STJ no REsp 1.102.467/RN, in Revista de Processo* n.º 223, RT, São Paulo, 2013; *Comentários aos arts. 350 e segs. do novo Código de Processo Civil, in Brevres Comentários ao Código de Processo Civil*, org. Teresa Arruda Alvim Wambier, Fredie Didier, Eduardo Talamini et Bruno Dantas, RT, São Paulo, 2015.

Sua produção acadêmica e editorial conta ainda com a coordenação de obras coletivas como: *Jurista Literário I, MP, São Paulo, 2009* (com Bruno Novais e Marcelo Magalhães); *Jurista Literário II, MP, São Paulo, 2011* (com Bruno Novais e Marcelo Magalhães); *Estudos Jurídicos em Homenagem ao Ministro José Delgado* (com Arruda Alvim e Gustavo Melo), no prelo e artigos em jornais diversos, em vários periódicos, destacando-se a defesa do Ministério Público, no *Caderno Direito & Justiça* , do *Correio Brasileiro* , em 1994. Colabora quinzenalmente com artigos sobre temas diversos — predominantemente literários — nos jornais *Diário de Pernambuco*, de Recife; *Correio da Paraíba*, de João Pessoa; e *Tribuna do Norte*, de Natal.

Por sua atuação profissional excepcional já foi homenageado com diversas condecorações: *Medalha do Mérito Universitário, da UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Melhor Concluinte de Direito (período letivo 1984.2); Medalha do Mérito Miguel Seabra Fagundes, do Tribunal Regional do Trabalho da 21.ª Região; Prêmio Inovare 2006 Categoria Tribunal, da Fundação Getúlio Vargas; Troféu Dom Quixote, da Revista Justiça e Cidadania; Medalha do Mérito Eleitoral Tavares de Lyra, do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte; Medalha de Honra ao Mérito Varela Santiago, do Centenário da Liga de Ensino do Rio Grande do Norte; Medalha do Mérito da Saúde Pedro Germano, da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte; Medalha do Mérito Governador Dinarte Mariz, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte; Medalha do Mérito Alberto Maranhão, do Conselho de Cultura do Estado do Rio Grande do Norte; Medalha do Mérito Eleitoral Frei Caneca, do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco; Medalha do Mérito Joaquim Nunes Machado, do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco; Medalha do Mérito Judiciário Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região; Medalha do Mérito Legislativo, da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte; Medalha do Pacificador , do Exército Brasileiro.*

Pelo histórico apresentado e que conclui-se que o Ministro Marcelo Navarro presta relevantes serviços ao Judiciário Nacional, por seus julgados perante o Superior Tribunal de Justiça, trabalhos relevantes publicados bem como prestou relevantes serviços a Judiciário do Nordeste, em especial de Pernambuco, por sua atuação nos 12 anos em que foi Desembargador do Tribunal Regional da 5ª Região, sediado em Recife.

Demonstrada, permissa vênia, a importância jurídica do homenageado para o Brasil, para o Nordeste e para o nosso Estado a presente homenagem configura um justo e devido reconhecimento desta Casa Legislativa a uma personalidade de destaque no cenário jurídico nacional.

Pelos relevantes serviços prestados a justiça no Estado de Pernambuco, nos doze anos em que residiu neste Estado no exercício do cargo de Desembargador no Tribunal Regional da 5ª Região é que peço a aprovação dos meus pares para a concessão do Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Senhor Ministro do STJ Marcelo Navarro Ribeiro Dantas.

Sala das Reuniões, em 05 de Fevereiro de 2020.

Antonio Coelho
Deputado

Às 1ª, 11ª comissões.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 000945/2020

Concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano a Jaime de Amorim

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Sr. Jaime de Amorim.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Jaime de Amorim, é assentado no assentamento Normandia em Caruaru, onde mora trabalha e vive com a família. É casado, com Rubneuz Leandro de Souza e tem 4 filhos, Raul, Marcos Rosa e Paulo Ernesto. Tem curso de Graduação em Pedagogia, pela faculdade de Educação de Joinville e especialização em estudos latina Americano na UFJF em Minas Gerais.

É membro da direção nacional do Movimento Sem Terra e da direção estadual do MST, é camponês e filho de camponeses, nasceu no dia 7 de abril de 1960, na cidade de Guaramirim em Santa Catarina. Desde muito cedo, fez a militância política: Em 1979 ingressou na pastoral da juventude da diocese de Joinville, foi catequista e ministro da palavra. Foi Coordenador da Pastoral da Terra da diocese de Joinville. Em 1981 se filiou ao Partido dos Trabalhadores. Em 1987, foi convidado pelo MST para ajudar a construir o MST no Nordeste. Chegou no Nordeste em maio de 87, no estado da Bahia onde em setembro do mesmo ano foi realizado a primeira grande ocupação de terra que oficialmente marca a construção do Movimento Sem Terra no Nordeste. Coordenou a secretaria regional do Nordeste, em Maceió, de 89 a 91 e em janeiro 92 vem definitivamente para Pernambuco para ajudar a construir o MST em Pernambuco e a partir daqui acompanhar o movimento no Nordeste.

Em Pernambuco, o movimento é fundado oficialmente, em 89, com a ocupação do engenho Mercês no município de Cabo de Santo Agostinho. Tem hoje, depois de 30 anos de história, 226 assentamentos conquistados com 14.100 famílias assentadas em diversos municípios do Estado, e mais 163 acampamentos, com mais de 16 mil famílias que ainda vivem acampadas, sonhando e lutando pela Reforma Agrária.

Aqui em Pernambuco, foram muitas conquistas, em diversas campos: político, econômico, social e cultural, em especial a afirmação da identidade camponesa. Foi criado o sistema de cooperativista dos assentados, a partir da cooperativa central dos assentados – CCA PE. Hoje comercializa produtos das famílias assentadas nas feiras livres municipais, são centenas de associações, cooperativas de produção que representam os assentamentos. Em especial várias agroindústrias fornecendo alimentação escolar, para escolas da rede estadual e municipais como: Caruaru, Recife, Serra Talhada entre outras. É responsável e coordena também o Centro de formação Paulo Freire, que tem se transformado numa referência importante no processo de formação técnica, na formação de professores para as áreas de assentamento e também na formação de militantes.

Nos últimos, anos o movimento vem construindo um processo de relação mais direta com a sociedade, em especial através dos armazéns do campo, hoje já está funcionando o armazém do campo do Recife, com diversas atividades no campo cultural, política e comercializando produtos orgânicos e agroecológicos da reforma Agrária. Recentemente foi aberto também o armazém do campo de Caruaru.

Hoje são dois grandes desafios fundamentais do MST: o dois o primeiro é a educação do campo. “Nenhum trabalhador e trabalhadora Sem Terra analfabeto, todos os Sem-Terra estudando por isso um dos desafios fundamentais para garantir que todos os Terras dos assentamentos e acampamentos estudando”, e transformando os assentamentos em territórios livres do analfabetismo.

Segundo o grande desafio está na transição agroecológica. Garantir que é agroecologia possa ser uma realidade para produzir alimentos saudáveis para toda a sociedade e de forma sustentável, para isso estão sendo realizados, vários cursos, muitos debates e pesquisas na intenção de transformar as áreas da reforma agrária em áreas de produção agroecológica. Além dos desafios da participação da juventude nos assentamentos, na produção, com trabalho, da organização do MST e na inserção da sociedade local e a participação das mulheres no processo produtivo e no processo organizativo.

Assim, por toda a contribuição de Jaime Amorim na construção da luta pela Reforma Agrária no Nordeste, em especial, em Pernambuco, realizaremos uma Reunião Solene para homenagear sua trajetória de lutas e conquistas em agradecimento por tudo o que fez e ainda faz pelos camponeses pernambucanos.

Sala das Reuniões, em 02 de Março de 2020.

Isaltino Nascimento
Deputado

Às 1ª, 11ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000946/2020

Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de possibilitar a livre escolha do centro de serviço automotivo para as revisões de veículos em garantia de fábrica.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, passa a vigorar com o seguinte acréscimo:

“Art. 178-A. É assegurado ao consumidor o direito à livre escolha do centro de serviço automotivo para as revisões de veículos em garantia de fábrica. (AC)

§ 1º As revisões realizadas fora dos centros de serviços credenciados ou autorizados pelo fabricante não resultará em perda da garantia do veículo automotor. (AC)

§ 2º Os centros automotivos não credenciados ou autorizados pelo fabricante e aptos a prestação dos serviços descritos no caput deste artigo deverão estar formalizados, com seus registros e licenças legais vigentes, e possuir certificação de qualidade de processos emitido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou órgão acreditado por ela dentro do prazo de validade. (AC)

§ 3º A certificação descrita no parágrafo anterior deverá ser exposta pelos estabelecimentos em local de fácil acesso e visível ao consumidor. (AC)

§ 4º Deverão ser obedecidos os prazos de tempo e quilometragem para as revisões, de acordo com manual de instruções que acompanha o veículo.(AC)

§ 5º As peças substituídas durante a vigência da garantia deverão ser originais e as notas fiscais das peças trocadas em serviço deverão ser anexadas ao manual do veículo." (AC)	
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.	
Justificativa	
Os fabricantes de veículos automotores obrigam os proprietários a manterem as revisões veiculares em centros de serviços automotivos autorizados, onde são submetidos a valores surreais a cada revisão, e, o descumprimento de tal regra acaba acarretando a perda da garantia do veículo. Esta medida se torna uma afronta ao consumidor que deve ter o direito à livre escolha assegurado para a realização do serviço.	
De acordo com o tempo de uso e quilometragem, o proprietário do veículo é obrigado a procurar um centro de serviços da rede conveniada, que, em muitos casos, não se encontra localizado próximo do local de residência do consumidor. Arelado a este fato, muitos fabricantes de veículos mantem seus centros de serviços apenas na capital ou regiões metropolitanas, fazendo com que o consumidor residente fora desses centros urbanos, além de pagar altíssimos valores a cada revisão, submetido a percorrer grandes distâncias até a rede autorizada designada.	
Nada impede que estes serviços sejam realizados em qualquer centro de serviço automotivo de confiança do proprietário, desde que as peças trocadas obedeçam ao tempo de vida útil descritos no manual do veículo. As peças trocadas nesses estabelecimentos devem ser substituídas por peças originais e suas notas fiscais anexadas ao manual do veículo a cada revisão.	
É importante distinguir a garantia legal da garantia contratual. A primeira é de cunho obrigatório, não podendo ser excluída em qualquer hipótese, e a segunda possui natureza facultativa e pode ser concedida por mera liberalidade. Ou seja, esta espécie de garantia trata-se de um <i>plus</i> ao consumidor. Outro aspecto importante é que, ao contrário da garantia legal, a garantia contratual exige termo escrito, contendo as informações de condições e prazos necessários. De acordo com o art. 50 do Código de Defesa do Consumidor, a garantia contratual é complementar à legal. Portanto, é somente a partir do término do prazo da garantia contratual que se inicia o prazo da garantia legal.	
Em análise ao caso concreto, tratando-se de um bem durável como o automóvel, o CDC garante o prazo de garantia de 90 (noventa) dias após a entrega efetiva do bem. Neste período, não poderia, em regra, ser imposto qualquer requisito ao consumidor em caso de necessidade de utilização da garantia, inclusive o direito à escolha, de forma livre, do centro de serviços automotivos para a reposição de peças/reparos porventura necessários.	
Lado outro, mas em esteira similar no que pesa o disposto no Parágrafo único do art. 50 do CDC, o fornecedor não é livre para estipular, durante a vigência da garantia contratual, condições que possam onerar a referida garantia. A liberdade plena do fornecedor, no que tange à imposição da utilização de sua rede de concessionárias, bem como a utilização forçada de tão somente suas peças quando das revisões obrigatórias poderia, até mesmo, configurar uma venda casada, o que é vedado, também, pelo CDC, segundo o que dispõe o seu artigo 39, I.	
Assim, o fabricante poderá, sim, impor certas condições para a manutenção da garantia contratual, tais quais: a forma, o prazo e o lugar, contudo não poderá impor lugar prévio, com o qual possua parceria ou, até mesmo, seja proprietário, restando tal prática uma verdadeira venda casada.	
Neste caso, o fabricante poderá determinar que as manutenções sejam efetuadas em determinados períodos de tempo (mensal, bimestral, trimestral, etc.), a substituição de certas peças (filtros, lubrificantes, correias, discos e pastilhas de freio, etc) e que tais manutenções sejam efetuadas em centros de serviços automotivos formais (plenamente legais e com licenças vigentes). Porém tais imposições, especificamente a da escolha do centro de serviço automotivo, não poderão ser restritivas, cabendo ao centro de serviço automotivo tão somente demonstrar sua certificação junto aos órgãos competentes, o que demonstrará sua aptidão para efetuar os serviços necessários.	
É bem verdade que pouquíssimos centros automotivos em Pernambuco são credenciados pelos fabricantes e, em sua maioria, funcionam em conjunto com as concessionárias. Isso, além de causar transtornos ao consumidor, impondo-lhes o pagamento de elevados valores, sem qualquer possibilidade de negociação, ainda induz a venda casada que, conforme já explicitado, é ilegal.	
Solicitamos, pois, aos eminentes parlamentares a atenção devida e o apoio necessário à aprovação deste projeto de lei, de conteúdo altamente relevante para a população Pernambucana e que preza pela defesa do consumidor.	
Sala das Reuniões, em 02 de Março de 2020.	
Antônio Moraes Deputado	
Às 1ª, 3ª, 11ª comissões.	

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000947/2020

Garante, às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, a prioridade de vagas nas escolas de tempo integral da rede pública de ensino do Estado de Pernambuco.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º É assegurada, às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, a prioridade de matrícula nas escolas de tempo integral da rede pública estadual de ensino.

Parágrafo único. A preferência de que trata o *caput* deste artigo consiste na garantia de matrícula na série procurada pelo aluno, condicionada ao quantitativo de vagas ofertadas.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, são considerados vulneráveis as crianças e adolescentes que se encontrem nas seguintes situações:

I - de abandono e/ou negligência;

II - de abuso e maus-tratos na família ou nas instituições de acolhimento;

III - de exploração e abuso sexual;

IV - de trabalho abusivo e explorador;

V - de tráfico de crianças e adolescentes;

VI - uso e tráfico de drogas;

VII - de conflito com a lei, em razão de cometimento de ato infracional;

VIII - acolhidos em abrigos geridos pelo poder público ou em instituições privadas sem fins lucrativos devidamente cadastradas junto ao Estado;

IX - em situação de rua e, depois de previamente triados pelo poder público, inseridos em programa de acolhimento familiar ou institucional; e

X - outras situações previstas em lei.

Art. 3º A prioridade de vaga apenas será concedida mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I - cópia do Boletim de Ocorrência emitido por órgão competente;

II - termo expedido pelo Juiz ou pelo Promotor de Justiça competente que reconheça a situação de vulnerabilidade da criança ou adolescente; ou

III - auto de infração ou boletim de ocorrência circunstanciada, para comprovação da situação elencada no inciso VII do artigo anterior.

Art. 4º Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei em todos os aspectos necessários para a sua efetiva aplicação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A vulnerabilidade infantil atinge vários pontos da vida social da criança, são evidências causadas por transtornos mentais, que pode ter efeito duradouro na vida dos indivíduos afetados, podendo também causar problemas maiores na vida adulta. Em regra, as crianças e adolescentes que vivenciam tal situação de vulnerabilidade são aqueles que sofrem com a desigualdade social, da pobreza à discriminação, com a falta de acesso à educação, com abuso sexual, exploração de trabalho infantil, ausência da família. Todos esses fatores acabam resultando na falta de uma perspectiva de melhoria de vida, retirando deles ofertas de projetos futuros e levando-os a desacreditar na vida.

No Brasil, as principais vulnerabilidades que acometem as crianças e os adolescentes são os riscos relacionados ao alcoolismo e aos conflitos entre casais, que tornam crianças testemunhas de agressões e de toda forma de violência. Os riscos referentes ao lugar de moradia incluem a precariedade da oferta de instituições e serviços públicos, a falta de disponibilidade dos espaços destinados ao lazer, as relações de vizinhança e a proximidade da localidade com os pontos de venda controlados pelo tráfico de drogas. Além de todos esses riscos, podem-se destacar também aqueles ligados ao trabalho infantil e à exploração de crianças para prostituição.

Entretanto, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em seu art. 4º, e a própria Constituição Federal, em seu art. 227, preceituam ser dever do Estado, da família e da sociedade em geral promover, com absoluta prioridade, a proteção integral da criança e do adolescente.

Desse modo, garantir a essas crianças e adolescentes tão sofridos o direito de se matricular, prioritariamente, nas escolas de tempo integral da rede pública estadual representa a concessão de uma oportunidade de superação e de busca efetiva da cidadania através da educação. Significa afastá-los de uma situação indigna de vida e conceder-lhes as ferramentas necessárias para que possam mudar seu próprio destino por meio do conhecimento.

A escola em tempo integral vem se mostrando uma ferramenta educacional de sucesso em pernambuco, revelando proposta que exalta a educação como via de emancipação social, produção de cidadania, trazendo uma maior exposição de estudantes ao serviço de educação em sua proposta mais plena, onde, nos casos de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, impacta da redução de riscos, visto que, reduzida a exposição do estudante ao meio de violência, tráfico e ameaça, e ampliada a sua presença em espaços protegidos, teremos uma múltipla vertente do potencial da educação no estado, quais sejam: prevenção à violência, proteção contra ameaças/agressões por ventura existentes e já sabidas, bem como promoção da cidadania gerando no estudante perspectivas de futuro, vivência de outros espaços de sociabilidade, informação, garantia de liberdades, autonomia e independência da estrutura estatal a longo prazo.

Diante o exposto, solicito aos nobres pares a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Reuniões, em 02 de Março de 2020.

Delegado Erick Lessa
Deputado

Às 1ª, 3ª, 5ª, 11ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000948/2020

Altera a Lei nº 15.619, de 14 de outubro de 2015, que dispõe sobre o funcionamento de Academias de musculação e demais estabelecimentos de condicionamento físico, iniciação e prática esportiva, de ensino de esportes e de recreação esportiva, de autoria do Deputado Augusto César, para incluir obrigatoriedade de profissional de Educação Física em academias de condomínio, nas condições que indica.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 15.619, de 14 de outubro de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º.....

§ 1º Quando os estabelecimentos descritos no art. 1º estiverem situados em condomínios edifícios, haverá necessidade de presença de responsável profissional de Educação Física apenas quando se tratar de atividade física dirigida e orientada. (AC)

§ 2º Compreende-se como atividade física dirigida e orientada toda aquela administrada por profissional de educação física que prepara uma atividade que proporcione aprendizagem aos condôminos. (AC)

§ 3º Não havendo atividade física dirigida e orientada, o espaço destinado à atividade física poderá ser utilizado pelo condômino de forma livre e sem a necessidade da presença do profissional de educação física. (AC)

§ 4º A presença de terceiros de forma esporádica não importa violação à presente Lei, tampouco enseja sanções de qualquer natureza.” (AC)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A alteração na Lei nº 15.619, de 14 de outubro de 2015, ora proposta, tem por finalidade proteger a saúde dos praticantes de atividades físicas em condomínios, quando da realização de atividade física dirigida e orientada.

Tomando como base leis similares já em vigor, como a Lei nº 8679/2019, do Estado do Rio de Janeiro, entendemos prudente a criação de regras similares em nosso Estado. Apesar dos indiscutíveis benefícios da atividade física, caso esta não seja realizada com o devido cuidado e acompanhamento, diversas lesões e problemas de saúde podem emergir dessa prática.

Frise-se que a obrigatoriedade não inviabiliza a manutenção de academias em condomínios, pois a exigência se dá apenas quando a atividade é orientada, ou seja, quando houve elaboração de planejamento e elaboração de uma série de exercícios.

Ademais, por se tratar de lei que apenas modifica lei já existente sobre o mesmo tema, não há qualquer vício de constitucionalidade, uma vez que esta Casa Legislativa já sedimentou seu entendimento favorável com base no art. 24, XII da Constituição Federal.

Diante do exposto, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa.

Sala das Reuniões, em 02 de Março de 2020.

Cloaldo Magalhães
Deputado

Às 1ª, 3ª, 6ª comissões.

Indicações

Indicação Nº 003421/2020

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais seja enviado apelo ao Governador de Pernambuco Paulo Henrique Saraiva Câmara, ao Secretário Estadual de Desenvolvimento Agrário Dilson de Moura Peixoto Filho e ao Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco – IPA Odacy Amorim, no sentido de viabilizar a limpeza, ampliação e reparação das paredes da barragem que abastece o município de Panelas/PE.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento

causado diversos transtornos aos motoristas de veículos de todos os portes. A requalificação asfáltica do trecho da PE-88 que dá acesso ao município de João Alfredo é de grande importância, pois a estrada encontra-se totalmente esburacada e sem acostamento, o que gera insegurança e causa acidentes. Muitos condutores se queixam da quantidade de pneus que foram perdidos por causa da via sem asfalto. Essa rodovia possui aproximadamente 50,30 km e é de extrema importância na região, pois além de ser a rota de entrada para o município de João Alfredo, ainda interliga o município às cidades de Passira e Salgadinho. Aproveitamos o ensejo para reconhecer os esforços tomados pelo Governo do Estado que através do Programa Caminhos de Pernambuco, lançado há nove meses já requalificou aproximadamente 1.500 quilômetros de estradas em todas as regiões do Estado. Até 2022, o plano investirá R\$ 505 milhões na recuperação de 5.554,5 quilômetros de rodovias. Nesse interim, entendemos que o melhoramento das condições da rodovia citada é imprescindível, pois favorecerá a trafegabilidade e reduzirá as possibilidades de acidentes. No exercício das funções atribuídas a esta Casa Legislativa, e tendo em vista o latente interesse público que reveste a indicação aqui exarada, solicito sua aprovação.

Sala das reuniões, em 02 de Março de 2020.

Adalto Santos

Indicação Nº 003429/2020

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco, **Cel. Manoel Francisco de Oliveira Cunha Filho**, no sentido de analisar a possibilidade de inserir de um destacamento do Grupamento de Bombeiros Marítimo (GBMar) na praia de Tamandaré. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento Exmo. Sr. Paulo Câmara, Governador de Pernambuco; Cel. Manoel Francisco de Oliveira Cunha Filho, Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco; Sr. Sérgio Racker Corte Real, Prefeito de Tamandaré; Pr. Otávio Moura, Pastor.

Justificativa

O pleito que encaminhamos ao Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco tem como objetivo analisar a possibilidade de inserir um destacamento do Grupamento de Bombeiros Marítimo (GBMar) na praia de Tamandaré. Tal medida visa aumentar a segurança dos banhistas e evitar ocorrências de mortes por afogamento, como as que ocorreram nas praias do Paiva e Carneiros no ano de 2019 e na praia supracitada no mês de Janeiro deste ano. Atualmente, apenas as praias de Olinda, Recife e Jaboatão dos Guararapes são monitoradas pelo GBMar e Itamaracá é contemplado com guarda-vidas somente nos finais de semana, o que potencializa os riscos de acidentes nas áreas que não dispõe desse suporte. Se somado os quatro municípios supramencionados, temos um total de 100km de área atendida pelo grupamento, todavia, os 187km de extensão das demais praias do litoral pernambucano não contam com a presença de guarda-vidas. Nesse interim, entendemos que é de extrema importância a implantação de um destacamento do GBMar nas praias do município de Tamandaré, ao mesmo tempo reconhecemos a atuação do Corpo de Bombeiros nas praias em que o grupamento atua. No exercício das funções atribuídas a esta Casa Legislativa, com o objetivo único de melhorar a segurança nas praias do litoral de Pernambuco e tendo em vista o latente interesse público que reveste a indicação aqui exarada, solicito sua aprovação.

Sala das reuniões, em 02 de Março de 2020.

Adalto Santos

Indicação Nº 003430/2020

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Secretário Estadual de Saúde, **Sr. José Iran Costa Júnior** e à Secretária Municipal de Saúde, Sra. **Livia Borba Danda**, no sentido de envidar esforços para a reabertura do Posto de Saúde localizado no bairro de Caetés III, Município de Abreu e Lima. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento Exmo. Sr. Paulo Câmara, Governador de Pernambuco; Sr. André Longo, Secretário Estadual de Saúde; Sr. Marcos José da Silva, Prefeito de Abreu e Lima; Sra. Livia Borba Danda, Secretária Municipal de Saúde; Pr. Sérgio Correia da Silva, Pastor.

Justificativa

O pleito que encaminhamos às Secretarias Estadual e Municipal de Saúde tem por objetivo solicitar a reabertura da Unidade Básica de Saúde localizada no bairro de Caetés III, município de Abreu e Lima. O fechamento da unidade hospitalar na comunidade tem gerado transtornos para os moradores que necessitam de assistência médica. O local onde funcionava o posto de saúde estadual de Caetés III encontra-se desativado há mais de um ano, a estrutura que hoje está abandonada se tornou alvo de ações de vandalismo, pichações, prostituição e também tem sido usado para venda de consumo de drogas, deixando de ser um problema de saúde para se tornar um problema de segurança pública. Perto do local existe outro prédio abandonado. Segundo moradores, uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), já deveria ter sido entregue a população. Lembramos ainda que a Unidade Básica de Saúde (UBS) é a porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS). O objetivo das UBSs é atender 80% dos problemas da população sem que haja necessidade de encaminhamento para outros serviços, como emergências e hospitais especializados, funcionando assim, como uma triagem do Sistema de Saúde. Nesse interim, entendemos que a reabertura da unidade de saúde em questão facilitará o acesso ao atendimento rápido à saúde dos moradores da comunidade. No exercício das funções atribuídas a esta Casa Legislativa, com o objetivo de melhorar as condições da saúde pública no Estado e tendo em vista o latente interesse público que reveste a indicação aqui exarada, solicito sua aprovação.

Sala das reuniões, em 02 de Março de 2020.

Adalto Santos

Indicação Nº 003431/2020

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo. Governador do Estado de Pernambuco, **Sr. Paulo Câmara**, ao Secretário Estadual de Saúde, **Sr. André Longo** e por fim, ao Prefeito de Itaquitinga, **Sr. Geovani de Oliveira Melo Filho**, no sentido de intensificar as ações de combate à proliferação do mosquito Aedes Aegypti, transmissor da Dengue, no município de Itaquitinga, com o objetivo de prevenir o surto da doença no Estado. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento Exmo. Sr. Paulo Câmara, Governador de Pernambuco; Sr. André Longo, Secretário de Saúde de Pernambuco; Sr. Geovani de Oliveira Melo Filho, Prefeito de Itaquitinga; Sr. José Carlos Bezerra, Evangelista.

Justificativa

O pleito que encaminhamos à Secretaria de Saúde e a Prefeitura de Itaquitinga tem por objetivo solicitar a intensificação das ações de combate à proliferação do mosquito transmissor Aedes Aegypti, tendo em vista que de acordo com o Boletim Epidemiológico emitido pela Secretaria Estadual de Saúde, nas sete primeiras semanas deste ano foram registrados 1.716 casos suspeitos de dengue, desse total 213 já foram confirmados, dentre esses casos, 6 óbitos foram notificados com suspeita de Dengue como causa. Até o momento houve a suspeita de Dengue em 123 municípios do Estado de Pernambuco, sendo 35 destes com casos confirmados, dentre eles o município de Itaquitinga. Por isso é importante que medidas de prevenção sejam feitas de forma constante no município citado. O Ministério da Saúde anunciou que 11 estados estão sujeitos a um novo surto de dengue em 2020, entre eles está Pernambuco. Este risco deve-se ao fato de que o tipo 2 do vírus voltou a circular depois de 10 anos, e as altas temperaturas e às chuvas intensas do nosso estado são fatores que contribuem para a propagação do vírus. A dengue é uma doença transmitida pelo mosquito Aedes Aegypti e é necessário prevenir uma nova epidemia. Considerando que não existem vacinas e nem medicamentos que previnem essas doenças, a forma mais adequada para a prevenção é evitar o nascimento do mosquito. Para isso, são necessárias ações do governo estadual e municipal, sendo importante o apoio da população sobre a prática de hábitos simples para o controle do mosquito. A prevenção, em todos os casos, está ligada a evitar o contato com o vetor. Medidas já conhecidas, como não deixar água acumulada em latas, pneus, vasos de plantas, entre outros, se assegurar de que a caixa d'água está bem tampada e limpar calhas, previnem a formação de criadouros do mosquito. Em tempo, reconhecemos o trabalho do Governo de Pernambuco que anunciou no dia 14 de fevereiro que, para este ano de 2020, será feito um investimento de R\$ 8,8 milhões nas ações do Estado e para auxiliar os municípios em suas atividades, o que significa uma ampliação de 26% em relação ao montante investido em 2019. Os recursos serão utilizados para compra de material de campo, insumos e EPIs (equipamentos de proteção individual) para os técnicos estaduais e municipais; para educação permanente e confecção de material educativo; aquisição de insumos para a vacinação contra a febre amarela; pacote de dados para os smartphpones com acesso ao aplicativo e-visit@PE e para infraestrutura. No exercício das funções atribuídas a esta Casa Legislativa, com o objetivo de melhorar a saúde e a qualidade de vida dos cidadãos do Município supracitado e tendo em vista o latente interesse público que reveste a indicação aqui exarada, solicito sua aprovação.

Sala das reuniões, em 02 de Março de 2020.

Adalto Santos

Indicação Nº 003432/2020

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja encaminhado APELO ao Exmo. Sr. Paulo Câmara, Governador do Estado, a Exmo. Sr. Antônio de Pádua Vieira Cavalcanti, Secretário de Defesa Social do Estado de Pernambuco, e ao Comandante do 4º BPM - Batalhão Barreto de Menezes, Ilmo. Sr. Tenente Coronel Fred Jorge Parente Saraiva, no sentido de **providenciar reforço de policiamento e todo o aparato de segurança pública, especificamente rondas policiais no Bairro São José, no Município de Caruaru, nos horários entre 18:00h e 22:00h**, tendo em vista os constantes relatos de violência e insegurança após retorno das pessoas de seus trabalhos, bem como da volta de estudantes de suas faculdades e escolas. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento Paulo Henrique Saraiva Câmara, Governador do Estado de Pernambuco; Antônio de Pádua Vieira Cavalcanti, Secretário de Defesa Social do Estado de Pernambuco; Tenente Coronel Fred Jorge Parente Saraiva, Comandante do 4º BPM - Batalhão Barreto de Menezes.

Justificativa

No dia 12 de fevereiro de 2020, nosso mandato realizou visita ao bairro São José, no Município de Caruaru através do projeto "Deputado Presente", momento em que, dentre tantas demandas externadas pela população, moradores nos apresentaram reivindicação de necessidade de que a SDS proceda com o reforço do policiamento e de todo aparato de segurança pública naquele bairro, trazendo como especificidade, o fato de que sentem a falta da presença de policiais nos horários após horários de expediente de trabalho comercial, deixando moradores e estudantes vulneráveis à criminalidade entre 18h e 22h, período em que muitos retornas de suas faculdades e escolas, revelando a necessidade da presença do Estado naqueles horários através dos seus agentes de segurança. Resta-nos solicitar dos nossos ilustres pares, nesta Assembleia Legislativa, que acolham a nossa indicação no intuito de sua aprovação em Plenário.

Sala das reuniões, em 03 de Março de 2020.

Delegado Erick Lessa

Indicação Nº 003433/2020

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja encaminhado APELO à Ilustríssima Senhora Diretora Presidente da COMPESA Manuela Marinho, à Diretoria Regional do Interior na pessoa da Senhora Simone de Albuquerque Melo e à Gerência de Unidade de Negócios Regional Agreste Central na pessoa do Senhor Mário Heitor Filho no sentido de providenciar reduções dos valores cobrados a título de taxa de esgoto no Bairro São José, no Município de Caruaru, tendo em vista especificidades do bairro. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento Manuela Marinho, Diretora Presidente; Simone de Albuquerque Melo, Diretoria Regional do Interior; Mário Heitor Filho, Gerente de Unidade de Negócios Regional Agreste Central.

Justificativa

No dia 12 de fevereiro de 2020, nosso mandato realizou visita ao bairro São José, no Município de Caruaru através do projeto "Deputado Presente", momento em que, dentre tantas demandas externadas pela população, moradores nos apresentaram reivindicação de necessidade de que a COMPESA pondere a cobrança de taxa de esgoto, visto que, segundo a população, a localidade não apresenta tratamento de esgoto, no entanto, é cobrada integralmente a referida taxa. Cientes da atuação da COMPESA em providenciar um serviço de esgoto adequado ainda neste ano, buscamos aqui dar voz aos moradores do bairro São José, para enquanto o serviço não for fornecido em integralidade, seja reduzido o valor da cobrança da taxa de esgoto, sendo uma questão de justiça e adequação entre o que é cobrado e o efetivamente fornecido a título de serviços. Resta-nos solicitar dos nossos ilustres pares, nesta Assembleia Legislativa, que acolham a nossa indicação no intuito de sua aprovação em Plenário.

Sala das reuniões, em 03 de Março de 2020.

Delegado Erick Lessa

Indicação Nº 003434/2020

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja encaminhado APELO ao Exmo. Sr. Paulo Câmara, Governador do Estado, e ao Exmo. Sr. Frederico da Costa Amâncio, Secretário de Educação do Estado de Pernambuco, no sentido de **providenciar a construção e abertura de mais uma Escola no Bairro São José, no Município de Caruaru**, tendo em vista a elevada demanda de estudantes do bairro, carecendo da ampliação da oferta de vagas no sistema educacional regular. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento Manuela Henrique Saraiva Câmara, Governador do Estado de Pernambuco; Frederico da Costa Amancio, Secretário Estadual de Educação.

Justificativa

No dia 12 de fevereiro de 2020, nosso mandato realizou visita ao bairro São José, no Município de Caruaru através do projeto "Deputado Presente", momento em que, dentre tantas demandas externadas pela população, moradores nos apresentaram reivindicação por uma nova escola no bairro, tendo em vista que, a existente abrange os bairros vizinhos, assim sendo, não comporta o número de alunos só daquele bairro, resultando em filas de espera extensas para matrícula, situação em que raramente muitos moradores conseguem vagas, sendo necessário migrar para vagas em outros bairros. Resta-nos solicitar dos nossos ilustres pares, nesta Assembleia Legislativa, que acolham a nossa indicação no intuito de sua aprovação em Plenário.

Sala das reuniões, em 03 de Março de 2020.

Delegado Erick Lessa

Indicação Nº 003435/2020

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja encaminhado APELO à Ilustríssima Senhora Diretora Presidente da COMPESA Manuela Marinho, à Diretora Regional do Interior na pessoa do Senhora Simone de Albuquerque Melo e à Gerência de Unidade de Negócios Regional Agreste Central na pessoa do Senhor João Raphael de Queiroz no sentido de providenciar regularização no abastecimento de água no Bairro São José do Município de Caruaru, dando cumprimento ao cronograma de abastecimento. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento Manuela Marinho, Diretora Presidente da COMPESA; Simone de Albuquerque Melo, Diretora Regional do Interior; João Raphael de Queiroz, Gerente de Unidade de Negócios Regional Agreste Central.

Justificativa

No dia 12 de fevereiro de 2020, nosso mandato realizou visita ao bairro São José, no Município de Caruaru através do projeto "Deputado Presente", momento em que, dentre tantas demandas externadas pela população, moradores nos apresentaram reivindicação para que seja regularizado fornecimento de água no bairro, especificamente na parte de cima do bairro, que segundo moradores, não é abastecida. Resta-nos solicitar dos nossos ilustres pares, nesta Assembleia Legislativa, que acolham a nossa indicação no intuito de sua aprovação em Plenário.

Sala das reuniões, em 03 de Março de 2020.

Delegado Erick Lessa

Indicação Nº 003436/2020

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja encaminhado APELO à Prefeita do Município de Caruaru, Senhora Raquel Lyra, ao Secretário de Obras do Município de Caruaru, Senhor Rodrigo Miranda Tabosa de Assis, e à atual Diretora-Presidente da Autarquia Municipal de Defesa Social, Transito e Transporte – DESTRA, Senhora Karla Vieira, no sentido de **providenciar sinalização adequada e redutores de velocidade no cruzamento da Avenida João de Barros com a Rua Lupércio Bezerra, no bairro Petrópolis, Município de Caruaru**, de forma a garantir segurança dos pedestres e motoristas que transitam na referida região. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento Raquel Lyra, Prefeita do Município de Caruaru; Rodrigo Miranda Tabosa de Assis, Secretário de Obras do Município de Caruaru; Karla Vieira, Diretora-Presidente da Autarquia Municipal de Defesa Social, Transito e Transporte – DESTRA.

Justificativa

Sala das reuniões, em 03 de Março de 2020.
Lucas Ramos

Requerimento Nº 001885/2020

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja aprovado **Voto de Aplauso ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB)**, pela passagem dos seus 98 anos de atividade ininterruptas

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento

Sr. Paulo Henrique Saraiva Câmara, Governador do Estado de Pernambuco; Luciana Santos, Vice Governadora de Pernambuco; Marcelino Granja, Presidente Estadual do PCdoB; George Braga, Presidente do PCdoB Recife.

Justificativa
<p>O Partido Comunista do Brasil foi fundado em 25 de março de 1922. É o partido mais antigo do país em atividade. Reorganizou-se em 1962, adotando a sigla PCdoB. O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) é um instrumento de transformação da sociedade. Expressa a vontade coletiva dos trabalhadores. Defende em seu programa um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento para o Brasil. Tem como Presidenta Nacional a vice Governadora de Pernambuco, Luciana Santos.</p> <p>. <i>O PCdoB é longo vivo, jovem e, sobretudo, contemporâneo. Seu Programa, assentado na formação e história de nosso país, defendendo a democracia, soberania e desenvolvimento, produção de riqueza e garantia de direitos e vida digna para o povo.</i> Parabéns ao PCdoB pela sua belíssima trajetória.</p>

Sala das reuniões, em 03 de Março de 2020.
Dulcicleide Amorim Doriel Barros Teresa Leitão

Requerimento Nº 001886/2020

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja adotado o rito do Regime de Urgência para o Projeto de Lei Ordinária nº 936 de 2020, de autoria do Governador do Estado, em atenção ao que determinam os arts. 217, IV, "a" e 226, II do Regimento Interno desta Casa.

Justificativa
<p>O PLO 936/2020 trata de autorização de concessão de subvenção social em favor do Instituto Dom Helder Câmara – IDHeC, destinando-se à preservação e à manutenção das atividades, do patrimônio e do acervo cultural da Entidade beneficiária. Como é de notório conhecimento de todos os membros deste Poder, o IDHeC, fundado em 1984 por Dom Helder Câmara, é entidade acreditada no Estado de Pernambuco que desenvolve um papel fundamental na promoção de ações concretas em favor de uma vida digna para todos.</p> <p>Dessa forma, considerando o importante papel do Instituto na sociedade pernambucana e a patente necessidade e urgência da efetivação do convênio entre o IDHeC e o Estado de Pernambuco para a transferência dos recursos referentes à subvenção, solicitamos o apoio de nossos pares para que aprovem a adoção do rito legislativo do Regime de Urgência para tramitação do PLO 936/2020, dando maior celeridade à matéria em atenção às necessidades do Instituto.</p>

Sala das reuniões, em 03 de Março de 2020.
Priscila Krause

Adalto Santos
Aglailson Victor
Alberto Feitosa
Antonio Coelho
Antonio Fernando
Clarissa Tercio
Delegado Erick Lessa
Doriel Barros
Dulcicleide Amorim
Henrique Queiroz Filho
Isaltino Nascimento
João Paulo
João Paulo Costa
José Queiroz
Manoel Ferreira
Marco Aurelio Meu Amigo
Pastor Cleiton Collins
Professor Paulo Dutra
Rogério Leão
Romário Dias
Romero Sales Filho
Simone Santana
Sivaldo Albino
Teresa Leitão
Wanderson Florêncio
William Brígido

DEFERIDO

Requerimento Nº 001887/2020

CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Requeremos à Mesa e cumpridas as formalidades regimentais seja convocada uma reunião em caráter extraordinário, no dia 04 de março de 2020 às 18:40 (dezoito horas e quarenta), com a finalidade de discutir e votar o Projeto nº 935/2020.

Sala das reuniões, em 03 de Março de 2020.
Isaltino Nascimento

Adalto Santos
Antonio Coelho
Clarissa Tercio
Clodoaldo Magalhães
Doriel Barros
Dulcicleide Amorim
Eriberto Medeiros
Fabiola Cabral
Fabrizio Ferraz
Henrique Queiroz Filho
João Paulo
João Paulo Costa
Joel da Harpa
José Queiroz
Juntas
Lucas Ramos
Manoel Ferreira
Marco Aurelio Meu Amigo
Pastor Cleiton Collins
Professor Paulo Dutra
Roberta Arraes
Romário Dias
Romero Albuquerque
Romero Sales Filho
Teresa Leitão
William Brígido

DEFERIDO

Pareceres

PARECER Nº 002088/2020

Vem a esta Comissão, para análise e emissão de parecer, o Substitutivo Nº 01/2019, apresentado e aprovado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária No 289/2019, de autoria do Deputado Romero Sales Filho.

O Projeto de Lei determina a disponibilização, nas unidades de saúde, delegacias da mulher, centros de referência de assistência social, conselhos tutelares e espaços de apoio à mulher, de publicações com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre a entrega legal de crianças e adolescentes para adoção.

A Proposição foi apreciada na Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, a quem compete analisar a constitucionalidade e a legalidade da matéria, onde recebeu o Substitutivo Nº 01/2019 para retirar a menção a um documento específico, que pode se tornar anacrônico com o passar do tempo.

Cabe agora a este colegiado discutir o mérito da demanda.

A presente proposição estabelece que as Unidades de Saúde em Pernambuco deverão manter à disposição de pacientes, servidores, funcionários e público em geral, exemplares eletrônicos ou impressos de documentos que ampliem o conhecimento sobre a entrega legal de crianças às autoridades competentes, para adoção.

A obrigatoriedade se estende também para as Delegacias da Mulher, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Conselhos Tutelares e Espaços de Apoio a Mulher, do Estado ou dos municípios.

O projeto original fazia menção especificamente à divulgação da cartilha institucional "Programa Acolher – Orientações para o cotidiano", do Tribunal de Justiça de Pernambuco – TJPE.

O Substitutivo proposto mantém a menção à cartilha, mas de forma meramente indicativa, e defende que os estabelecimentos, dentro de sua autonomia administrativa, possuem melhores condições de definir o material que mais se adeque à realidade social do local onde estão inseridos.

O Substitutivo aqui analisado, portanto, contribui de maneira importante para evitar que crianças sejam postas em situação de risco (abandono, adoção ilegal, infanticídio e outras) e para oferecer as informações necessárias para que a mulher e sua família reflitam e amadureçam sobre a decisão de entregar sua criança à adoção, buscando entender e minimizar os efeitos de pressões de ordem financeira, emocional, familiar, social, dentre outros, decorrentes dessa escolha.

Portanto, opino no sentido de que o Parecer seja pela **aprovação** .

Juntas
Deputado

Diante das considerações do relator, a Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular opina pela **aprovação** do Substitutivo 01/2019, de autoria da CCLJ, que alterou integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº. 289/2019, de autoria do Deputado Romero Sales Filho.

Sala de Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, em 02 de Março de 2020		
Juntas		
Favoráveis		
Juntas João Paulo		Clarissa Tercio Isaltino Nascimento

PARECER Nº 002089/2020

Submete-se ao exame desta Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular o Substitutivo nº 02/2019, apresentado pela Comissão de Administração Pública, aos Projetos de Leis Ordinárias nº 394/2019 e 439/2019, de autoria dos Deputados Gustavo Gouveia e Delegado Erick Lessa, respectivamente.

Nos termos do parágrafo único do art. 219, do Regimento Interno desta Casa, as proposições foram designadas para tramitar conjuntamente, uma vez que objetivam regulamentar matéria idêntica, com o mesmo objetivo.

Os Projetos foram apreciados inicialmente pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, onde receberam o Substitutivo nº 01/2019, apresentado com a finalidade de dar maior efetividade as proposições, sem descuidar do princípio da unicidade, presente no art. 3º, IV, da Lei Complementar nº 171/2011.

A Comissão de Administração Pública propôs o Substitutivo nº 02/2019 com o intuito de retirar a possibilidade de inscrição em dívida ativa do Estado na hipótese do não pagamento das despesas pelo preso. Esse Substitutivo foi apreciado e aprovado inicialmente pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

Quanto ao aspecto material, a proposição em questão regulamenta o ressarcimento das despesas realizadas com a utilização dos equipamentos de monitoramento. Cabe agora a este colegiado avaliar o mérito da demanda.

A proposição em análise objetiva regulamentar o ressarcimento das despesas realizadas com a utilização dos equipamentos de rastreamento eletrônico.

A proposição, inicialmente, estipula que o preso deverá ressarcir o Estado das despesas realizadas com a utilização e manutenção do equipamento de rastreamento eletrônico, de forma proporcional ao tempo de utilização.

Caso o preso ou apenado não possua recursos próprios, a proposição estabelece que o ele deverá ressarcir os cofres públicos por meio do trabalho, em conformidade com o disposto no art. 29 da Lei de Execução Penal (Lei Federal nº 7.210, de 11 de julho de 1984).

Se o pagamento não for efetuado, há a previsão de inscrição do valor na dívida ativa do Estado de Pernambuco, sendo que no caso de insuficiência econômica comprovada, a exigibilidade do débito será suspensa por cinco anos. No entanto, o débito poderá ser cobrado se, nos cinco anos subsequentes à inscrição em dívida ativa, a proposição estabelece que o ele deverá ressarcir os cofres públicos por meio do trabalho, em conformidade com o disposto no art. 29 da Lei de Execução Penal (Lei Federal nº 7.210, de 11 de julho de 1984).

A propositura ainda estipula a necessidade de conservação do equipamento, as despesas decorrentes da manutenção do preso provisório, dentre outras hipóteses.

A Comissão de Administração Pública ao avaliar o mérito da proposição propôs o Substitutivo nº 02/2019 com o objetivo de impedir a inscrição na Dívida Ativa do Estado na hipótese do não pagamento pelo preso das despesas realizadas com a utilização e manutenção do equipamento de rastreamento eletrônico.

O Substitutivo ora analisado apesar das alterações propostas contribui para acentuar as desigualdades sociais e econômicas. A proposição, ao impor restrições e obstáculos à utilização do monitoramento eletrônico dos presos, estimula a manutenção do encarceramento, o que não contribui para a solução do grave problema carcerário brasileiro.

A título de ilustração, deve-se apontar que o Brasil ostenta o terceiro lugar no ranking dos países com maior população carcerária no mundo. No entanto, apesar dessa política de encarceramento em massa, não se nota nenhuma modificação do quadro degradante dos sistemas prisionais brasileiros.

Além disso, a medida vai de encontro ao disposto no art. 10 da Lei de Execução Penal, que estipula que é dever do Estado a assistência ao preso com o objetivo de prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.

Constata-se, portanto, que a proposição não contribui de maneira efetiva para a ressocialização dos presos ou apenas inseridos no sistema carcerário pernambucano. A proposição analisada, na verdade, é contrária ao interesse público, reforçando desigualdades sociais e não contribuindo para solucionar o grave problema prisional enfrentado pelo Estado de Pernambuco.

Portanto, opino no sentido de que o Parecer seja pela rejeição .

Isaltino Nascimento
Deputado

Com base no parecer fundamentado do relator, este Colegiado considera que o Substitutivo nº 02/2019, apresentado pela Comissão de Administração Pública, ao Projeto de Lei Ordinária nº 394/2019, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia, e ao Projeto de Lei Ordinária nº 439/2019, de autoria do Deputado Delegado Erick Lessa, deverá ser **rejeitado** .

Sala de Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, em 02 de Março de 2020		
Juntas		
Favoráveis		
Juntas Isaltino Nascimento		João Paulo

PARECER Nº 002090/2020

Vem a esta Comissão, para análise e emissão de parecer, o Substitutivo nº 01/2019, apresentado e aprovado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária no 470/2019, de autoria do Deputado João Paulo Costa.

O projeto de lei original institui a política estadual de incentivo à prática de esportes para idosos e dá outras providências.

A proposição foi apreciada na Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, a quem compete analisar a constitucionalidade e a legalidade da matéria, onde recebeu o Substitutivo nº 01/2019, a fim de retirar vícios de inconstitucionalidade, com o objetivo de torná-la uma norma programática, com diretrizes e nortes para o incentivo do Poder Público à prática de esportes por idosos.

Cabe agora a este colegiado discutir o mérito da demanda.

Sala de Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, em 02 de Março de 2020		
	Juntas	
	Favoráveis	
Juntas Isaltino Nascimento		João Paulo

PARECER Nº 002095/2020

Submete-se ao exame desta Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, para a análise e emissão de parecer, o Projeto de Resolução nº 853/2019, de autoria da Deputada JUNTAS. O Projeto de Resolução em análise concede o Título Honorífico de Cidadã Pernambucana a Inaldete Pinheiro de Andrade. O Projeto de Resolução em análise visa a conceder o Título Honorífico de Cidadã Pernambucana a Inaldete Pinheiro de Andrade. De acordo com a justificativa da autora, a agraciada Inaldete Pinheiro de Andrade nasceu em 1946, na cidade de Parnamirim-RN. Aos 20 anos, mudou-se para Recife, onde cursou Graduação em Enfermagem e Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco. Desde jovem participa ativamente de ações em prol da igualdade racial e do respeito às diferenças. Foi uma das fundadoras do Movimento Negro na região e participa de organizações da sociedade civil voltadas para a defesa dos direitos humanos. Pesquisadora e militante, tem se dedicado ao resgate da herança africana presente em nossa formação. Seus trabalhos vêm contribuindo para a constituição de uma bibliografia voltada para o ensino da História e das culturas africana e afro-brasileira, notadamente em suas manifestações pernambucanas e nordestinas. Filiada à União Brasileira de Escritores (UBE), tem em seu currículo a produção de mais de uma dezena de livros, alguns ainda inéditos. Dentre eles, destacam-se escritos voltados para crianças e jovens, sempre com foco na valorização da afrodescendência enquanto individualidade e coletividade. Publicou também um vigoroso trabalho de crítica literária, em que analisa a presença do preconceito de cor em nossa literatura infantojuvenil. Suas ações em prol do fortalecimento da cultura afro-brasileira são significativas e incluem intervenções no campo educacional, através de programas de capacitação que realiza em escolas do Recife e de outros municípios do Estado. Pelo exposto, pela militância dedicada não só em nossa capital - tanto que já recebeu o título de cidadã recifense - como também em nosso Estado, Inaldete Pinheiro de Andrade faz jus a receber dessa Casa o Título de Cidadã Pernambucana. Por todo o exposto, opino pela **aprovação** do presente Projeto de Resolução.

Isaltino Nascimento
Deputado

Diante das considerações do relator, a Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular opina pela **aprovação** do Projeto de Resolução nº. 853/2019, de autoria da Deputada JUNTAS.

Sala de Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, em 02 de Março de 2020		
	Juntas	
	Favoráveis	
Juntas Isaltino Nascimento		João Paulo

PARECER Nº 002096/2020

Submete-se ao exame desta Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular o Substitutivo nº 01/2020, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 611/2019, de autoria da Deputada Alessandra Vieira. A proposição em questão assegura a prioridade no atendimento para abertura de micro e pequenas empresas aos representantes das famílias que possuam dependentes com deficiência, nos termos do Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – e alterações, incluindo as vítimas do surto de microcefalia em Pernambuco. Em observância ao disposto no art. 220 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, o Projeto de Lei original foi apreciado inicialmente pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça quanto aos quesitos de admissibilidade, legalidade e constitucionalidade, tendo recebido o Substitutivo nº 01/2019. Cumpre agora a esta Comissão analisar o mérito da proposta. O fomento ao bem-estar da família que possui dependente com deficiência e, em especial, com microcefalia, vem gradativamente ganhando espaço nas discussões sociais, e embora diversas políticas públicas tenha aproximado o Estado dessa parcela da sociedade, ainda há muito a ser feito. A satisfação das necessidades da pessoa com deficiência, faz com que a família precise se adaptar e estabelecer novos papéis e relações, sendo necessária, assim, criação de políticas públicas que promovam o bem-estar e integração social da pessoa com deficiência e seus acompanhantes. Diante desse panorama a proposição busca assegurar prioridade no atendimento para abertura de micro e pequenas empresas nos órgãos estaduais correlatos, unidades das Juntas Comerciais e nos entes públicos estaduais responsáveis pelo registro de empreendimento e a regularização de empresas já existentes, para os representantes das famílias que possuam dependentes com deficiência, nos termos do Estatuto da Pessoa com Deficiência, incluindo as vítimas do surto de microcefalia em Pernambuco. Para obtenção da prioridade, além da observância dos prazos previstos na Lei Federal 8.934/94, prevê-se a obrigatoriedade da apresentação de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento da pessoa com deficiência; cópia do documento comprobatório de seguridade social da pessoa com deficiência; ou termo comprobatório de tutela ou responsabilidade legal da Pessoa com deficiência. Portanto, a proposta é importante mecanismo de integração social e desenvolvimento econômico ao promover melhores condições às famílias que possuam dentre seus dependentes pessoas com deficiência, incluindo as vítimas do surto de microcefalia, no momento da abertura de micro ou pequenas empresas, ou ainda a regularização de empresas já existentes. O Substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça tem como intuito refinar e adequar tecnicamente o texto original, ao qual não traz nenhum tipo de ônus para o espírito do Projeto de Lei em tela.

Pastor Cleiton Collins
Deputado

Diante das considerações do relator, a Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular opina pela **aprovação** do Substitutivo 01/2019, de autoria da CCLJ, que alterou integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº. 611/2019, de autoria da Deputada Alessandra Vieira.

Sala de Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, em 02 de Março de 2020		
	Juntas	
	Favoráveis	
Juntas João Paulo		Clarissa Tercio Isaltino Nascimento

PARECER Nº 002097/2020

Submete-se ao exame desta Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular o Substitutivo nº 01/2020, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 626/2019, de autoria do Deputado Eriberto Medeiros. A proposição em questão assegura a prioridade de matrícula em qualquer escola escolhida pelo estudante com deficiência, mobilidade reduzida ou doenças incapacitantes. Em observância ao disposto no art. 220 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, o Projeto de Lei original foi apreciado inicialmente pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça quanto aos quesitos de admissibilidade, legalidade e constitucionalidade, tendo recebido o Substitutivo nº 01/2019, apresentado com o intuito de adequar o acesso das pessoas com deficiência, mobilidade reduzida e doenças incapacitantes ao ensino com o princípio da reserva da administração, bem como ajustar a propositura aos ditames presentes na Lei Complementar nº 171/2011. Cumpre agora a esta Comissão analisar o mérito da proposta. A propositura ora em análise assegura ao estudante com deficiência, mobilidade reduzida ou doenças incapacitantes a prioridade na matrícula em escolas da rede pública, de sua livre escolha no Estado de Pernambuco. Essa prioridade não se restringe às escolas próximas da residência do estudante. Essa medida é salutar e coaduna-se com o teor do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que assegura o direito à educação da pessoa com deficiência como forma de alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. A propositura, ao permitir que o estudante com deficiência, mobilidade reduzida ou doenças incapacitantes tenha prioridade de matrícula em qualquer escola da rede pública, estabelece um importante mecanismo para a promoção da acessibilidade ao viabilizar a efetivação do direito à educação das pessoas com deficiência.

O Substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça tem como intuito principal adequar o texto legal ao princípio da reserva da administração, uma vez que a prioridade de matrícula, quando se der em colégios que exijam processos seletivos para admissão de alunos, condiciona-se à aprovação do estudante na referida seleção. Nota-se que a propositura é de suma importância, uma vez que a expansão do direito de prioridade na matrícula em escolas da rede pública de alunos com deficiência, mobilidade reduzida ou doenças incapacitantes contribui para garantir o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência. Portanto, opino no sentido de que o Parecer seja pela **aprovação** .

Juntas
Deputado

Diante das considerações do relator, a Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular opina pela **aprovação** do Substitutivo 01/2019, de autoria da CCLJ, que alterou integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº. 626/2019, de autoria do Deputado Eriberto Medeiros.

Sala de Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, em 02 de Março de 2020		
	Juntas	
	Favoráveis	
Juntas Isaltino Nascimento		Clarissa Tercio

PARECER Nº 002098/2020

Submete-se ao exame desta Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular o Substitutivo nº 01/2020, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 633/2019, de autoria do Deputado Romero Sales Filho. A proposição em análise altera a Lei nº 12.770, de 8 de março de 2005, que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Estado e dá outras providência, a fim de garantir o direito das crianças, adolescentes, pessoas com deficiência e idosos serem acompanhadas durante as consultas médicas e os atendimentos ambulatoriais. Em observância ao disposto no art. 220 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, a proposição foi apreciada inicialmente pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça quanto aos quesitos de admissibilidade, legalidade e constitucionalidade, tendo recebido o Substitutivo nº 01/2020, apresentado com o intuito de aperfeiçoar a redação da matéria à técnica redacional. Cumpre agora a esta Comissão analisar o mérito da proposta. A proposição busca garantir o direito das crianças, adolescentes, pessoas com deficiência e idosos, usuários dos serviços de saúde, públicos e privados, a serem acompanhadas durante as consultas médicas e os atendimentos ambulatoriais, no âmbito do Estado de Pernambuco. A Lei nº 12.770, de 8 de março de 2005, que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Estado e dá outras providências, já assegura que os usuários em condições já previstas em leis e diretrizes federais, ao serem internados, tenham em seus prontuários a relação dos nomes das pessoas que poderão acompanhá-los integralmente durante o período de internação. A proposição ora em análise passa a determinar que, além das internações, os usuários supracitados tenham a garantia de serem acompanhados por familiares ou terceiros durante as consultas médicas e os atendimentos ambulatoriais, respeitando-se as condições dessas pessoas. Cabe ressaltar que qualquer pessoa é parte legítima para comunicar ao Conselho Estadual de Saúde os casos de descumprimento da Lei. Desse modo, nota-se que a medida legislativa promove a defesa do direito humano de proteção à saúde para esses segmentos sociais que também necessitam de acompanhante durante as consultas médicas e os atendimentos ambulatoriais. Portanto, opino no sentido de que o Parecer seja pela **aprovação** .

João Paulo
Deputado

Diante das considerações do relator, a Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular opina pela **aprovação** do Substitutivo 01/2019, de autoria da CCLJ, que alterou integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº. 633/2019, de autoria do Deputado Romero Sales Filho.

Sala de Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, em 02 de Março de 2020		
	Juntas	
	Favoráveis	
Juntas Isaltino Nascimento		João Paulo

PARECER Nº 002099/2020

Submete-se à análise desta Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular o Substitutivo nº 01/2020, apresentado e aprovado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 644/2019, de autoria do Deputado Romero Sales Filho. Quanto ao aspecto material, a proposição visa a alterar a Lei nº 14.789, de 1º de outubro de 2012, que institui no âmbito do Estado de Pernambuco a Política Estadual da Pessoa com Deficiência, a fim de dispor sobre as vagas de estacionamento reservadas para pessoas com deficiência. Em observância ao disposto no art. 220 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, a proposição original foi apreciada inicialmente pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, tendo recebido o Substitutivo 01/2020, a fim de adequar a proposição aos ditames da Lei Complementar nº 171/2011, bem como sanar a inconstitucionalidade presente no estabelecimento de prazo para emissão do cartão. Cumpre agora a esta Comissão analisar o mérito da proposta. A propositura ora em análise, em consonância com o disposto no art. 47 do Estatuto da Pessoa com Deficiência, estipula que é direito da pessoa com deficiência utilizar a vaga de estacionamento reservada, desde que o veículo que transporte a pessoa com deficiência possua cartão ou credencial que identifique o direito ao acesso a essas vagas. Nos termos da proposição, o cartão ou credencial só poderá ser utilizado na presença da pessoa com deficiência. É importante salientar que, no Estado de Pernambuco, as pessoas com transtorno de Espectro Autista, Síndrome de Down, microcefalia e demais deficiências intelectuais ou múltiplas também têm direito ao uso das vagas reservadas para as pessoas com deficiência. A medida justifica-se diante do fato de que os grandes centros urbanos sofrem de graves problemas de falta de estacionamento, o que torna necessária a reserva de estacionamento para as pessoas com deficiência, uma vez que, caso não haja essa prioridade, essa parcela da população encontraria grandes limitações de locomoção e acesso. Desse modo, nota-se que a proposta é salutar e promove o direito ao transporte e à mobilidade da pessoa com deficiência, uma vez que assegura a igualdade de oportunidades com as demais pessoas, por meio da identificação e eliminação dos obstáculos ao seu acesso. Portanto, opino no sentido de que o Parecer seja pela **aprovação** .

Juntas
Deputado

Diante das considerações do relator, a Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular opina pela **aprovação** do Substitutivo 01/2019, de autoria da CCLJ, que alterou integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº. 644/2019, de autoria do Deputado Romero Sales Filho.

Sala de Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, em 02 de Março de 2020		
	Juntas	
	Favoráveis	
Juntas João Paulo		Clarissa Tercio Isaltino Nascimento

PARECER Nº 002100/2020

Submete-se ao exame desta Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular o Substitutivo nº 01/2020, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 649/2019, de autoria do Deputado Joaquim Lira. A proposição em questão dispõe sobre a obrigatoriedade das unidades de saúde que atendam pessoas com câncer a informar, divulgar e orientar os portadores e familiares sobre os seus direitos sociais, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências. Em observância ao disposto no art. 220 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, o Projeto de Lei original foi apreciado inicialmente pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça quanto aos quesitos de admissibilidade, legalidade e constitucionalidade, tendo recebido o Substitutivo nº 01/2019.

Cumpre agora a esta Comissão analisar o mérito da proposta.

A presente matéria tem por finalidade informar, divulgar e orientar os portadores e familiares de pessoas com câncer, sobre os seus direitos sociais, que muitos desconhecem, intensificando a informação por vários meios, como os sítios eletrônicos.

Câncer é o nome dado a um conjunto de mais de 100 doenças que têm em comum o crescimento desordenado (maligno) de células que invadem os tecidos e órgãos, podendo espalhar-se (metástase) para outras regiões do corpo. As causas para o surgimento do câncer podem ser as mais variadas possíveis, desde motivos externos - como o ambiente, costume ou hábitos que o indivíduo possui - até fatores internos, como características geneticamente predeterminadas.

A doença é a 2ª que mais mata pessoas em todo o mundo, no Brasil também é considerada a segunda doença que mais mata em especial o câncer de pele. Em 2018 foram registrados mais de 500 mil casos de neoplasia, segundo o Inca – Instituto Nacional do Câncer.

Com a existência destes números alarmantes nada mais justo que realizarmos a ampliação da divulgação dos seus diferentes direitos sociais, adquiridos para amenizar o combate à doença e a melhora na qualidade de vida.

O Substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça tem como intuito refinar e adequar tecnicamente o texto original, ao qual não traz nenhum tipo de ônus para o Projeto de Lei em tela.

Portanto, opino no sentido de que o Parecer seja pela **aprovação** .

Juntas
Deputado

Diante das considerações do relator, a Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular opina pela **aprovação** do Substitutivo 01/2019, de autoria da CCLJ, que alterou integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº. 649/2019, de autoria do Deputado Joaquim Lira.

Sala de Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, em 02 de Março de 2020

	Juntas	
	Favoráveis	
Juntas		João Paulo
Isaltino Nascimento		

PARECER Nº 002101/2020

Submete-se ao exame desta Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular o Projeto de Lei Ordinária nº 668/2019, de autoria da Deputada Simone Santana.

O Projeto de Lei em debate tem por objetivo dispor sobre controle e condições para a comercialização de ácidos por estabelecimentos localizados no Estado de Pernambuco.

A proposição foi apreciada e aprovada na Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, a quem compete analisar a constitucionalidade e a legalidade da matéria.

Cabe agora a este colegiado discutir o mérito da demanda.

O Projeto em questão estabelece a regra de que os estabelecimentos que comercializam alguns tipos de ácidos devem exigir a identificação civil ou militar e o comprovante de residência do comprador para fins de controle na venda de substâncias cáusticas, corrosivas ou tóxicas.

A grande questão não é a substância em si. Na verdade, tais produtos são primordiais em diversos processos produtivos, ou mesmo para o uso caseiro. É por isso que não se especula a proibição do comércio desses ácidos, mas sim um maior controle a ser realizado por parte dos comerciantes.

A Proposição busca obrigar os estabelecimentos que comercializem esses produtos a manter registro de vendas, contendo o número da nota fiscal e os dados identificadores do comprador.

Portanto, opino no sentido de que o Parecer seja pela **aprovação** .

João Paulo
Deputado

Diante das considerações do relator, a Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular opina pela **aprovação** do Projeto de Lei Ordinária nº. 668/2019, de autoria da Deputada Simone Santana.

Sala de Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, em 02 de Março de 2020

	Juntas	
	Favoráveis	
Juntas		Clarissa Tercio
João Paulo		

PARECER Nº 002102/2020

Submete-se ao exame desta Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular o Substitutivo nº 01/2019, apresentado e aprovado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária no 671/2019, de autoria do Deputado Joaquim Lira.

Em observância ao disposto no art. 220 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, a proposição original foi apreciada inicialmente pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, onde recebeu o Substitutivo nº 01/2019, com o objetivo de sanar vício de inconstitucionalidade e aprimorar a redação de acordo com previsto na Lei Complementar no 171/2011.

Quanto ao aspecto material, o Substitutivo em questão determina a impressão dos números de série das bicicletas nas notas fiscais emitidas por estabelecimentos situados no âmbito do estado de Pernambuco.

Cumpre agora a esta Comissão analisar o mérito da proposta.

A proposição em análise estabelece que as notas fiscais, referentes à comercialização de bicicletas, emitidas por estabelecimentos situados no âmbito do estado de Pernambuco, deverão conter o registro de seu número de série.

O objetivo é criar um processo de identificação, para que o documento fiscal comprove a propriedade da bicicleta, o que auxiliará a polícia nos casos de roubos e furtos.

O Substitutivo esclarece, ainda, que a fiscalização da obrigação criada caberá aos órgãos públicos, nos respectivos âmbitos de atribuições, os quais serão responsáveis pela aplicação das sanções, mediante procedimento administrativo.

Diante do exposto, a proposição em questão atende ao interesse público, ao possibilitar a identificação da propriedade das bicicletas mediante a utilização das informações presentes na nota fiscal de compra.

Portanto, opino no sentido de que o Parecer seja pela **aprovação** .

Pastor Cleiton Collins
Deputado

Diante das considerações do relator, a Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular opina pela **aprovação** do Substitutivo 01/2019, de autoria da CCLJ, que alterou integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº. 671/2019, de autoria do Deputado Joaquim Lira.

Sala de Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, em 02 de Março de 2020

	Juntas	
	Favoráveis	
Juntas		Clarissa Tercio
Isaltino Nascimento		

PARECER Nº 002103/2020

É submetido à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei Ordinária (PLO) nº 672/2019, de autoria do Deputado Eriberto Medeiros, que visa instituir a entrada gratuita para os idosos nos museus mantidos com recursos públicos no âmbito do Estado de Pernambuco. O autor da proposição deixa claro na justificativa que “visa garantir o acesso gratuito aos idosos nos museus e casas de cultura que pertencem ao Estado de Pernambuco, objetivando promover o acesso à cultura para esse importante grupo social.”

O Projeto de Lei em análise tramita nesta Assembleia Legislativa pelo regime ordinário, conforme inciso III, do art. 223, do Regimento Interno.

A Proposição vem fundamentada no art. 19, caput, da Constituição Estadual, e art. 194, I, do Regimento Interno desta Casa, uma vez que o Deputado Estadual detém competência legislativa para apresentar projetos de leis ordinárias, não havendo vício de iniciativa.

Matéria que se insere na competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, IX, da CF:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

[...]

IX - educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação;

[...]

A matéria, também, está inserida na competência material comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme disposto no art. 23, V, do Texto Máximo:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

[...]

V – proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação;

No mesmo sentido, percebe-se que a proposição se adequa aos dispositivos constitucionais que asseguram o exercício dos direitos culturais, a seguir transcritos:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

[...]

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

Ademais o PLO em análise fortalece o preceito do art. 230 da CF/88, o qual estabelece “que a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

Nesse sentido, tendo em vista que estamos diante de uma matéria de atuação concorrente dos entes federativos, compete aos estados membros a edição de leis que tenham o intuito de complementar as normas gerais promulgadas pela União ou o exercício da competência legislativa plena em caso de inexistência de lei federal sobre referidas normas gerais. Assim, encontra-se em vigor a Lei Federal nº 10.741, de 2003 – Estatuto do Idoso - que em seu art. 23 assenta que a participação dos idosos em atividades culturais e de lazer será proporcionada mediante descontos de pelo menos 50% (cinquenta por cento) nos ingressos para eventos artísticos, culturais e de lazer, bem como o acesso preferencial aos respectivos locais.

Percebe-se, portanto, que a proposição ao assegurar a gratuidade não afronta a norma geral (Estatuto do Idoso), na verdade fortalece e amplia o acesso à cultura pelas pessoas idosas.

Denota-se, diante desse cenário, que a proposição em análise não apresenta vícios de inconstitucionalidade, ilegalidade e antijuridicidade.

Portanto, opino no sentido de que o Parecer seja pela **aprovação** .

João Paulo
Deputado

Diante das considerações do relator, a Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular opina pela **aprovação** do Projeto de Lei Ordinária nº. 672/2019, de autoria do Deputado Eriberto Medeiros.

Sala de Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, em 02 de Março de 2020

	Juntas	
	Favoráveis	
Juntas		Pastor Cleiton Collins
João Paulo		Isaltino Nascimento

PARECER Nº 002104/2020

Submete-se ao exame desta Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular o Projeto de Lei Ordinária nº 722/2019, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio, com as alterações promovidas pela Emenda Modificativa nº 01/2019, apresentada pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

O Projeto de Lei altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de estabelecer novos critérios para aplicação da penalidade de multa.

Em observância ao disposto no art. 220 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, a proposição foi apreciada inicialmente pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, a quem compete analisar a constitucionalidade e a legalidade da matéria, onde recebeu a Emenda Modificativa nº 01/2019, apresentada de modo a viabilizar a vigência das novas regras ainda durante o exercício de 2020.

Cumpre agora a esta Comissão analisar o mérito da proposta.

Entre todas as unidades federativas brasileiras, a primeira a editar um Código Estadual de Defesa do Consumidor foi Pernambuco, o que aconteceu no ano de 2019. Assim sendo, o comerciante pernambucano, além de estar submetido às diversas normatizações federais, deve obedecer também às imposições do referido Código.

Ocorre que a transgressão das normas previstas no Código em questão acarreta na imposição de multas pecuniárias que variam entre R\$ 600,00 e até R\$ 9.000.000,00. Embora tais valores estejam divididos em algumas faixas, percebe-se que há ainda uma grande discricionariedade na fixação exata do valor da punição, o que pode gerar incertezas tanto para os agentes públicos responsáveis pela fixação do valor das multas quanto para os agentes privados eventualmente sujeitos às penalidades.

Assim sendo, a continuidade desse tipo de regramento pode ser maléfica para a atividade comercial no Estado de Pernambuco, uma vez que pode acarretar injustiças para o comerciante e encarecer os produtos para o consumidor.

Diante desse cenário, a proposição em análise estabelece novas regras para a fixação das multas. Na fórmula de cálculo proposta será considerada tanto a extensão das faixas pecuniárias previstas para a infração quanto o faturamento bruto do fornecedor.

O Projeto em questão visa, assim, conceder maior segurança jurídica ao estabelecer objetivamente a metodologia que deve ser utilizada na dosimetria das multas impostas àqueles que infringirem as disposições do Código Estadual de Defesa do Consumidor.

Portanto, opino no sentido de que o Parecer desta Comissão seja pela **aprovação** .

Isaltino Nascimento
Deputado

Diante das considerações do relator, a Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular opina pela **aprovação** do Projeto de Lei Ordinária nº 722/2019, de autoria do Deputado Wanderson Florencio, modificado pela Emenda Modificativa nº 01/2019, de autoria da CCLJ.

Sala de Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, em 02 de Março de 2020

	Juntas	
	Favoráveis	
Juntas		Clarissa Tercio
Isaltino Nascimento		

PARECER Nº 002105/2020

Submete-se ao exame desta Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular o Substitutivo nº 01/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei nº 724/2019, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio.

Quanto ao aspecto material, o referido Projeto de Lei altera a Lei nº 12.770, de 8 de março de 2005, que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Estado e dá outras providências, a fim de assegurar aos idosos e às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida atendimento na unidade de saúde localizada mais próxima a sua residência.

Em cumprimento ao disposto no art. 94 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, a proposição foi apreciada primeiramente pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça quanto aos quesitos de admissibilidade, legalidade e constitucionalidade. Nessa Comissão, recebeu o Substitutivo nº 01/2020, apresentado com propósito de promover algumas adequações no texto da proposição, a fim de aperfeiçoar sua redação conforme os ditames da técnica legislativa.

Cumpre agora a esta Comissão analisar o mérito da proposta.

A proposição ora em análise acrescenta o §º 3º ao art. 1º da Lei nº 12.770, de 8 de março de 2005, que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Estado e dá outras providências, de maneira a assegurar aos idosos e às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida atendimento na unidade de saúde localizada mais próxima a sua residência.

O mecanismo acrescido à lei permite aos grupos sociais descritos acima meios mais adequados de acessibilidade e mobilidade aos serviços de saúde público. Assim, permite-se a prestação de um serviço público indispensável de maneira plena e adaptada. Diante do exposto, entende-se que a proposição em análise caminha no sentido concreto de extensão dos direitos à mobilidade e à acessibilidade dos idosos e de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, resguardando o caráter efetivo da normatização dos atendimentos pelo serviço público de saúde. Portanto, opino no sentido de que o Parecer seja pela **aprovação** .

Isaltino Nascimento

Deputado

Diante das considerações do relator, a Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular opina pela **aprovação** do Substitutivo 01/2019, de autoria da CCLJ, que alterou integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº. 724/2019, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio.

Sala de Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, em 02 de Março de 2020		
	Juntas	
	Favoráveis	
Juntas		João Paulo
Isaltino Nascimento		

PARECER Nº 002106/2020

Submete-se ao exame desta Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular o Projeto de Lei Ordinária nº 725/2019, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia. Quanto ao aspecto material, o Projeto de Lei em questão determina a obrigatoriedade da afixação de cartazes em unidades de saúde para informar sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual. Em observância ao disposto no art. 220 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, a proposição principal foi apreciada inicialmente pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, tendo recebido a Emenda Modificativa nº 01/2019, com vistas a aperfeiçoar a redação do projeto original. Cumpre agora a esta Comissão analisar o mérito da proposta. Desde 2013, o Brasil conta com a Lei nº 12.845, que garante o atendimento obrigatório e imediato no Sistema Único de Saúde (SUS) a vítimas de violência sexual. De acordo com essa lei, considera-se violência sexual qualquer forma de atividade sexual não consentida. Segundo a norma, todos os hospitais da rede pública são obrigados a oferecer à vítima, de forma imediata, a chamada pílula do dia seguinte. A lei também garante o direito a diagnóstico e tratamento de lesões no aparelho genital; amparo médico, psicológico e social; profilaxia de doenças sexualmente transmissíveis, realização de exame de HIV e acesso a informações sobre seus direitos legais e sobre os serviços sanitários disponíveis na rede pública. No entanto, muitos desses direitos e serviços não são de amplo conhecimento da população. Nesse sentido, o Projeto de Lei aqui analisado visa a tornar obrigatória a afixação de cartazes nas unidades públicas de saúde de Pernambuco com os seguintes dizeres: “LEI DO MINUTO SEGUINTE: SUA PALAVRA É LEI! A Lei Federal nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, garante o atendimento emergencial imediato e integral às vítimas de violência sexual, em todos os hospitais integrantes do SUS.”. A Emenda Modificativa nº 01/2019 adiciona ao projeto um dispositivo que prevê que os cartazes podem ser substituídos por tecnologias ou mídias digitais, desde que assegurado o mesmo teor e em tamanho legível. De maneira geral, a proposta contribui para que a Lei Federal nº 12.845/2013 ganhe maior notoriedade e alcance o máximo de eficácia social possível. Contribui também para a justiça social e a promoção da saúde, buscando amenizar o sofrimento das vítimas de violência sexual no nosso estado e garantir a elas o efetivo gozo de seus direitos. Portanto, opino no sentido de que o Parecer desta Comissão seja pela **aprovação** .

Isaltino Nascimento

Deputado

Diante das considerações do relator, a Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular opina pela **aprovação** do Projeto de Lei Ordinária nº 725/2019, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia, modificado pela Emenda Modificativa nº 01/2019, de autoria da CCLJ.

Sala de Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, em 02 de Março de 2020		
	Juntas	
	Favoráveis	
Juntas		Clarissa Tercio
Isaltino Nascimento		

PARECER Nº 002107/2020

Submete-se ao exame desta Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular o Substitutivo nº 01/2020, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 749/2019, de autoria do Deputado Romero Sales Filho. A proposição em questão dispõe sobre o símbolo que indica o atendimento prioritário a pessoa idosa, e dá outras providências. Em observância ao disposto no art. 220 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, o Projeto de Lei original foi apreciado inicialmente pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça quanto aos quesitos de admissibilidade, legalidade e constitucionalidade, tendo recebido o Substitutivo nº 01/2019. Cumpre agora a esta Comissão analisar o mérito da proposta. O número de cidadãos idosos no Brasil vem crescendo dia após dia. Cabe aos legisladores uma redobrada preocupação em garantir seus direitos e o respeito aos homens e mulheres que construíram, ao seu tempo, esse país. O Estatuto do Idoso estabeleceu o atendimento preferencial aos idosos e tem como objetivo protegê-los, por isso é importante maximizar os direitos e elevar o bem-estar dessa parcela cada vez maior da população, demonstrando efetivo respeito pela idade e experiência que representam. Nos termos do artigo 9º do Estatuto do Idoso, “É obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade”. Todavia, verifica-se que os símbolos utilizados atualmente para identificação de atendimento preferencial a idosos contêm viés pejorativo ou discriminatório, ao identificar todos os maiores de 60 anos como cidadãos frágeis, de locomoção dificultosa ou lenta, com bengalas e as costas arqueadas sugerindo debilidade, como os símbolos atualmente utilizados. Hoje, um idoso chega a ultrapassar os 70 anos em perfeito estado físico e mental, muito longe do estereotipo representado pela figura atual, de modo que se mostra constrangedor a representação dos locais a eles destinados por placas que apresentem reduzida capacidade de locomoção. Desta forma, nosso projeto sugere a utilização da pictografia baseada objetivamente na idade mínima de 60 anos, e não mais com a figura de alguém arqueado sobre uma bengala, pois a atual representação, em que pese nobre no motivo ao buscar inclusão, se distancia do seu objetivo principal, previsto pela nossa Carta Magna e enaltecido em todo o nosso ordenamento jurídico: a dignidade da pessoa humana, afinal, a fase de envelhecimento não é sinônimo de doença e sim um processo natural pelo qual as pessoas passam em seu ciclo de vida. O Substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça tem como intuito crescer, refinar e adequar tecnicamente o texto original, ao qual não traz nenhum tipo de ônus para o Projeto de Lei em tela. Portanto, opino no sentido de que o Parecer seja pela **aprovação** .

Juntas

Deputado

Diante das considerações do relator, a Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular opina pela **aprovação** do Substitutivo 01/2019, de autoria da CCLJ, que alterou integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº. 749/2019, de autoria do Deputado Romero Sales Filho.

Sala de Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, em 02 de Março de 2020		
	Juntas	
	Favoráveis	
Juntas		João Paulo
Isaltino Nascimento		

PARECER Nº 002108/2020

Submete-se ao exame desta Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular o Projeto de Lei Ordinária nº 751/2019, de autoria do Deputado Delegado Erick Lessa. Quanto ao aspecto material, o Projeto de Lei em questão visa estabelecer normas gerais para o funcionamento de pistas de kart, para fins de lazer, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.

Em observância ao disposto no art. 220 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, a proposição foi apreciada inicialmente pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, tendo recebido parecer favorável quanto aos quesitos de admissibilidade, legalidade e constitucionalidade.

Cumpre agora a esta Comissão analisar o mérito da proposta.

A proposição em análise cria obrigações para toda e qualquer atividade comercial de treinos e corridas de kart, para fins de lazer, no âmbito do Estado de Pernambuco. Trata-se de edição de norma específica, que também atende às diretrizes previstas no Código Estadual de Defesa do Consumidor, entre outras legislações vigentes, no que se refere à responsabilização por dano ao consumidor e garantia de proteção à saúde.

O Código Estadual de Defesa do Consumidor (Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019), em seu art. 18, dispõe que “os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não acarretarão riscos à saúde ou segurança dos consumidores, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição, obrigando-se os fornecedores, em qualquer hipótese, a dar as informações necessárias e adequadas a seu respeito”.

Sendo assim, a regulamentação do funcionamento das pistas de kart de entretenimento é necessária, pois obriga a adoção de práticas de segurança como: dar ciência ao consumidor das regras esportivas e riscos envolvidos; utilização de barreiras de proteção, distância mínima de 10 (dez) metros entre a pista e obstáculos físicos não protegidos por barreiras; utilização de cerca de tela ou grade para isolar os espectadores da pista; manutenção semanal; disponibilizar profissional capacitado para realizar os primeiros socorros em caso de acidente e para acionar o serviço de emergência médica, durante todo o período em que o estabelecimento comercial estiver em funcionamento, entre outras.

A inobservância do disposto implicará aos infratores as seguintes penalidades, sem prejuízo de outras previstas na legislação: advertência; multa; suspensão da autorização, permissão ou licença; ou cassação da autorização, permissão ou licença, mediante fiscalização a ser realizada pelos órgãos competentes, em que seja assegurada ampla defesa.

Constata-se, portanto, que a proposta é extremamente benéfica, uma vez que, a regulamentação da matéria assegura proteção do consumidor e dos empreendedores de pistas de kart para garantia do direito ao lazer seguro em todo estado.

Diante do exposto, opino no sentido de que o Parecer desta Comissão seja pela **Aprovação**.

Pastor Cleiton Collins

Deputado

Diante das considerações do relator, a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos opina pela **aprovação** do Projeto de Lei Ordinária nº. 751/2019, de autoria do Deputado Erick Lessa.

Sala de Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, em 02 de Março de 2020		
	Juntas	
	Favoráveis	
Juntas		Pastor Cleiton Collins
Clarissa Tercio		

PARECER Nº 002109/2020

Submete-se à análise desta Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular o Substitutivo nº 01/2020, apresentado e aprovado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 756/2019, de autoria do Deputado Romero Albuquerque.

A proposição visa a dispor sobre a instalação de câmeras de vídeo no interior das agências bancárias e instituições financeiras.

Em observância ao disposto no art. 220 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, a proposição original foi apreciada inicialmente pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, tendo recebido o Substitutivo 01/2019, a fim de promover melhorias de redação, assim como para retirar a obrigatoriedade de instalação de câmeras no entorno das agências.

Cumpre agora a esta Comissão analisar o mérito da proposta.

A Lei nº 16.153, de 3 de outubro de 2017, dispõe sobre normas de segurança nos estabelecimentos bancários e financeiros no Estado de Pernambuco. Dentre as obrigações elencadas no diploma está a de prover a segurança ininterrupta em caixas eletrônicos, bancos 24 horas e outros equipamentos assemelhados.

O Substitutivo aqui analisado visa a acrescentar novo dispositivo à lei supramencionada para estabelecer monitoramento por vídeo 24 horas por dia no interior da agência bancária.

A medida pretende aumentar o nível de segurança e vigilância nos estabelecimentos e dotar a polícia e o consumidor de mecanismos de identificação de qualquer distúrbio ocorrido no interior da agência. Para tanto, “o monitoramento feito pelas câmeras será realizado ininterruptamente, por funcionários devidamente capacitados, devendo ser utilizado equipamento que permita a gravação de imagens locais, que deverão ser salvas em local seguro, preservadas pelo período mínimo de seis meses e colocadas à disposição do Poder Público, especialmente das autoridades policiais, sempre que solicitado”.

A iniciativa, portanto, contribui para aumentar o nível de segurança das agências bancárias e, desta forma, garantir a proteção e a integridade física dos clientes destes estabelecimentos no Estado de Pernambuco.

A proposição em questão, portanto, ao promover a divulgação dos referidos canais de comunicação, contribui de maneira importante para a proteção dos direitos humanos no Estado de Pernambuco. Portanto, opino no sentido de que o Parecer seja pela **aprovação** .

Pastor Cleiton Collins

Deputado

Diante das considerações do relator, a Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular opina pela **aprovação** do Substitutivo 01/2019, de autoria da CCLJ, que alterou integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº. 756/2019, de autoria do Deputado Romero Albuquerque.

Sala de Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, em 02 de Março de 2020		
	Juntas	
	Favoráveis	
Juntas		Pastor Cleiton Collins
Isaltino Nascimento		

PARECER Nº 002110/2020

Submete-se ao exame desta Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular o Projeto de Lei Ordinária nº 773/2019, de autoria do Deputado Professor Paulo Dutra, com as alterações promovidas pela Emenda Modificativa nº 01/2019, apresentada pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

O Projeto de Lei dispõe sobre a instalação de mapa tátil em shoppings centers, galerias e centros comerciais, no âmbito do Estado de Pernambuco.

Em observância ao disposto no art. 220 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, a proposição foi apreciada inicialmente pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, a quem compete analisar a constitucionalidade e a legalidade da matéria, onde recebeu a Emenda Modificativa nº 01/2019.

Cumpre agora a esta Comissão analisar o mérito da proposta.

Trata-se de iniciativa legislativa que visa obrigar os centros comerciais de maior porte a instalarem mapas táteis que indiquem a localização das lojas, banheiros e saídas de emergência. Ou seja, é uma proposição que visa contribuir para e integração social das pessoas com deficiência visual, permitindo que esses cidadãos tenham cada vez mais autonomia para executar as tarefas cotidianas. É oportuno ainda registrar que a proposição visa equilibrar a nem sempre desejável interferência na propriedade privada e a necessária garantia de direitos das pessoas com deficiência. Para isso estabelece que somente os centros comerciais com mais de 50 lojas deverão instalar o mapa tátil, denotando também a proporcionalidade da medida.

Assim, o projeto mostra-se compatível com fundamentos e objetivos consagrados na Constituição Federal, em especial com a tutela da dignidade da pessoa com deficiência, a promoção do bem de todos e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária (art. 1º, inciso III, c/c art. 3º, incisos I e IV, da Constituição Federal).

Ademais, a proposição se encaixa na competência administrativa comum dos Estados-membros e dos outros entes federativos de proteção e garantia das pessoas com deficiência e promoção da integração social dos setores desfavorecidos (art. 23, II e X, da CF8/88), bem como na competência legislativa concorrente para dispor sobre proteção e defesa da saúde, proteção e integração social das pessoas com deficiência, nos termos do art. 24, XII, XIV, da Constituição.

Todavia, a CCLJ apresentou emenda modificativa, a fim de refinar a gama de locais que necessitarão ser sinalizados no mapa tátil. Assim, tem-se a seguinte emenda:

“Art. 1º Os shoppings, galerias e centros comerciais, que disponham de, no mínimo, 50 (cinquenta) lojas, ficam obrigados a instalar mapa tátil, com informações em Braille, indicando a localização dos banheiros e saídas de emergência, no âmbito do Estado de Pernambuco. (NR)”

Portanto, opino no sentido de que o Parecer desta Comissão seja pela **aprovação** .

Clarissa Tercio

Deputado

Diante das considerações do relator, a Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular opina pela **aprovação** do Projeto de Lei Ordinária nº 773/2019, de autoria do Deputado Professor Paulo Dutra, modificado pela Emenda Modificativa nº 01/2019, de autoria da CCLJ.

Sala de Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, em 02 de Março de 2020		
	Juntas	
	Favoráveis	
Juntas		Pastor Cleiton Collins
Isaltino Nascimento		

PARECER Nº 002111/2020

Submete-se ao exame desta Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular o Projeto de Lei Ordinária nº 782/2019, de autoria do Deputado Diogo Moraes.

O Projeto de Lei altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de aumentar o prazo para a quitação do débito ou apresentação do comprovante de pagamento, antes da efetiva inclusão nos bancos de dados de proteção ao crédito. Em observância ao disposto no art. 220 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, a proposição foi apreciada inicialmente pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, a quem compete analisar a constitucionalidade e a legalidade da matéria. Cumpre agora a esta Comissão analisar o mérito da proposta.

A Lei nº 16.559/2019, que instituiu o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, dispõe em seu art. 48, § 1º, que, antes da efetiva inclusão no banco de dados de proteção ao crédito, o consumidor deve ser comunicado previamente, e por escrito, sobre a inscrição de dívida de sua responsabilidade.

Para esse fim, pode ser utilizada correspondência por carta simples, enviada para o endereço informado ao credor, assim como, outros meios como: telefone, mensagem de texto SMS, aplicativo de mensagens instantâneas, e-mail. De acordo com § 3º do mesmo dispositivo, o consumidor tem o prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentar a quitação do débito ou o comprovante de pagamento, a contar da data da postagem da correspondência.

Segundo reivindicações apresentadas pelas entidades de Proteção ao Crédito, Bancos de Dados e Cadastros Positivos ao autor da proposta, urge a necessidade de aumentar o referido prazo para 15 (quinze) dias corridos, em virtude das dificuldades enfrentadas pelo setor na identificação e monitoramento de eventuais novos feriados locais e estaduais, quando se propõe o prazo em dias úteis.

Nesse contexto, o Projeto de Lei em análise objetiva aumentar o prazo concedido aos consumidores, a partir de 1º de janeiro do ano seguinte à publicação oficial da norma oriunda da proposição. Logo, a proposição em comento torna mais justa as relações de consumo, ao tempo em que o aumento do prazo para quitação ou comprovação de débito não resulta em qualquer prejuízo aos consumidores pernambucanos.

Portanto, opino no sentido de que o Parecer seja pela **aprovação**.

João Paulo
Deputado

Diante das considerações do relator, a Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular opina pela **aprovação** do Projeto de Lei Ordinária nº. 782/2019, de autoria do Deputado Diogo Moraes.

Sala de Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, em 02 de Março de 2020		
	Juntas	
	Favoráveis	
Juntas		Clarissa Tercio
João Paulo		

PARECER Nº 002112/2020

Submete-se ao exame desta Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular o Projeto de Resolução nº 849/2019, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães.

Quanto ao aspecto material, o referido projeto concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano à médica Dra. Geísa Maria Campos de Macêdo.

Em cumprimento ao disposto no art. 94 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, a proposição foi apreciada primeiramente pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, quando recebeu parecer favorável daquele colegiado quanto aos quesitos de admissibilidade, legalidade e constitucionalidade.

Cumpre agora a esta Comissão analisar o mérito da questão.

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (Resolução nº 905/2008) dispõe, em seu art. 271, que “o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano objetiva reconhecer e valorizar o trabalho de pessoas que, em qualquer área de atuação, desenvolvam ou desenvolveram atividades em prol do Estado de Pernambuco”.

O Projeto de Resolução ora em análise tem como objetivo conceder o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano médica Dra. Geísa Maria Campos de Macêdo.

Conforme a justificativa apresentada, a homenageada é natural de Campina Grande, interior da Paraíba. Em 1969, veio residir com sua família em Recife. No mesmo ano, foi aprovada em medicina na UFPE. Seguiu para a residência médica em clínica médica no Hospital dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro. Após isso, especializou-se em endocrinologia.

Na Inglaterra, trabalhou com um dos expoentes mundiais na área de diabetes, desenvolvendo e aprendendo técnicas e serviços multidisciplinares para o combate da doença. De volta ao Brasil, passou a introduzir novos conceitos sobre a abordagem e tratamento do pé diabético. Sua formação extensa ajudou a melhorar e aperfeiçoar a assistência aos pacientes dessa doença crônica, incluindo a implantação de serviço especializado em pé diabético, para ajudar a diminuir as amputações que ainda hoje são tão frequentes no Brasil.

Atuou no Hospital da Restauração por 13 anos, sendo preceptora da Residência Médica em Clínica Médica e foi também chefe do serviço. No Hospital Agamenon Magalhães, participou do serviço de Endocrinologia e foi professora do curso de especialização em endocrinologia. Criou um protocolo especial para atendimento ambulatorial ao paciente diabético, que foi considerado modelo pelo Governo do Estado, com publicação em Diário Oficial.

Criou ainda o primeiro ambulatório de pé diabético do Estado de Pernambuco e o Programa de Prevenção e Tratamento do Pé Diabético - PREVPED, no Hospital Agamenon Magalhães. Criou e estabeleceu um programa de intercâmbio científico entre vários hospitais ingleses e o Hospital Agamenon Magalhães, chamado “Diabetes Microproject”, por meio do Conselho Britânico, com duração de quatro anos, onde profissionais brasileiros poderiam ir fazer treinamento em diabetes na Inglaterra, e profissionais ingleses poderiam vir ao Brasil supervisionar e trocar informações.

Foi, ainda, presidente da Comissão de Residência Médica (COREME) do Hospital Agamenon Magalhães por seis anos e durante sua gestão criou, juntamente com o Dr. Mário Fernando Lins, o programa de residência médica em cardiologia para o hospital.

Em 2004, fundou o Instituto Brasileiro de Diabetes (IBRADI), uma instituição sem fins lucrativos, para orientar, tratar, educar e apoiar os diabéticos. Fundou em 2011, a Sociedade Brasileira de Diabetes - regional Pernambuco, da qual foi eleita presidente por três vezes. Atualmente, ocupa além da presidência da regional, o cargo de Coordenadora do departamento de Neuropatias e Pé Diabético na Sociedade Brasileira de Diabetes nacional.

Dra. Geísa foi consultora, palestrante e fez parte do “advisory board” da empresa internacional Sanofi por 12 anos. Presta serviço também como palestrante oficial de várias empresas multinacionais em eventos de educação médica continuada.

Diante disso, o Projeto de Resolução em questão presta uma honraria à Dra. Geíza Macêdo, tendo em vista todos os anos de dedicação à área médica, por meio da concessão do Título Honorífico de Cidadã Pernambucano.

Por todo o exposto, opino pela **aprovação** do presente Projeto de Resolução.

Clarissa Tercio
Deputado

Diante das considerações do relator, a Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular opina pela **aprovação** do Projeto de Resolução nº. 849/2019, de autoria da Deputada Clodoaldo Magalhães.

Sala de Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, em 02 de Março de 2020		
	Juntas	
	Favoráveis	
Juntas		Pastor Cleiton Collins
João Paulo		Isaltino Nascimento

PARECER Nº 002113/2020

Submete-se ao exame desta Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular o Projeto de Resolução nº 850/2019, de autoria do Deputado Sivaldo Albino.

Quanto ao aspecto material, o referido projeto concede o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano ao Bispo Dom Paulo Jackson Nóbrega de Sousa.

Em cumprimento ao disposto no art. 94 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, a proposição foi apreciada primeiramente pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, quando recebeu parecer favorável daquele colegiado quanto aos quesitos de admissibilidade, legalidade e constitucionalidade.

Cumpre agora a esta Comissão analisar o mérito da questão.

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (Resolução nº 905/2008) dispõe, em seu art. 271, que “o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano objetiva reconhecer e valorizar o trabalho de pessoas que, em qualquer área de atuação, desenvolvam ou desenvolveram atividades em prol do Estado de Pernambuco”.

O Projeto de Resolução ora em análise tem como objetivo conceder o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano a Dom Paulo Jackson Nóbrega de Sousa, brasileiro de São José de Espinharas, interior de Paraíba.

O religioso estudou Filosofia no Instituto de Teologia de Recife (1987-1989) e Teologia no Seminário Imaculada Conceição, em João Pessoa (1990-1992), sendo ordenado presbítero em 1993.

Dom Paulo Jackson é Mestre em Exegese Bíblica pelo Instituto Bíblico de Roma e Doutor em Teologia Bíblica pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma. Foi Secretário Nacional da Organização dos Seminários e Institutos Filosófico-Teológicos do Brasil. Em 20 de maio de 2015, foi nomeado bispo da Diocese de Garanhuns pelo Papa Francisco.

No comando da Diocese de Garanhuns, foi responsável pela celebração do Centenário da Diocese em 2018; coordenou a realização de três grandes Congressos Teológicos, tais como o Congresso Missionário (2016); o Congresso Bíblico-Catequético (2017); e o Congresso Eucarístico (2018).

Organizou ainda a Obra das Vocações Sacerdotais na Diocese para fazer frente ao aumento significativo das vocações sacerdotais, passando de 14 seminaristas para 36.

Atualmente, Dom Paulo Jackson ocupa a presidência da Regional Nordeste 2 da CNBB, composta pelas 21 dioceses dos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

Diante dos relevantes serviços prestados por Dom Paulo Jackson Nóbrega de Sousa à Igreja Católica e à sociedade pernambucana, faz jus a receber dessa Casa o Título de Cidadão Pernambucano.

Por todo o exposto, opino pela **aprovação** do presente Projeto de Resolução.

Isaltino Nascimento
Deputado

Diante das considerações do relator, a Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular opina pela **aprovação** do Projeto de Resolução nº. 850/2019, de autoria da Deputado Sivaldo Albino.

Sala de Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, em 02 de Março de 2020		
	Juntas	
	Favoráveis	
Juntas		João Paulo
Isaltino Nascimento		

PARECER Nº 002114/2020

Submete-se ao exame desta Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular o Projeto de Resolução nº 851/2019, de autoria do Deputado Alberto Feitosa.

Quanto ao aspecto material, o referido projeto concede o Título Honorífico de Cidadã Pernambucana à Senhora Carmen Lúcia Ferreira Cavalcanti Ayres.

Em cumprimento ao disposto no art. 94 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, a proposição foi apreciada primeiramente pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, quando recebeu parecer favorável daquele colegiado quanto aos quesitos de admissibilidade, legalidade e constitucionalidade.

Cumpre agora a esta Comissão analisar o mérito da questão.

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (Resolução nº 905/2008) dispõe, em seu art. 271, que “o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano objetiva reconhecer e valorizar o trabalho de pessoas que, em qualquer área de atuação, desenvolvam ou desenvolveram atividades em prol do Estado de Pernambuco”.

O Projeto de Resolução ora em análise tem como objetivo conceder o Título Honorífico de Cidadão Pernambucano à Senhora Carmen Lúcia Ferreira Cavalcanti Ayres.

Nascida na Bahia, em 20 de novembro de 1958, escolheu o Recife há 40 anos para estudar e trabalhar. Carmen Lucia Ayres tem formação em Pedagogia e iniciou sua carreira profissional em classes de Educação Fundamental de uma grande escola da rede privada do Recife. Em 1985, fundou seu próprio estabelecimento de ensino, voltado para o público infantil.

A escola desenvolveu-se no decorrer de 34 anos no bairro do Espinheiro, expandindo-se e ocupando novos espaços e hoje tem reconhecimento institucional generalizado, inclusive pela UNICEF.

Diante dos relevantes serviços prestados nas áreas educacional, cultural e social, contribuindo principalmente para o avanço da educação em Pernambuco, a Sra. Carmen Lúcia Ferreira Cavalcanti Ayres faz jus a receber dessa Casa o Título de Cidadã Pernambucana.

Por todo o exposto, opino pela **aprovação** do presente Projeto de Resolução.

Juntas
Deputado

Diante das considerações do relator, a Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular opina pela **aprovação** do Projeto de Resolução nº. 851/2019, de autoria do Deputado Alberto Feitosa.

Sala de Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, em 02 de Março de 2020		
	Juntas	
	Favoráveis	
Juntas		Pastor Cleiton Collins
João Paulo		Isaltino Nascimento

PARECER Nº 2115

EMENDA MODIFICATIVA Nº 01/2020, DE AUTORIA DO DEPUTADO JOÃO PAULO COSTA, AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 667/2019, DE AUTORIA DO DEPUTADO WILLIAM BRÍGIDO

PROPOSIÇÃO PRINCIPAL QUE ALTERA O CÓDIGO ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR. FRAUDES FINANCEIRAS MAIS FREQUENTES. EMENDA MODIFICATIVA Nº 01/2020 QUE MODIFICA OS ART. 1º E 2º. DO PROJETO DE LEI 667/2019 DO DEPUTADO WILLIAM BRÍGIDO. PRODUÇÃO E CONSUMO. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE. CONSTITUCIONALIDADE FORMAL ORGÂNICA. PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR. DIREITO FUNDAMENTAL E PRINCÍPIO DA ORDEM ECONÔMICA. ART. 5º, XXXII E ART. 170, V, DA CF. PRECEDENTES DESTA CCLJ. PELA APROVAÇÃO.

1. RELATÓRIO

Trata-se da Emenda Modificativa nº 01/2020, de autoria do Deputado João Paulo Costa, ao Projeto de Lei Ordinária nº 667/2019, de autoria do Deputado William Brígido, que altera o Código Estadual de Defesa do Consumidor, a fim de obrigar as instituições financeiras a informarem ao consumidor as fraudes mais frequentes relacionadas aos seus serviços.

A Emenda Modificativa nº 01/2020 em análise tem a finalidade de modificar o art. 64-A da Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019 para alterar o prazo de vigência, bem como para destacar o tipo de informação que deve ser informada ao consumidor.

A proposição em referência tramita sob o regime ordinário.

É o relatório.

2. PARECER DO RELATOR

A proposição vem arrimada no art. 19, caput, da Constituição Estadual e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, não estando no rol de matérias afetas à iniciativa reservada ao Governador do Estado. Infere-se, portanto, quanto à iniciativa, a constitucionalidade formal subjetiva da medida.

Pela ótica das competências constitucionais, a matéria versada na proposição ora em análise se insere na esfera de competência legislativa concorrente da União, Estados e Distrito Federal, para legislar sobre produção e consumo (e Direito do Consumidor), nos termos do art. 24, V, da CF:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: [...]

V - produção e consumo; [...]

Sobre a competência legislativa dos Estados-membros, assim leciona Pedro Lenza, *in verbis*:

"7.5.3.2. Competência legislativa

Como a terminologia indica, trata-se de competências, constitucionalmente definidas, para elaborar leis.

Elas foram assim definidas para os Estados-membros:

- Expressa: art. 25, caput > qual seja, como vimos, a capacidade de auto-organização dos Estados-membros, que se regeirão pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios da CF/88;

- Residual (remanescente ou reservada): art. 25, § 1.º > toda competência que não for vedada está reservada aos Estados-membros, ou seja, o resíduo que sobrar, o que não for de competência expressa dos outros entes e não houver vedação, caberá aos Estados materializar;

- Delegada pela União: art. 22, parágrafo único > como vimos, a União poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias de sua competência privativa prevista no art. 22 e incisos. Tal autorização dar-se-á por meio de lei complementar;

- Concorrente: art. 24 > a concorrência para legislar dar-se-á entre a União, os Estados e o Distrito Federal, cabendo à União legislar sobre normas gerais e aos Estados, sobre normas específicas;" (LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado / Pedro Lenza. 16. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Saraiva, 2012.)

Materialmente, a proposição está de acordo com o papel do Estado de promover a defesa do consumidor, que tem *status* de Direito Fundamental e que também faz parte do rol de Princípios da Ordem Econômica do Brasil (art. 5º, XXXII e art. 170, V, da CF). Ademais, o art. 143 da Constituição Estadual preceitua que cabe ao Estado promover a defesa do consumidor, mediante: política governamental de acesso ao consumo e de promoção dos interesses e direitos dos consumidores, legislação suplementar específica sobre produção e consumo, entre outras formas. Seguem abaixo transcritos os dispositivos do CDC Federal que se coadunam em sua inteireza com a posição da proposição em análise:

Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios: [...]

IV - educação e informação de fornecedores e consumidores, quanto aos seus direitos e deveres, com vistas à melhoria do mercado de consumo;

Art. 6º São direitos básicos do consumidor: [...]

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

Posto isso, cumpre destacar que a Emenda Modificativa nº 01/2020 em análise tem tão somente a finalidade de modificar o art. 64-A da Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019 para alterar o prazo de vigência, bem como para destacar o tipo de informação que deve ser informada ao consumidor.

Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação da Emenda Modificativa nº 01/2020, de autoria do Deputado João Paulo Costa, ao Projeto de Lei Ordinária nº 667/2019, de autoria do Deputado William Brígido.

3. CONCLUSÃO DA COMISSÃO

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, por seus membros infra-assinados, opina pela aprovação da Emenda Modificativa nº 01/2020, de autoria do Deputado João Paulo Costa, ao Projeto de Lei Ordinária nº 667/2019, de autoria do Deputado William Brígido

Sala de Reuniões da Comissão, em 03 de março de 2020.

GUSTAVO GOUVEIA
Presidente em exercício

ALBERTO FEITOSA
ISALTINO NASCIMENTO
ROMÁRIO DIAS - relator
JOÃO PAULO
ANTÔNIO MORAES
TERESA LEITÃO

PARECER Nº 002116/2020

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 813/2019
AUTORIA: DEPUTADO DIOGO MORAES

ALTERA O CÓDIGO ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR. REGULAMENTAÇÃO DA ATIVIDADE HOTELEIRA EM FERNANDO DE NORONHA. PRODUÇÃO E CONSUMO. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE. CONSTITUCIONALIDADE FORMAL ORGÂNICA. PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR. DIREITO FUNDAMENTAL E PRINCÍPIO DA ORDEM ECONÔMICA. ART. 5º, XXXII E ART. 170, V, DA CF. PRECEDENTES DESTA CCLJ. PELA APROVAÇÃO, COM SUBSTITUTIVO.

1. RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei Ordinária nº 813/2019, de autoria do Deputado Diogo Moraes, que altera o Código Estadual de Defesa do Consumidor, a fim de alterar e acrescentar a redação dos parágrafos do art. 112 e 113, que regulamenta o desconto de valores referente ao cancelamento de reservas em estabelecimentos hoteleiros e similares. Em sua justificativa, o Exmo. Deputado alega que:

"Devido a sua localização e distância, a Ilha de Fernando de Noronha necessita de uma atenção diferenciada para o pleno atendimento ao turismo local.

A presente proposta de alteração foi encaminhada pelos representantes da rede de hospedagem daquela Ilha, justificando que o cancelamento onera em muito mais a perda da reserva, visto que tudo é comprado/ adquirido diretamente do continente: água, material de limpeza, bens móveis, alimentação, etc. O custo é muito alto, diferentemente do que acontece com o setor aqui no continente.

Ainda quanto ao Arquipélago de Fernando de Noronha, é importante observar que não se pode verificar a hipossuficiência do consumidor diante a condição limitada pousadeiros daquele Ilha. [...]"

O projeto de lei em referência tramita sob o regime ordinário. É o relatório.

2. PARECER DO RELATOR

A proposição vem arrimada no art. 19, caput, da Constituição Estadual e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, não estando no rol de matérias afetas à iniciativa reservada ao Governador do Estado. Infere-se, portanto, quanto à iniciativa, a constitucionalidade formal subjetiva da medida. Pela ótica das competências constitucionais, a matéria versada no Projeto de Lei ora em análise se insere na esfera de competência

legislativa concorrente da União, Estados e Distrito Federal, para legislar sobre produção e consumo (e Direito do Consumidor), nos termos do art. 24, V, da CF:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: [...]

V - produção e consumo; [...]

Sobre a competência legislativa dos Estados-membros, assim leciona Pedro Lenza, *in verbis* :

"7.5.3.2. Competência legislativa

Como a terminologia indica, trata-se de competências, constitucionalmente definidas, para elaborar leis.

Elas foram assim definidas para os Estados-membros:

- Expressa: art. 25, caput > qual seja, como vimos, a capacidade de auto-organização dos Estados-membros, que se regeirão pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios da CF/88;

- Residual (remanescente ou reservada): art. 25, § 1.º > toda competência que não for vedada está reservada aos Estados-membros, ou seja, o resíduo que sobrar, o que não for de competência expressa dos outros entes e não houver vedação, caberá aos Estados materializar;

- Delegada pela União: art. 22, parágrafo único > como vimos, a União poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias de sua competência privativa prevista no art. 22 e incisos. Tal autorização dar-se-á por meio de lei complementar;

- Concorrente: art. 24 > a concorrência para legislar dar-se-á entre a União, os Estados e o Distrito Federal, cabendo à União legislar sobre normas gerais e aos Estados, sobre normas específicas;" (LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado / Pedro Lenza. 16. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Saraiva, 2012.)

Materialmente, a proposição está de acordo com o papel do Estado de promover a defesa do consumidor, que tem *status* de Direito Fundamental e que também faz parte do rol de Princípios da Ordem Econômica do Brasil (art. 5º, XXXII e art. 170, V, da CF). Ademais, o art. 143 da Constituição Estadual preceitua que cabe ao Estado promover a defesa do consumidor, mediante: política governamental de acesso ao consumo e de promoção dos interesses e direitos dos consumidores, legislação suplementar específica sobre produção e consumo, entre outras formas. Não obstante, mostra-se necessária a apresentação de substitutivo, a fim de promover melhorias de redação. Afora isso, importante também atentar para as determinações da Lei Complementar nº 171/2011. Assim, tem-se:

SUBSTITUTIVO Nº 01/2020,
AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 813/2019

Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 813/2019.

Artigo Único. O Projeto de Lei Ordinária nº 813/2019 passa a ter a seguinte redação:

"Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de ajustar as regras para cancelamento de reservas em hotéis e pousadas no Distrito de Fernando de Noronha.

Art. 1º O art. 112 da Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 112.....

.....

§ 4º Em caso de pagamento pela reserva, o valor adiantado pelo consumidor deve ser devolvido, abatido da multa porventura devida, em até 15 (quinze) dias úteis após a confirmação do cancelamento, sob pena de devolução em dobro. (NR)

.....

§ 7º No caso de cancelamento da reserva, fica facultado ao consumidor negociar junto ao fornecedor outra data para se hospedar, dentro do prazo proposto pelo estabelecimento. (NR)

§ 8º O descumprimento ao disposto neste artigo sujeitará o infrator à penalidade de multa prevista no art. 180, nas Faixas Pecuniárias A ou B, sem prejuízo da aplicação cumulativa de outras sanções previstas neste Código. (AC)'

Art. 2º Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro do ano seguinte ao de sua publicação oficial."

Diante do exposto, opino pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 813/2019, de autoria do Deputado Diogo Moraes, nos termos do Substitutivo acima apresentado.

Antônio Moraes
Deputado

3. CONCLUSÃO DA COMISSÃO

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, por seus membros infra-assinados, opina pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 813/2019, de autoria do Deputado Diogo Moraes, nos termos do Substitutivo proposto.

Sala de Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 03 de Março de 2020

Gustavo Gouveia

Favoráveis

Alberto Feitosa
João Paulo
Romário Dias
Romero Sales Filho

Isaltino Nascimento
Priscila Krause
Antônio Moraes
Teresa Leitão

PARECER Nº 002117/2020

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 823/2019
AUTORIA: DEPUTADO ROMERO ALBUQUERQUE

PROPOSIÇÃO QUE MODIFICA A LEI 15.226/2014. AUMENTO DO VALOR MÍNIMO DA MULTA. MATÉRIA INSERIDA NA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DA UNIÃO, ESTADOS E DISTRITO FEDERAL PARA DISPOR SOBRE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE E A FAUNA E RESPONSABILIDADE POR DANO AO MEIO AMBIENTE, NOS TERMOS DO ART. 24, VI E VIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, BEM COMO NA COMPETÊNCIA MATERIAL COMUM DA UNIÃO, ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA PROTEGER O MEIO AMBIENTE, COMBATER A POLUIÇÃO E PRESERVAR A FAUNA, CONFORME DISPÕE O ART. 23, VI E VII. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE OU ILEGALIDADE. PELA APROVAÇÃO.

1. RELATÓRIO

É submetido a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, Projeto de Lei Ordinária nº 823/2019, de autoria do Deputado Romero Albuquerque, o qual promove alterações na Lei nº 15.226, de 2014, que institui o Código Estadual de Proteção aos Animais, no âmbito do Estado de Pernambuco.

Em síntese, a proposição em análise visa “aumentar o valor da multa mínima referente à sanção administrativa para aqueles que descumprirem os artigos previstos na Lei nº 15.226, de 7 de janeiro de 2014, motivo pelo qual é de extrema importância a aplicação de punições mais severas para que possa conscientizar a população”.

O Projeto de Lei em referência tramita nesta Assembleia Legislativa pelo regime ordinário (Art. 223, III, Regimento Interno).

É o relatório.

2. PARECER DO RELATOR

A proposição vem arrimada no art. 19, caput, da Constituição Estadual e no art. 194, II, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

Percebe-se, com lastro no teor da proposição e de acordo com os argumentos constantes na justificativa do Projeto de Lei nº 823/2019, a louvável intenção legislativa de fortalecer os mecanismos de combate os maus tratos aos animais.

Desta feita, a presente proposição insere-se na competência legislativa concorrente da União, Estados e Distrito Federal, para legislar sobre proteção do meio ambiente, controle da poluição e responsabilidade por dano ao meio ambiente, nos termos do art. 24, VI e VIII da CF/88, *in verbis* :

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

[...]

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

[...]

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

Ainda sob o manto da Constituição Federal, a matéria ora apreciada encontra-se inserida na competência material comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios para proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas, preservar a fauna e a flora, conforme preceitua o art. 23, VI e VII, da CF/88, *in verbis* :

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

[...]

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

A proposição é consentânea, ainda, com o art. 225 da Constituição de 1988, o qual elenca como direito de todos usufruírem de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, asseverando tratar-se de um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida e impõe, ao Poder Público e à coletividade, o dever de defendê-lo e preservá-lo.

Pode-se concluir, portanto, que o projeto de lei em análise não apresenta vício de inconstitucionalidade ou ilegalidade.

Diante do exposto, opina-se pela **aprovação** do Projeto de Lei Ordinária nº 823/2019, de autoria do Deputado Romero Albuquerque.

É o Parecer do Relator.

Alberto Feitosa
Deputado

3. CONCLUSÃO DA COMISSÃO

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, por seus membros infra-assinados, opina pela **aprovação** do Projeto de Lei Ordinária nº 823/2019, de autoria do Deputado Romero Albuquerque.

Sala de Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 03 de Março de 2020

Gustavo Gouveia

Favoráveis

Alberto Feitosa
João Paulo
Romário Dias
Romero Sales Filho

Isaltino Nascimento
Priscila Krause
Antônio Moraes
Teresa Leitão

PARECER Nº 002118/2020

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 877/2020
AUTORIA: DEPUTADO CLODOALDO MAGALHÃES

PROPOSIÇÃO QUE ALTERA A LEI Nº 16.241, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017, QUE CRIA O CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS E DATAS COMEMORATIVAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, DEFINE, FIXA CRITÉRIOS E CONSOLIDA AS LEIS QUE INSTITUÍRAM EVENTOS E DATAS COMEMORATIVAS ESTADUAIS, ORIGINADA DE PROJETO DE LEI DE AUTORIA DO DEPUTADO DIOGO MORAES, A FIM DE INCLUIR O DIA ESTADUAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA REMANESCENTE DOS ESTADOS-MEMBROS (ART. 25, §1º, DA CF/88). AUSÊNCIA DE VÍCIOS. PELA APROVAÇÃO NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO PROPOSTO POR ESTE COLEGIADO.

1. RELATÓRIO

É submetido à apreciação desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (CCLJ), para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária (PLO) nº 877/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães. A proposição tem por finalidade inserir no Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco o Dia Estadual de Combate à Corrupção (9 de dezembro). O PLO em cotejo tramita nesta Assembleia Legislativa pelo regime ordinário, conforme o art. 223, III, do Regimento Interno (RI).

É o relatório.

2. PARECER DO RELATOR

Nos termos do art. 94, I, do RI desta Assembleia Legislativa, compete a esta Comissão Técnica dizer sobre a constitucionalidade, legalidade e juridicidade das proposições.

Do ponto de vista formal, a matéria está inserida na competência legislativa remanescente dos estados-membros, prevista no art. 25, § 1º, da Constituição Federal (CF/88):

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

Competência remanescente significa tudo que sobra, o restante. É aquela sobre a qual o Texto Constitucional manteve-se silente. Assim, quando a competência para legislar sobre determinado assunto não for expressamente conferida aos outros entes, e não afrontar os demais preceitos constitucionais, esta deverá ser exercida pelos estados.

Segundo o constitucionalista José Afonso da Silva:

“Quanto à forma (ou o processo de sua distribuição), a competência será: (a) enumerada, ou expressa, quando estabelecida de modo explícito, direto, pela Constituição para determinada entidade (arts. 21 e 22, p. ex.); (b) reservada ou remanescente e residual, a que compreende toda matéria não expressamente incluída numa enumeração, reputando-se sinônimas as expressões reservada e remanescente com o significado de competência que sobra a uma entidade após a enumeração da competência da outra (art.25, §1º: cabem aos Estados as competências não vedadas pela Constituição), enquanto a competência residual consiste no eventual resíduo que reste após enumerar a competência de todas as unidades, como na matéria tributária, em que a competência residual – a que eventualmente possa surgir apesar da enumeração exaustiva – cabe à União (art. 154, I).” (in Curso de Direito Constitucional Positivo, Ed. Malheiros, 38ª ed., 2015, p.484). (Curso de Direito Constitucional Positivo, Ed. Malheiros, 38ª ed., 2015, p.484).

De outra parte, o PLO encontra fundamento no art. 19, *caput* , da Constituição Estadual (CE/89), e no art. 194, I, do RI desta Casa. Uma vez que o Deputado Estadual detém competência legislativa para apresentar projetos de leis ordinárias e o assunto não consta no rol de matérias afetas à iniciativa privativa do Governador do Estado, se infere, quanto à iniciativa, sua constitucionalidade formal subjetiva. Tendo em vista, no entanto, a necessidade de adequação técnica do dispositivo a ser acrescido, se faz imprescindível a apresentação do seguinte Substitutivo:

SUBSTITUTIVO Nº 01/2020
AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 877/2020

Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 877/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães.

Artigo Único. O Projeto De Lei Ordinária nº 877/2020 passa a ter a seguinte redação:

“Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir o Dia Estadual de Combate à Corrupção.

Art. 1º A Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, passa a vigorar com o seguinte acréscimo:

“Art. 388-A. Dia 9 de dezembro: Dia Estadual de Combate à Corrupção. (AC)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Destarte, ausentes vícios de inconstitucionalidade, ilegalidade ou antijuridicidade, o parecer do relator é pela **aprovação** do Projeto de Lei Ordinária nº 877/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães, nos termos do Substitutivo apresentado.

É o parecer.

Romero Sales Filho
Deputado

3. CONCLUSÃO DA COMISSÃO

Diante do exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, a CCLJ, por seus membros infra-assinados, opina pela **aprovação** do Projeto de Lei Ordinária nº 877/2020, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães, conforme Substitutivo proposto por este Colegiado.

Sala de Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 03 de Março de 2020

Gustavo Gouveia

Favoráveis

Alberto Feitosa
João Paulo
Romário Dias
Romero Sales Filho

Isaltino Nascimento
Priscila Krause
Antônio Moraes
Teresa Leitão

PARECER Nº 002119/2020

Emenda Modificativa nº 01/2020, de autoria da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, ao Projeto de Lei Ordinária nº 884/2020, de autoria do Governador do Estado

PROPOSIÇÃO PRINCIPAL QUE VISA ABRIR CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO FISCAL DO ESTADO, RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2020, NO VALOR DE R\$ 6.324.000,00 (SEIS MILHÕES E TREZENTOS E VINTE E QUATRO MIL REAIS), EM FAVOR DO FUNDO ESTADUAL DO TRABALHO DO ESTADO DE PERNAMBUCO - FET/PE. PROPOSIÇÃO ACESSÓRIA QUE TEM A FINALIDADE DE ALTERAR O OBJETO DA ABERTURA DO REFERIDO CRÉDITO ESPECIAL. ATENDIDOS OS PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS, LEGAIS E REGIMENTAIS. PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça a Emenda Modificativa nº 01/2020, de autoria da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, ao Projeto de Lei Ordinária nº 884/2020, de autoria do Governador do Estado, encaminhado a este Poder Legislativo por meio da Mensagem nº 02, de 06 de fevereiro de 2020, que visa abrir crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2020, crédito especial no valor de R\$ 6.324.000,00 (seis milhões e trezentos e vinte e quatro mil reais), em favor do Fundo Estadual do Trabalho do Estado de Pernambuco – FET/PE.

Com arrimo no art. 21 da Constituição Estadual, o Governador do Estado requereu que a tramitação observe o regime de urgência.

2. Parecer do Relator

A Proposição vem arrimada no art. 205 do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

Sabe-se que, em consonância com a pacífica jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é admissível emenda de autoria parlamentar, a projetos de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, desde que respeitada a pertinência temática da emenda com a matéria do projeto e não haja aumento de despesa em relação ao projeto original. Veja-se ementa de julgado do STF reforçando tal entendimento:

“EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 2º DA LEI GAÚCHA N. 10.385/1995. PARALISAÇÃO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL. DIAS PARADOS CONTADOS COMO DE EFETIVO EXERCÍCIO. EMENDA PARLAMENTAR. ALTERAÇÕES DO DISPOSITIVO APONTADO COMO PARÂMETRO DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DA NORMA IMPUGNADA. PREJUDICIALIDADE DA AÇÃO NÃO CONFIGURADA. DESRESPEITO AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES E À AUTONOMIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DO PODER JUDICIÁRIO. 1. Alterações promovidas pelas Emendas Constitucionais n. 19/1998 e 41/2003 não causam prejuízo à análise da constitucionalidade da norma impugnada à luz do art. 96, inc. II, al. b, da Constituição da República. 2. Admissão de emendas parlamentares aos projetos de lei de iniciativa privativa do Poder Executivo e Judiciário, desde que guardem pertinência temática com o projeto e não importem em aumento de despesas. 3. A Emenda Parlamentar n. 4/1995 afastou-se da temática do Projeto de Lei n. 54/1995, interferiu na autonomia financeira e administrativa do Poder Judiciário: desrespeito ao art. 2º da Constituição da República. 4. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente. (ADI 1333, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 29/10/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-226 DIVULG 17-11-2014 PUBLIC 18-11-2014)”

Após detida análise da proposição, observa-se que a finalidade é tão somente a de alterar o objetivo do referido crédito especial que passa a ser o seguinte: “Contribuir para a redução das taxas de desemprego, estimular iniciativas associativas e de acesso ao micro crédito; promover a inclusão de comunidades economicamente vulneráveis; contribuir com informações permanentes sobre o mercado de trabalho e estabelecer parcerias para a produção e difusão de informações que contribuam para a saúde do trabalhador e a preservação do meio ambiente.”

Desta feita, resta claro que não há óbice à apresentação de emendas parlamentares a projetos do Executivo, desde que não acarrete aumento de despesas e guarde pertinência temática. Por fim, registre-se que inexistem nas disposições do Projeto de Lei, ora em análise, quaisquer vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade.

Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela **aprovação** da Emenda Modificativa nº 01/2020, de autoria da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, ao Projeto de Lei Ordinária nº 884/2020, de autoria do Governador do Estado.

Antônio Moraes
Deputado

3. Conclusão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela **aprovação** da Emenda Modificativa nº 01/2020, de autoria da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, ao Projeto de Lei Ordinária nº 884/2020, de autoria do Governador do Estado.

Sala de Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 03 de Março de 2020

Gustavo Gouveia		
Favoráveis		
Alberto Feitosa	Isaltino Nascimento	
João Paulo	Priscila Krause	
Romário Dias	Antônio Moraes	
Romero Sales Filho	Teresa Leitão	

PARECER Nº 002120/2020

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 886/2020
AUTORIA: DEPUTADO ISALTINO NASCIMENTO

MECANISMO DE ENFRETAMENTO AO TROTE NOS SERVIÇOS DE EMERGÊNCIA. LEI ESTADUAL Nº 14.670, DE 22 DE MAIO DE 2012. MATÉRIA INSERTA NA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA REMANESCENTE DOS ESTADOS-MEMBROS (ART. 25, §1º, CF/88). CONSTITUCIONALIDADE FORMAL ORGÂNICA. PELA APROVAÇÃO, COM SUBSTITUTIVO.

1. RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei Ordinária nº 886/2020, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento, que altera a redação da Lei Estadual nº 14.670 de 22 de maio de 2012, que dispõe sobre o ressarcimento ao Estado e a aplicação de multa pelo acionamento indevido dos serviços telefônicos de atendimentos as emergências relativas a remoções ou resgates, combate a incêndios ou ocorrências policiais. Em sua justificativa, o Exmo. Deputado alega que:

"[...] Em 2020 houve um aumento de 9,5% em relação ao mesmo período da virada do ano de 2019. São cerca de 400 chamadas que mobilizaram o SAMU em vão. Assim a ambulância que poderia atender a população, salvando vidas, fica impedida de socorrer quem precisa, podendo provocar até a morte de um paciente com sintomas de ataque cardíaco, por exemplo.

Ou mesmo, um crime em curso deixaria de receber atendimento da Polícia Militar em razão de um atendimento a uma chamada falsa, podendo custar a vida de alguém.

Além de ser crime, já tipificado na legislação penal brasileira, o trote precisa ser combatido e enfrentado como um problema de saúde pública, merecendo a atenção do Estado para conter os danos provocados por essa prática.

Nesse sentido, é imprescindível recrudescer a penalidade para quem, maliciosamente, se utiliza dos serviços de emergência para lesar o Estado e à sociedade. A proposta ora aventada, cria mecanismos mais combativos e mais incisivos contra quem pratica esse tipo de abuso, responsabilizando o proprietário da linha telefônica geradora do trote, como uma forma mais eficaz de alcançar os infratores ou de compensar os danos causados ao erário, com a ajuda das empresas de telefonia operantes no Estado. [...]"

O projeto de lei em referência tramita sob o regime ordinário. É o relatório.

2. PARECER DO RELATOR

Cabe à Comissão de Constituição, Legislação e Justiça manifestar-se sobre a constitucionalidade, legalidade e juridicidade das matérias submetidas a sua apreciação. Pois bem. O Projeto pretende modificar a Lei Estadual nº 14.670 de 22 de maio de 2012, que dispõe sobre a responsabilização do acionamento indevido dos serviços públicos de emergência, mas conhecidos como trotes. Inclusive, o autor pretende até modificar a ementa da Lei, para que conste expressamente a menção a expressão "trote". Em relação à iniciativa no projeto, não há que se falar em aumento de despesa, nem tampouco se constata modificação das atribuições das Secretarias de Estado, de órgãos e de entidades da administração pública. Vale ressaltar que a lei objeto de alteração foi recentemente alterada pela Lei Estadual nº 16.553, de 09 de janeiro de 2019, proveniente de iniciativa parlamentar (ex-Deputado Zé Mauricio). Do ponto de vista formal orgânico, a matéria não se encontra no elenco taxativo de competências da União, Estados e Municípios, se enquadrando, portanto, no espectro da competência residual, nos termos do §1º, do art. 25, da CF:

"Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição."

Sobre a competência legislativa dos Estados-membros, assim leciona Pedro Lenza, in verbis:

"7.5.3.2. Competência legislativa

Como a terminologia indica, trata-se de competências, constitucionalmente definidas, para elaborar leis.

Elas foram assim definidas para os Estados-membros:

- Expressa: art. 25, caput > qual seja, como vimos, a capacidade de auto-organização dos Estados-membros, que se regerão pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios da CF/88;

- Residual (remanescente ou reservada): art. 25, § 1.º > toda competência que não for vedada está reservada aos Estados-membros, ou seja, o resíduo que sobrar, o que não for de competência expressa dos outros entes e não houver vedação, caberá aos Estados materializar;

- Delegada pela União: art. 22, parágrafo único > como vimos, a União poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias de sua competência privativa prevista no art. 22 e incisos. Tal autorização dar-se-á por meio de lei complementar;

- Concorrente: art. 24 > a concorrência para legislar dar-se-á entre a União, os Estados e o Distrito Federal, cabendo à União legislar sobre normas gerais e aos Estados, sobre normas específicas;" (LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado / Pedro Lenza. 16. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Saraiva, 2012.)

No mais, fazendo-se a análise material da proposta, inexistem em suas disposições quaisquer vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade. Não obstante, mostra-se necessária a apresentação de substitutivo, a fim de promover melhorias de redação. Agora isso, importante também atentar para as determinações da Lei Complementar nº 171/2011. Assim, tem-se:

SUBSTITUTIVO Nº 01/2020,
AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 886/2020

Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 886/2020.

Artigo Único. O Projeto de Lei Ordinária nº 886/2020 passa a ter a seguinte redação:

"Altera a redação da Lei 14.670 de 22 de maio de 2012, que dispõe sobre o ressarcimento ao Estado e a aplicação de multa pelo acionamento indevido dos serviços telefônicos de atendimentos as emergências relativas a remoções ou resgates, combate a incêndios ou ocorrências policiais, de autoria do Deputado Henrique Queiroz, para instituir o mecanismo enfrentamento aos trotes contra órgãos públicos emergenciais.

Art. 1º A Lei nº 14.670, de 22 de maio de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

'Art. 1º Os assinantes ou responsáveis por linhas telefônicas que forem identificadas passando trotes ao Serviço de Atendimento Médico de Urgência (SAMU), Centro de Operações da Polícia Militar (COPOM), Corpo de Bombeiros Militar (CBPMPE), Delegacias de Polícia e Defesa Civil, sofrerão as sanções previstas nesta Lei. (NR)

§ 1º Para os fins desta Lei, trote é toda e qualquer forma de acionamento dos órgãos referidos no *caput* deste artigo, que se revele frustrado por inexistência do evento noticiado. (NR)

.....

§ 3º Nos casos em que o trote tenha partido de telefone público, a responsabilidade fica restrita à pessoa que deu origem à chamada e serão cadastradas em separado para apuração de incidência geográfica e os dados dessa apuração serão encaminhados aos órgãos competentes para adoção de medidas preventivas e de combate aos trotes. (NR)

§ 4º Uma vez identificado que se trata de um trote o órgão deverá encaminhar o número de telefone que deu origem à chamada para a empresa de telefonia que, deverá informar o nome do proprietário da linha e seu respectivo endereço para o envio da notificação. (NR)

.....

§ 6º As entidades mencionadas no *caput* deste artigo e as empresas de telefonia deverão enviar à Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, da Assembleia Legislativa de Pernambuco, os dados obtidos ao longo do ano sobre os trotes, até a última semana de novembro, para formar um banco de dados com o intuito de subsidiar ações e estratégias de combate e controle dessa prática. (NR)

Art. 2º O descumprimento ao disposto nesta Lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades, sem prejuízo das sanções de natureza civil e criminal: (NR)

I - multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), por infração, dobrada a partir de cada reincidência; (AC)

II - suspensão da linha telefônica e do direito de adquirir linhas fixas ou móveis pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos; e (AC)

III - suspensão e impedimento de acessar qualquer programa ou benefício fiscal ou social patrocinado pelo Governo do Estado de Pernambuco pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos. (AC)

§ 1º O valor da multa prevista no inciso I do caput será atualizado, anualmente, de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou índice previsto em legislação federal que venha a substituí-lo. (AC)

§ 2º Os casos confirmados de trote serão repassados a todos os órgãos da administração pública estadual e ficarão também à disposição para consulta dos demais membros da federação, para serem utilizados na apuração de investigação social destinada à classificação em concursos públicos, pelo prazo de 10 (anos). (AC)

Art. 3º Os valores arrecadados com as multas constituirão fundo para custear campanhas educativas de combate aos trotes nos serviços mencionados no art. 1º desta Lei. (NR)

Art. 4º Decreto do Poder Executivo disciplinará o funcionamento do fundo de combate aos trotes e os demais aspectos necessários ao efetivo cumprimento desta Lei, no prazo de 60 (sessenta) dias. (NR)'

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Diante do exposto, o relator opina pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 886/2020, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento, nos termos do Substitutivo acima apresentado.

Antônio Moraes
Deputado

3. CONCLUSÃO DA COMISSÃO

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, por seus membros infra-assinados, opina pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 886/2020, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento, nos termos do Substitutivo proposto.

Sala de Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 03 de Março de 2020

Gustavo Gouveia		
Favoráveis		
Alberto Feitosa		Priscila Krause
Romário Dias		Antônio Moraes
Romero Sales Filho		Teresa Leitão

PARECER Nº 002121/2020

Projeto de Lei Complementar nº 895/2020
Autor: Governador do Estado

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA INTRODUIZIR MODIFICAÇÕES NA LEI COMPLEMENTAR Nº 393, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2018, QUE DISPÕE SOBRE A DISPENSA DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO DO ICMS. MATÉRIA INSERTA NA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DA UNIÃO, ESTADOS E DISTRITO FEDERAL PARA DISPOR SOBRE DIREITO TRIBUTÁRIO , CONFORME PRESCRITO NO ART. 24, I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INICIATIVA PRIVATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO, CONFORME ESTABELECE O ART. 19, § 1º, I, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. INEXISTENCIA DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE OU ILEGALIDADE. PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Complementar nº 895/2020, de autoria do Governador do Estado, que visa, conforme justificativa anexa, *in verbis*:

"Senhor Presidente,

Submeto à apreciação dessa Casa o Projeto de Lei Complementar anexo, que tem por objetivo modificar a Lei Complementar nº 393, de 29 de novembro de 2018, que dispensa parcialmente o pagamento de créditos tributários referentes ao ICMS, relativamente a operações contempladas com os incentivos fiscais previstos na Lei nº 11.675, de 11 de outubro de 1999, que dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco – Prodepe, e na Lei nº 14.721, de 4 de julho de 2012, que dispõe sobre a sistemática de tributação referente ao ICMS para operações realizadas por estabelecimento comercial atacadista de produtos alimentícios, de limpeza, de higiene pessoal, de artigos de escritório e papelaria e de bebidas.

As condições excepcionais e transitórias para o pagamento de obrigações tributárias relativas ao ICMS, objeto da proposição, aplicam-se, especificamente, aos contribuintes beneficiários do Prodepe e da sistemática prevista na Lei nº 14.721, de 2012, e estão devidamente autorizadas pelo Convênio ICMS 121/2018, aprovado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz, na redação que lhe foi conferida pelo Convênio ICMS nº 232, de 13 de dezembro de 2019, publicado no Diário Oficial da União do dia 17 de dezembro de 2019.

A presente iniciativa, quando aprovada, será fundamental para assegurar a preservação da fruição dos benefícios previstos nos aludidos programas de incentivos fiscais por parte de expressivo número de contribuintes. Em contrapartida, os contribuintes devem, até o dia 30 de abril de 2020, promover ou iniciar o pagamento de suas obrigações tributárias, à vista ou parceladamente. A medida não só fortalecerá a economia do Estado, como também produzirá reflexos positivos na arrecadação, em benefício da população de Pernambuco.

Na certeza de contar com o indispensável apoio para apreciação deste Projeto, aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência e Ilustres Deputados protestos de elevado apreço e distinta consideração, solicitando a adoção do regime de urgência previsto no art. 21 da Constituição do Estado.”

A proposição tramita em regime de urgência.

2. Parecer do Relator

A Proposição vem arriada no art. 19, *caput*, da Constituição Estadual e no art. 194, II, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

A matéria nela versada encontra-se inserta na **competência legislativa concorrente** da União, Estados e Distrito Federal para dispor sobre **direito tributário** , conforme prescrito no art. 24, I, da Constituição Federal. Por outro lado, a sua iniciativa é privativa do Governador do Estado, conforme determina o art. 19, § 1º, I, da Constituição Estadual, *in verbis* :

“Art. 19. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador, ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Contas, ao Procurador-Geral da Justiça e aos cidadãos, nos casos e formas previstos nesta Constituição.

§ 1º É da competência privativa do Governador a iniciativa das leis que disponham sobre:

I - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento e matéria tributária;”

Ademais, destaca-se que, conforme o art. 145, II, da Constituição Federal, as taxas cobradas em razão do exercício do poder de polícia ou da utilização de serviços públicos prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição podem ser instituídas, concorrentemente, pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Por fim, registre-se que inexistem nas disposições do Projeto de Lei ora em análise quaisquer vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade. Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 895/2020, de autoria do Governador do Estado.

Romário Dias
Deputado

3. Conclusão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela **aprovação** do Projeto de Lei Complementar nº 895/2020, de autoria do Governador do Estado.

Sala de Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 03 de Março de 2020

Gustavo Gouveia

Favoráveis

Alberto Feitosa
João Paulo
Romário Dias
Romero Sales Filho

Isaltino Nascimento
Priscila Krause
Antônio Moraes
Teresa Leitão

PARECER Nº 002122/2020

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 896/2020
AUTORIA: GOVERNADOR DO ESTADO

PROPOSIÇÃO QUE VISA INSTITUIR O MARCO REGULATÓRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO ÂMBITO DO SISTEMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. VIABILIDADE DA INICIATIVA PARLAMENTAR. MATÉRIA INSERTA NA COMPETÊNCIA DOS ESTADOS-MEMBROS PARA LEGISLAR SOBRE EDUCAÇÃO E MEIOS DE ACESSO AO ENSINO (ART. 23, INCISO V, E ART. 24, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL). COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO, NOS TERMOS DO ART. 19, § 1º, II E VI DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. INTELIGÊNCIA DA LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL). PELA APROVAÇÃO.

1. RELATÓRIO

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 896/2020, de autoria do Governador do Estado, que visa instituir o Marco Regulatório da Educação Básica no âmbito do Sistema Estadual de Educação. Em síntese, a proposição estabelece regras, procedimentos e dinâmicas inexistentes em outros entes federativos, mas que se constitui iniciativa básica para garantir direitos já existentes no ordenamento jurídico. Desta forma, propõe o projeto de lei a instituição de Marco Regulatório da Educação Básica no âmbito do Sistema Estadual de Educação, que possibilitará definir, de maneira mais precisa, as responsabilidades dos diversos agentes públicos e privados, os procedimentos para abertura de estabelecimento privado de ensino e seu funcionamento, o exercício da função indispensável de inspeção escolar, a aplicação de penalidades aos estabelecimentos que incorrerem em infrações ao Sistema de Ensino e aos estudantes e a avaliação da qualidade do ensino público e privado pelo Estado. O Projeto de Lei em referência tramita nesta Assembleia Legislativa pelo regime de urgência. É o relatório.

2. PARECER DO RELATOR

Cabe à Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, nos termos do art. 94, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, manifestar-se sobre a constitucionalidade, legalidade e juridicidade das matérias submetidas a sua apreciação. Pela ótica das competências constitucionais, a matéria versada no Projeto de Lei está inserta na esfera de competência legislativa concorrente da União, Estados e Distrito Federal, conforme estabelece o art. 24, inciso IX (educação, ensino, cultura e desporto), bem como na de competência material comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, segundo prevê o art. 23, inciso V, (proporcionar os meios de acesso à educação), ambos da Constituição Federal:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
[...]

IX - educação, cultura, ensino e desporto;

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:
[...]

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

Por outro lado, a matéria do projeto de lei ora em análise encontra-se inserta na esfera de iniciativa privativa do Governador do Estado, conforme determina o art. 19, § 1º, II e VI da Constituição Estadual, *in verbis*:

“Art. 19. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador, ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Contas, ao Procurador-Geral da Justiça e aos cidadãos, nos casos e formas previstos nesta Constituição.

§ 1º É da competência privativa do Governador a iniciativa das leis que disponham sobre:
.....

II – criação e extinção de cargos, funções, empregos públicos na administração direta, autárquica e fundacional, ou aumento de despesa Pública, no âmbito do Poder Executivo;
.....

VI - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado, de órgãos e de entidades da administração pública.”

Além das regras de repartição de competência, a Constituição Federal também possui disciplina própria quanto ao arranjo de competências entre os entes políticos. De fato, a Carta Magna prevê não só a necessidade de atuação conjunta e sistêmica por União, Estados e Municípios, mas também designa funções materiais específicas. Segue abaixo a transcrição das principais diretrizes:

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.

§ 5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular.

Como se observa, o art. 211 da Constituição não prescreve competências meramente estanques, podendo existir atuações de entes distintos numa mesma área de ensino. Assim sendo, o primeiro aspecto que deve ser ressaltado é a atuação em regime de colaboração, havendo um sentido de sistematicidade entre os sistemas de ensino da União, Estados e Municípios. Além disso, importante destacar que, apesar da atuação prioritária dos Municípios na educação infantil e dos Estados no ensino médio, o ensino fundamental encontra-se sob a responsabilidade de ambos os entes. Ademais, no exercício de sua competência privativa, nos termos do art. 22, inciso XXIV, da Constituição, a União editou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro 1996), a qual trouxe novos elementos ao quadro de competências dos entes federados, desta feita com um viés material. Tirante às novas funções que foram atribuídas, a LDB criou a figura dos sistemas de ensino, que além de constituir uma ordenação articulada dos vários elementos necessários à consecução dos objetivos educacionais preconizados, funciona também para classificar as diversas instituições públicas e privadas. Assim, cada ente, no âmbito do seu respectivo sistema de ensino, pode baixar normas complementares, as quais passam a ser de observância obrigatória por parte das instituições integrantes. Posto isso, cabe mencionar dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que orientam a atuação dos Estados-membros na organização dos respectivos sistemas de ensino , *in verbis*:

“Art. 8º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.
.....”

“Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino;

II - definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;

III - elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;

IV - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

VI - assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio.

VI - assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem, respeitado o disposto no art. 38 desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 12.061, de 2009)

VII - assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual. (Incluído pela Lei nº 10.709, de 31.7.2003)

Parágrafo único. Ao Distrito Federal aplicar-se-ão as competências referentes aos Estados e aos Municípios.”

Desse modo, inexistem vícios de inconstitucionalidade ou de ilegalidade que possam comprometer a validade do Projeto de Lei ora analisado. Diante do exposto, opina-se pela **aprovação** do Projeto de Lei Ordinária nº 896/2020, de autoria do Governador do Estado. É o Parecer do Relator.

Teresa Leitão
Deputado

3. CONCLUSÃO DA COMISSÃO

Tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, por seus membros infra-assinados, é pela **aprovação** do Projeto de Lei Ordinária nº 896/2020, de autoria do Governador do Estado.

Sala de Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 03 de Março de 2020

Gustavo Gouveia

Favoráveis

Alberto Feitosa
João Paulo
Romário Dias
Romero Sales Filho

Isaltino Nascimento
Priscila Krause
Antônio Moraes
Teresa Leitão

PARECER Nº 002123/2020

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 897/2020, DE AUTORIA DO GOVERNADOR DO ESTADO, E EMENDA MODIFICATIVA Nº 01/2020, DE AUTORIA DA DEPUTADA PRISCILA KRAUSE

PROPOSIÇÃO PRINCIPAL QUE VISA ALTERAR O ART. 3º DA LEI Nº 16.272, 22 DE DEZEMBRO DE 2017, QUE INSTITUI O PROGRAMA DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR. VIABILIDADE DA INICIATIVA PARLAMENTAR. MATÉRIA INSERTA NA COMPETÊNCIA DOS ESTADOS-MEMBROS PARA LEGISLAR SOBRE EDUCAÇÃO E MEIOS DE ACESSO AO ENSINO (ART. 23, INCISO V, E ART. 24, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL). COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO, NOS TERMOS DO ART. 19, § 1º, II E VI DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. EMENDA MODIFICATIVA Nº 01/2020, DE AUTORIA DA DEPUTADA PRISCILA KRAUSE, QUE TEM A FINALIDADE DE SUPRIMIR A MODIFICAÇÃO PROPOSTA PELO PLO 897/2020 AO § 2º DO ART. 3º DA LEI Nº 16.272/2017. PELA APROVAÇÃO DO PLO Nº 897/2020, COM A EMENDA MODIFICATIVA Nº 01/2020, DE AUTORIA DA DEPUTADA PRISCILA KRAUSE.

1. RELATÓRIO

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 897/2020, de autoria do Governador do Estado, que visa alterar o art. 3º da Lei nº 16.272, 22 de dezembro de 2017, que institui o Programa de Acesso ao Ensino Superior.

Em síntese, a proposição principal aperfeiçoa a política pública vigente que vem contribuindo, de forma bastante exitosa, para que milhares de jovens de baixa renda, egressos da rede estadual de educação e que residem em áreas distantes dos centros universitários, persistam no propósito de cursar o Ensino Superior. De fato, sem o apoio financeiro proporcionado pelo "PE no Campus", esses jovens dificilmente poderiam ingressar e se manter nas universidades públicas que, apesar de gratuitas, demandam custos acessórios de deslocamento, de habitação e de alimentação.

Por outro lado, a Emenda Modificativa nº 01/2020, de autoria da Deputada Priscila Krause, tem o objetivo de suprimir a modificação proposta pelo PLO 897/2020 ao § 2º do art. 3º da Lei nº 16.272/2017, visto que, conforme justificativa apresentada pela parlamentar, estabelecería uma mera discricionariedade ao Poder Público que poderia ou não conceder o benefício, mesmo que todos os requisitos fossem cumpridos.

As proposições em referência tramitam nesta Assembleia Legislativa pelo regime de urgência.

É o relatório.

2. PARECER DO RELATOR

Cabe à Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, nos termos do art. 94, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, manifestar-se sobre a constitucionalidade, legalidade e juridicidade das matérias submetidas a sua apreciação.

Pela ótica das competências constitucionais, a matéria versada nas proposições está inserida na esfera de competência legislativa concorrente da União, Estados e Distrito Federal, conforme estabelece o art. 24, inciso IX (educação, ensino, cultura e desporto), bem como na de competência material comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, segundo prevê o art. 23, inciso V, (proporcionar os meios de acesso à educação), ambos da Constituição Federal:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: [...]

IX - educação, cultura, ensino e desporto;

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...]

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

Por outro lado, a matéria do projeto de lei ora em análise encontra-se inserida na esfera de iniciativa privativa do Governador do Estado, conforme determina o art. 19, § 1º, II e VI da Constituição Estadual, *in verbis*:

“Art. 19. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador, ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Contas, ao Procurador-Geral da Justiça e aos cidadãos, nos casos e formas previstos nesta Constituição.

§ 1º É da competência privativa do Governador a iniciativa das leis que disponham sobre:

II – criação e extinção de cargos, funções, empregos públicos na administração direta, autárquica e fundacional, ou aumento de despesa Pública, no âmbito do Poder Executivo;

VI - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado, de órgãos e de entidades da administração pública.”

Além das regras de repartição de competência, a Constituição Federal também possui disciplina própria quanto ao arranjo de competências entre os entes políticos. De fato, a Carta Magna prevê não só a necessidade de atuação conjunta e sistêmica por União, Estados e Municípios, mas também designa funções materiais específicas.

Segue abaixo a transcrição das principais diretrizes:

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.

§ 5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular.

Como se observa, o art. 211 da Constituição não prescreve competências meramente estanques, podendo existir atuações de entes distintos numa mesma área de ensino. Assim sendo, o primeiro aspecto que deve ser ressaltado é a atuação em regime de colaboração, havendo um sentido de sistematicidade entre os sistemas de ensino da União, Estados e Municípios. Além disso, importante destacar que, apesar da atuação prioritária dos Municípios na educação infantil e dos Estados no ensino médio, o ensino fundamental encontra-se sob a responsabilidade de ambos os entes.

Por outro lado, a Emenda Modificativa nº 01/2020, de autoria da Deputada Priscila Krause, tem a finalidade de suprimir a modificação proposta pelo PLO 897/2020 ao § 2º do art. 3º da Lei nº 16.272/2017, visto que, conforme justificativa apresentada pela parlamentar, estabelecería uma mera discricionariedade ao Poder Público que poderia ou não conceder o benefício, mesmo que todos os requisitos fossem cumpridos. Posto isso, cumpre destacar que a proposição acessória possui pertinência temática com a matéria do projeto e não gera aumento de despesa ao Poder Executivo, conforme pacífica jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, *in verbis*:

“EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 2º DA LEI GAÚCHA N. 10.385/1995. PARALISAÇÃO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL. DIAS PARADOS CONTADOS COMO DE EFETIVO EXERCÍCIO. EMENDA PARLAMENTAR. ALTERAÇÕES DO DISPOSITIVO APONTADO COMO PARÂMETRO DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DA NORMA IMPUGNADA. PREJUDICIALIDADE DA AÇÃO NÃO CONFIGURADA. DESRESPEITO AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES E À AUTONOMIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DO PODER JUDICIÁRIO. 1. Alterações promovidas pelas Emendas Constitucionais n. 19/1998 e 41/2003 não causam prejuízo à análise da constitucionalidade da norma impugnada à luz do art. 96, inc. II, al. b, da Constituição da República. 2. Admissão de emendas parlamentares aos projetos de lei de iniciativa privativa do Poder Executivo e Judiciário, desde que guardem pertinência temática com o projeto e não importem em aumento de despesas. 3. A Emenda Parlamentar n. 4/1995 afastou-se da temática do Projeto de Lei n. 54/1995, interferiu na autonomia financeira e administrativa do Poder Judiciário: desrespeito ao art. 2º da Constituição da República. 4. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente.

(ADI 1333, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 29/10/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-226 DIVULG 17-11-2014 PUBLIC 18-11-2014)”

Desse modo, inexistem vícios de inconstitucionalidade ou de ilegalidade que possam comprometer a validade do Projeto de Lei e da Emenda Modificativa nº 01/2020 ora analisados. Diante do exposto, opina-se pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 897/2020, de autoria do Governador do Estado, com a Emenda Modificativa nº 01/2020, de autoria da Deputada Priscila Krause. É o Parecer do Relator.

Isaltino Nascimento
Deputado

3. CONCLUSÃO DA COMISSÃO

Tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, por seus membros infra-assinados, é pela **aprovação** do Projeto de Lei Ordinária nº 897/2020, de autoria do Governador do Estado, com a Emenda Modificativa nº 01/2020, de autoria da Deputada Priscila Krause.

Sala de Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 03 de Março de 2020

Gustavo Gouveia		
Favoráveis		
Alberto Feitosa	Isaltino Nascimento	
João Paulo	Priscila Krause	
Romário Dias	Antônio Moraes	
Romero Sales Filho	Teresa Leitão	

Projeto de Lei Ordinária nº 935/2020
Autoria: Governador do Estado

PARECER Nº 002124/2020

PROPOSIÇÃO QUE FIXA O QUANTITATIVO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO, DO QUADRO PRÓPRIO DE PESSOAL PERMANENTE DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO - UPE, E DO GRUPO OCUPACIONAL SAÚDE PÚBLICA, INTEGRANTE DO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DA SECRETARIA DE SAÚDE. CAPACIDADE DE AUTOADMINISTRAÇÃO DO ESTADO MEMBRO DECORRENTE DE SUA AUTONOMIA. MATÉRIA RESERVADA NO ORDENAMENTO CONSTITUCIONAL ESTADUAL À INICIATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO, NOS TERMOS DO ART. 19, § 1º, II, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DE 1989 (SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO). PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

Submeto à apreciação desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça o Projeto de Lei Ordinária nº 935/2020, de autoria do Governador do Estado.

Consoante justificativa apresentada pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, *in verbis*:

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar, para apreciação dessa Augusta Casa, o anexo Projeto de Lei que fixa o quantitativo dos cargos de provimento efetivo do Grupo Ocupacional Técnico Administrativo, do Quadro Próprio de Pessoal Permanente da Fundação Universidade de Pernambuco – UPE, e do Grupo Ocupacional Saúde Pública, integrante do Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria de Saúde.

A presente iniciativa irá assegurar uma melhor estrutura operacional ao funcionamento da Universidade de Pernambuco, que passará a contar com cargos efetivos imprescindíveis ao desempenho de suas atividades de saúde e institucionais, em benefício do desenvolvimento da educação e saúde públicas em nosso Estado.

Registre-se que a proposição não acarreta aumento de despesa, razão pela qual deixo de indicar dotação orçamentária. Assim sendo, diante da relevância da matéria, solicita-se observância do regime de urgência de que trata o art. 21 da Constituição Estadual, na tramitação do anexo Projeto de Lei.

a oportunidade, reitero a Vossa Excelência e seus Ilustres Pares os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

A proposição tramita em regime de urgência.

2. Parecer do Relator

A Proposição vem arrimada no art. 19, *caput*, da Constituição Estadual e no art. 194, II, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

O projeto de lei ora em análise é de iniciativa privativa do Governador do Estado, nos termos do art. 19, § 1º, II, da Constituição Estadual, *in verbis* :

“Art. 19. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador, ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Contas, ao Procurador-Geral da Justiça e aos cidadãos, nos casos e formas previstos nesta Constituição.

§ 1º É da competência privativa do Governador a iniciativa das leis que disponham sobre:

II- criação e extinção de cargos, funções, empregos públicos na administração direta, autárquica e fundacional, ou aumento de despesa pública, no âmbito do Poder Executivo;

Como decorrência da Autonomia dos Entes Federados, componentes da Forma Federada de Estado adotada pela República Federativa do Brasil, é garantido aos Estados-Membros a capacidade de Autoadministração, e justamente com base nesta é que o Chefe do Executivo Estadual propõe a criação dos cargos na Universidade de Pernambuco.

Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 935/2020, de autoria do Governador do Estado.

Isaltino Nascimento
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 935/2020, de autoria do Governador do Estado.

Sala de Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 03 de Março de 2020

Gustavo Gouveia		
Favoráveis		
Alberto Feitosa	Isaltino Nascimento	
Priscila Krause	Romário Dias	
Antônio Moraes	Romero Sales Filho	
Teresa Leitão		

PARECER Nº 2126

A COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL, tendo presente o Projeto de Lei Ordinária nº 712/2019, já aprovado em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de regulamentar o horário para oferta de serviços ou produtos e para a realização de cobranças por meio de telemarketing.

Art. 1º A Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, passa a vigorar acrescida com as seguintes disposições:

“Art. 81-A. As ligações de telemarketing e o envio de mensagens para oferta de produtos e serviços aos usuários cujos números de telefone não constem no Cadastro de que trata o art. 81, assim como as ligações para cobrança de dívidas, somente poderão ser realizadas: (AC)

I - de segunda à sexta-feira, das 8 (oito) às 20 (vinte) horas; e, (AC)

II - aos sábados, das 9 (nove) às 15 (quinze) horas. (AC)

§ 1º São vedadas as ligações de telemarketing de que trata o *caput* aos domingos e feriados estaduais ou nacionais. (AC)

§ 2º Em qualquer caso, a oferta de produtos e serviços somente poderá ser efetuada mediante a utilização, pela empresa, de número telefônico que possa ser identificado pelo consumidor, sendo vedada a utilização de número privativo, devendo, ainda, identificar a empresa logo no início da ligação. (AC)

§ 3º O descumprimento ao disposto neste artigo sujeitará o infrator à penalidade de multa prevista no art. 180, nas Faixas Pecuniárias A ou B, sem prejuízo da aplicação cumulativa de outras sanções previstas neste Código.” (AC)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro do ano seguinte ao de sua publicação.

Sala da Comissão de Redação Final, em 3 de março de 2020.

DEPUTADO FRANCISMAR PONTES
Presidente

DEPUTADO ADALTO SANTOS
DEPUTADO GUILHERME UCHOA

PARECER Nº 2127

A COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL, tendo presente o Substitutivo ao Projeto de Lei Ordinária nº 416/2019, já aprovado em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, para obrigar a fixação de cartaz informando acerca do teor da Instrução Normativa nº 100 de 28 de dezembro de 2018, do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

Art. 1º A Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, passa a vigorar acrescida com as seguintes disposições:

“Art. 68.

I - É ASSEGURADO AO CONSUMIDOR A LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DO DÉBITO, TOTAL OU PARCIALMENTE, MEDIANTE REDUÇÃO PROPORCIONAL DOS JUROS E DEMAIS ACRÉSCIMOS, NOS TERMOS DO ART. 52º, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (LEI FEDERAL Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990); (NR)

II - É VEDADO ÀS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS, FINANCEIRAS E DE CRÉDITO RECUSAR OU DIFICULTAR, AOS CLIENTES E USUÁRIOS DE SEUS PRODUTOS E SERVIÇOS, O ACESSO AOS CANAIS DE ATENDIMENTO CONVENCIONAIS, INCLUSIVE GUICHÊS DE CAIXA, MESMO NA HIPÓTESE DE OFERECER ATENDIMENTO ALTERNATIVO OU ELETRÔNICO; E, (NR)

III – BANCOS E DEMAIS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DEVERÃO AGUARDAR, NO MÍNIMO, SEIS MESES PARA OFERECER CRÉDITO CONSIGNADO PARA NOVOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS. ESSE PRAZO COMEÇA A CONTAR A PARTIR DA DATA DE DESPACHO DO BENEFÍCIO. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA QUE VIOLAR A NORMA SERÁ NOTIFICADA PELO INSS, QUE RESCINDIRÁ O CONTRATO QUE A AUTORIZA A FORNECER O CRÉDITO CONSIGNADO PARA APOSENTADOS E PENSIONISTAS. (AC)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro do ano seguinte ao de sua publicação.

Sala da Comissão de Redação Final, em 3 de março de 2020.

DEPUTADO FRANCISMAR PONTES
Presidente

DEPUTADO ADALTO SANTOS
DEPUTADO GUILHERME UCHOA

PARECER Nº 2128

A COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL, tendo presente o Substitutivo ao Projeto de Resolução nº 486/2019, já aprovado em única discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

Submete a indicação do Forró para obtenção do Registro do Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco.

Art. 1º Fica submetida a indicação do Forró para obtenção da Concessão do Registro do Patrimônio Cultural Imaterial, nos termos da Lei Estadual nº 16.426/2018.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão de Redação Final, em 3 de março de 2020.

DEPUTADO FRANCISMAR PONTES
Presidente

DEPUTADO ADALTO SANTOS
DEPUTADO GUILHERME UCHOA

Parecer da Mesa Diretora

2020

PARECER Nº
MESA DIRETORA

2125

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, de acordo com o inciso I, do art. 32, do Regimento Interno, analisando solicitação, através do Ofício nº 01/2020, da Deputada Alessandra Vieira, no qual solicita licença em caráter cultural, no período de 24 de fevereiro a 5 de março de 2020, onde estará em viagem aos Estados Unidos da América, submete à apreciação do Plenário o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 000949/2020

Concede licença em caráter Cultural à Deputada Alessandra Vieira.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida licença em caráter cultural nos termos do inciso I, do art. 32, do Regimento Interno, à Deputada Alessandra Vieira, no período de 24 de fevereiro a 5 de março de 2020, onde estará em viagem aos Estados Unidos da América.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão de Mesa Diretora, em 03 de Março de 2020.

Deputado Eriberto Medeiros
Presidente

Deputada Simone Santana
1ª Vice-Presidente

Deputado Clodoaldo Magalhães
1º Secretário

Deputada Teresa Leitão
3ª Secretária

Discurso

DISCURSO DA DEPUTADA ROBERTA ARRAES NA REUNIÃO PLENÁRIA DO DIA 2 DE MARÇO DE 2020

CORONAVÍRUS: O MAL QUE ASSOLA O MUNDO

OS CASOS DO NOVO CORONAVÍRUS, CONHECIDO COMO COVID-19, TÊM CAUSADO APREENSÃO MUNDIAL, COM CONFIRMAÇÕES DE MORTES NA CHINA E EM OUTROS PAÍSES. SEGUNDO BOLETIM DIVULGADO NO DOMINGO ÚLTIMO, PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE, SUBIU DE 207 PARA 252 CASOS SUSPEITOS NO BRASIL. SENDO, SÃO PAULO COM 02 (DOIS) CASOS CONFIRMADOS. PERNAMBUCO ESTÁ INVESTIGANDO 05 (CINCO) CASOS SUSPEITOS, E 2 (DOIS) DESCARTADOS, CONFORME INFORMAÇÃO DIVULGADA ONTEM. O CORONAVÍRUS CAUSA INFECÇÕES RESPIRATÓRIAS EM SERES HUMANOS E EM ANIMAIS. GERALMENTE, SÃO DOENÇAS RESPIRATÓRIAS LEVES A MODERADAS, SEMELHANTES A UM RESFRIADO COMUM. JÁ O NOVO CORONAVÍRUS, É UMA NOVA CEPa DO VÍRUS (COVID-19) QUE FOI NOTIFICADA EM HUMANOS PELA PRIMEIRA VEZ NA CHINA. E, NO INÍCIO DE JANEIRO, O COVID-19 FOI IDENTIFICADO COMO O VÍRUS CAUSADOR PELAS AUTORIDADES CHINESAS. É IMPORTANTE, NESTE MOMENTO, DESTACAR AS AÇÕES E PROVIDÊNCIAS QUE O GOVERNO ESTADUAL, VIA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE, VEM TOMANDO EM RELAÇÃO AO EPISÓDIO DO CORONAVIRUS. NA ÚLTIMA SEXTA-FEIRA (28.02), O SECRETÁRIO ESTADUAL DE SAÚDE, DR. ANDRÉ LONGO, ANUNCIOU QUE O GOVERNADOR PAULO CÂMARA ENVIARÁ UM PROJETO DE LEI A ESTA CASA PARA AUMENTAR, EM REGIME DE URGÊNCIA, O NÚMERO DE CASOS NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO OSWALDO CRUZ (HUOC), REFERÊNCIA PARA O ATENDIMENTO DOS ADULTOS SUSPEITOS PARA A DOENÇA. A EXPECTATIVA É QUE SEJAM CHAMADOS 120 PROFISSIONAIS. O OBJETIVO É REFORÇAR O QUADRO DE PROFISSIONAIS COM MÉDICOS INFECTOLOGISTAS E ENFERMEIROS, DIARISTAS E PLANTONISTAS, JÁ APROVADOS EM CONCURSOS PÚBLICOS REALIZADOS PELA SES-PE E PELA UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO (UPE). ALÉM DISSO, O SECRETÁRIO INFORMOU QUE FORAM REPASSADOS R\$ 120 MIL PARA O HOSPITAL UNIVERSITÁRIO OSWALDO CRUZ E O MESMO VALOR PARA O HOSPITAL CORREIA PICANÇO (HCP - REFERÊNCIA PARA O ATENDIMENTO DO PÚBLICO INFANTIL). O VALOR SERÁ UTILIZADO PARA A COMPRA DE INSUMOS E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI). A SES-PE JÁ ESTÁ REALIZANDO UMA COMPRA EMERGENCIAL DE INSUMOS PARA MANTER SUA REDE PREPARADA E ABASTECIDA PARA OS POSSÍVEIS ATENDIMENTOS À POPULAÇÃO. ESSE PROCESSO TERÁ UM INVESTIMENTO DE CERCA DE R\$ 1 MILHÃO. É IMPORTANTE SALIENTAR QUE, EM PARALELO AO ACOLHIMENTO DOS PACIENTES NO HOSPITAL OSWALDO CRUZ E NA UNIDADE PRIVADA, A SES-PE JÁ DEFLAGROU AS PRIMEIRAS MEDIDAS DE VIGILÂNCIA CONTRA A DOENÇA. EM PARCERIA COM A ANVISA, ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA DE PORTOS E AEROPORTOS, ESTÃO SENDO REALIZADAS AS CHECAGENS DOS DESEMBARQUES DOS PACIENTES NOTIFICADOS PARA QUE OS OUTROS PASSAGEIROS E TRIPULANTES RECEBAM AS DEVIDAS ORIENTAÇÕES. VALE LEMBRAR TAMBÉM QUE O ESTADO MONTOU, DESDE O INÍCIO DO MÊS, UM ESQUEMA PARA PREPARAR A REDE PÚBLICA DE SAÚDE PARA POSSÍVEIS CASOS SUSPEITOS DO NOVO CORONAVÍRUS. ALÉM DE ENVIAR DIVERSAS NOTAS TÉCNICAS SOBRE O ASSUNTO E REPASSAR OS BOLETINS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE PARA OS SERVIÇOS DA REDE, CAPACITOU OS PROFISSIONAIS DE SAÚDE PARA QUE SEJA REALIZADO O MANEJO CLÍNICO CORRETO DO PACIENTE. O HOSPITAL OSWALDO CRUZ, O HOSPITAL CORREIA PICANÇO (HCP) E O INSTITUTO DE MEDICINA INTEGRAL PROFESSOR FERNANDO FIGUEIRA (IMIP) SÃO AS REFERÊNCIAS ESTADUAIS PARAS POSSÍVEIS CASOS SUSPEITOS DO NOVO CORONAVÍRUS. DESTACO AINDA, QUE O CENTRO DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DE PERNAMBUCO (CIEVS-PE) CRIOU UM AMBIENTE ON-LINE PARA DISPONIBILIZAR A FICHA DE NOTIFICAÇÃO PARA CASOS SUSPEITOS DO NOVO CORONAVIRUS (2019-NCOV), ALÉM DAS NOTAS TÉCNICAS E BOLETINS EPIDEMIOLÓGICOS RELACIONADOS AO TEMA. A SES-PE ESCLARECE QUE OS PACIENTES NÃO DEVEM PROCURAR DIRETAMENTE AS UNIDADES DE REFERÊNCIA PARA O COVID-19. O PRIMEIRO ATENDIMENTO DEVE SER FEITO NA UNIDADE DE EMERGÊNCIA MAIS PERTO DE SUA RESIDÊNCIA, COMO UPAS E POLICLÍNICAS, E HAVENDO NECESSIDADE, SERÃO ENCAMINHADOS PARA OS HOSPITAIS DE REFERÊNCIA, SEGUINDO O PROTOCOLO VIGENTE. SEGUNDO A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS) A MELHOR FORMA DE PREVENÇÃO AINDA É: COBRIR A BOCA E NARIZ AO TOSSIR OU ESPIRRAR; UTILIZAR LENÇO DESCARTÁVEL PARA HIGIENE NASAL; EVITAR TOCAR MUCOSAS DE OLHOS, NARIZ E BOCA; NÃO COMPARTILHAR OBJETOS DE USO PESSOAL; LIMPAR REGULARMENTE O AMBIENTE E MANTÊ-LO VENTILADO; LAVAR AS MÃOS POR PLO MENOS 20 SEGUNDOS COM ÁGUA E SABÃO OU USAR ANTISSEPTICO DE MÃOS À BASE DE ÁLCOOL; É VÁLIDO TAMBÉM FRISAR A QUESTÃO DAS FAKES NEWS. EM UM MOMENTO CRÍTICO COMO ESTE, É PRECISO DE SENSIBILIDADE DE TODOS NESTA QUESTÃO DE COMPARTILHAR INFOMARÇÕES. E DIANTE DE TANTOS RELATOS DE FALSAS NOTÍCIAS, O MINISTÉRIO DA SAÚDE AFIRMOU QUE QUALQUER ORIENTAÇÃO OU INFORMAÇÃO DEVERÁ SER BUSCADA SOMENTE NAS SECRETÁRIAS DE SAUDE DOS ESTADOS. É UMA FORMA VÁLIDA DE COMBATER AS FAKE NEWS. ENQUANTO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE PERNAMBUCO, JUNTAMENTE COM OS NOSSOS PARES, NOS COLOCAMOS A DISPOSIÇÃO DE TODOS OS PERNAMBUCANOS E PERNAMBUCANAS PARA A REALIZAÇÃO DE REUNIÕES PARA DISCUTIR SOBRE O TEMA, E CONTAMOS TAMBÉM COM TODO O APOIO DA SECRETÁRIA DE SAÚDE. CONTINUAREMOS VIGILANTES NA PREVENÇÃO DO CORONAVIRUS E OUTRAS EPIDEMIAS. VOLTAREI A ESTA TRIBUNA PARA FALAR DESSE ASSUNTO QUANTAS VEZES FOREM NECESSÁRIAS, PORQUE NADA É MAIS IMPORTANTE QUE A VIDA.

Portarias

PORTARIA N.º 385/20

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício n.º 011/2020, da **Deputada Clarissa Tercio**,
RESOLVE: alterar a gratificação de representação dos servidores, conforme planilha abaixo, nos termos da Lei n.º 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis n.ºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13, 15.985/17 e 16.579/19.

NOME	Cargo/ Símbolo	Percentual Atual (DE)	Novo Percentual (PARA)
NADJA MARIA DE MELO ALVES	Assessor Especial/PL-ASC	53,80%	120%
IEZA KETLLEN VIANA GOMES	Assessor Especial/PL-ASC	51,20%	120%

Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
Em, 03 de março de 2020.

Deputado **CLODOALDO MAGALHÃES**
Primeiro Secretário

PORTARIA N.º 386/20

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício nº 003/2020, do **Deputado Álvaro Porto**,
RESOLVE: alterar a gratificação de representação de 103% (cento e três por cento) para 76% (setenta e seis por cento), no cargo em comissão de Assessor Especial, Símbolo PL-ASC, do servidor **IGOR ARTHUR PEREIRA OLIVEIRA GOMES**, nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis n.ºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13, 15.985/17 e 16.579/19.

Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
Em, 03 de março de 2020.

Deputado **CLODOALDO MAGALHÃES**
Primeiro Secretário